

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE ATUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Adriana Martini Correa Pedroso

**A FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL NO MEIO RURAL: UMA ANÁLISE DA
PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM GRUPOS DE MULHERES RURAIS NO
MUNICÍPIO DE SÃO SEPÉ/RS**

Santa Cruz do Sul
2017

Adriana Martini Correa Pedroso

**A FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL NO MEIO RURAL: UMA ANÁLISE DA
PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM GRUPOS DE MULHERES RURAIS NO
MUNICÍPIO DE SÃO SEPÉ/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado, Área de concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa Estado, Instituições e Democracia, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof. Dra. Claudia Tirelli

Santa Cruz do Sul

2017

Adriana Martini Correa Pedroso

**A FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL NO MEIO RURAL: UMA ANÁLISE DA
PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM GRUPOS DE MULHERES RURAIS NO
MUNICÍPIO DE SÃO SEPÉ/RS**

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado, Área de concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa Estado, Instituições e Democracia, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof. Dra. Claudia Tirelli

Dra. Claudia Tirelli
Professora Orientadora - UNISC

Dra. Erica Karnopp - UNISC
Professora Examinadora

Dr. Flávio Sacco dos Anjos - UFPEL
Professor Examinador

Santa Cruz do Sul

2017

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Lorena Martini Correa. Mulher rural desde sempre, de origem italiana, mãe de cinco filhos, que no próximo dia 25 de fevereiro completa 72 anos.

Nesta dissertação, pesquisei a formação de capital social no meio rural, investigando a dinâmica das mulheres rurais, almejando lograr o título de Mestra em Desenvolvimento Regional. Esta etapa está sendo concluída, mãe, e já é quase teu aniversário, então te presenteio com esse momento, pois estiveste presente em toda minha pesquisa.

Nesse tempo, repassei nossa infância em um velho chalé de madeira, revivi tua trajetória e dificuldades longe de todos os recursos. Vi-te em todas essas mulheres, especialmente quando eu fazia revisão da bibliografia associada às informações empíricas sobre invisibilidade do trabalho, falta de reconhecimento do trabalho da mulher rural em todos os aspectos, e aqui reverencio o teu trabalho no cultivo das hortas e roçados, na produção de alimentos para nosso consumo, bem como nas criações e no trato dos animais de pequeno porte (porcos e galinhas, entre outros) que eram destinados à alimentação da nossa família. Essas tarefas eram extensão das tuas atividades domésticas, tu mesma acreditavas nisso, estava naturalizado!

E tantos anos de trabalho no meio rural não te garantiram de pronto a almejada aposentadoria rural, nem mesmo a esfera judicial deu êxito ao teu direito e foi preciso esperar mais... Então continua sempre presente nos meus escritos, a exemplo de tantas mulheres que têm dificuldades em implementar esse benefício.

Tu estás em cada página deste trabalho, em especial nos dois últimos capítulos, eles são por ti, são pelo teu esforço, pela tua luta silenciosa e abnegada na manutenção da nossa família.

Obrigada pelos ensinamentos e pelo teu propósito de amor que não foi em vão!

AGRADECIMENTOS

Nesta etapa que se encerra é o momento de agradecer a todos que participaram, direta ou indiretamente, no tempo de estudos que antecederam a conclusão desta dissertação.

Primeiramente, agradeço a Deus pelos dons que me presenteou, pela fé e coragem nos momentos mais difíceis, quando sempre colocou amigos abençoados no caminho, disponibilizando ajuda. Continue a iluminar meus caminhos!

Agradeço a minha família pelo apoio incondicional em todos os momentos, principalmente naqueles em que tive de me ausentar devido aos estudos. Um agradecimento especial ao meu marido, pelo apoio e incentivo nesta caminhada. Amo vocês!

Agradeço aos colegas de mestrado, que igualmente não mediram esforços para a concretização de seus estudos, compreendendo a importância dessa fase para nossas vidas. Foi muito bom conviver com vocês!

Agradeço a EMATER/RS, pela valiosa colaboração, em especial à extensionista Cleiza Freitas Peixoto, que não mediu esforços para viabilizar minha participação nas reuniões dos grupos de mulheres.

Agradeço a orientação da Prof.^a. Dr.^a. Claudia Tirelli, sempre me incentivando e apoiando na consecução deste trabalho. Gratidão para sempre!

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – UNISC por compartilharem com excelência os seus conhecimentos. Obrigada!

Aos grupos de mulheres do município de São Sepé, a quem faço um agradecimento muito especial pelas possibilidades de aprendizado. Ganhei muitas amigas!

RESUMO

As discussões em torno do capital social e sua contribuição para os processos de desenvolvimento local e regional, assim como para a sustentação dos regimes democráticos, têm sido recorrentes desde os anos de 1990. Esta dissertação se insere nesse debate, a partir de uma investigação que busca analisar os efeitos da participação de mulheres do meio rural nos Grupos de Mulheres criados pela EMATER/ASCAR-RS, no município de São Sepé, no que diz respeito ao seu acesso ao capital social e de que forma isto vem alterando os seus modos de vida e as suas posições dentro das famílias e das comunidades rurais. O referencial teórico da pesquisa discute: i) as principais abordagens teóricas a respeito do conceito de capital social, retomando os trabalhos de Bourdieu (1983), Coleman (1988) e Putnam (1993); e ii) a perspectiva relacional adotada nesta pesquisa, segundo a qual o capital social é percebido pelo acesso que os indivíduos possuem a certos recursos valorizados socialmente por meio das suas redes de sociabilidade. A pesquisa apresenta, também, uma reflexão sobre as relações de gênero e a criação de espaços participativos direcionados às mulheres no meio rural, assim como suas implicações para o acesso ao capital social. A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma perspectiva fenomenológica que busca apreender os significados que os distintos sujeitos pesquisados atribuem às suas experiências. Utilizou-se de várias técnicas de pesquisa para realizar a coleta de dados, dentre as quais estão a observação direta em reuniões mensais dos grupos de mulheres, a aplicação de questionários e a realização de entrevistas semiestruturadas com as participantes dos grupos investigados. Ainda, foi realizada uma pesquisa documental em atas, folders, documentos da EMATER e da Prefeitura Municipal de São Sepé. A partir dos dados obtidos por meio dos questionários, construiu-se um perfil sociodemográfico das mulheres que integram os grupos e das suas redes de relações. As entrevistas revelaram, por sua vez, a importância que os grupos assumem na vida dessas mulheres, na medida em que propiciam que elas estabeleçam outros tipos de laços sociais (extensionistas, sindicatos, cooperativas) e tenham acesso a recursos que não estavam disponíveis antes da sua entrada nesses espaços (informações, viagens, cursos, aprendizagens, etc.). A investigação possibilitou examinar a participação das mulheres rurais nos grupos e as repercussões desse processo nos territórios (comunidades rurais), cujos resultados apontam para um maior acesso das mulheres rurais a informações de diferentes naturezas (direitos, serviços públicos, uso de novas tecnologias informacionais), além do reforço dos seus laços de sociabilidade e da ampliação dos seus vínculos com atores externos aos grupos, o que repercute na ampliação do seu capital social.

Palavras-chave: Capital Social; Participação; Mulheres rurais; Redes.

ABSTRACT

The discussions about the social capital and its contributions to the processes of local and regional development, as well as to the sustenance of democratic regimes, have been recurrent since the 1990 years. This dissertation inserts itself in this debate, from an investigation that seeks to analyze the effects of participation of women in the rural field in the Groups of Women created by EMATER/ASCAR-RS, in the municipality of São Sepé, in relation to their access to the social capital and in which way this has been altering their ways of life and their position inside the families and rural communities. The referential of research discusses: i) the main theoretical approaches in relation to the concept of social capital, taking back the work of Bourdieu (1983), Coleman (1988) and Putnam (1993); and ii) the relational perspective adopted in this research, according to which the social capital is perceived by the access that the individuals have to some resources socially valued by means of their sociability networks. The work also presents a reflection about the gender relations and the creation of participative spaces directed to women in the rural field, as well as their implications for the access to social capital. The research was developed from a phenomenological perspective that seeks to apprehend the meanings that distinct researched subjects attribute to their experiences. We used several research techniques to perform the data collection, among them there are the direct observation of monthly meetings of the groups of women, the application of questionnaires and the performance of semi-structured interviews with the participants of the investigated groups. We also performed a documentary research in meeting minutes, folders and documents of EMATER and Municipal Government of São Sepé. From the data obtained through the questionnaires, we constructed a socio-demographic profile of the women who integrate the groups and their relationship networks. The interviews revealed, in turn, the importance that the groups assume in the lives of these women, inasmuch as they provide that these women establish other types of social bonds (extensionists, trade unions, cooperative) and have access to resources that were not available before their entry in these spaces (information, trips, courses, learning, etc.). The investigation allowed examining the participation of rural women in groups and the repercussions of this process in the territories (rural communities), whose results point to a greater access of rural women to information of different nature (rights, public services, use of new informational technologies), besides the reinforcement of their sociability bonds and the expansion of their connections with actors external to the groups, what rebounds in the expansion of their social capital.

Keywords: Social Capital. Participation. Rural women. Networks.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 – Localização do município de São Sepé no Estado do Rio Grande do Sul | 16 |
| Figura 2 – Localização dos grupos de mulheres rurais no município de São Sepé..... | 642 |
| Figura 3 – Curso de corte e costura com o grupo de mulheres da localidade de Mata Grande em São Sepé, na década de 80 | 65 |
| Figura 4 – Atividade com os grupos de mulheres rurais da localidade de São Rafael e Passo dos Brum..... | 86 |
| Figura 5 – Viagem do grupo de mulheres rurais da localidade de Mata Grande à Santa Cruz do Sul para participar da OKTOBERFEST | 87 |
| Figura 6 – EMATER/RS-ASCAR promove Encontro de Mulheres Rurais dos municípios de São Sepé e Vila Nova do Sul | 91 |
| Figura 7 – Feira Municipal de para Comercialização de hortifrutigranjeiros e outros produtos | 96 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 1 – Idade das mulheres rurais participantes dos grupos..... | 66 |
| Gráfico 2 – Estado Civil das mulheres rurais participantes dos grupos..... | 67 |
| Gráfico 3 – Família das mulheres rurais participantes dos grupos..... | 68 |
| Gráfico 4 – Nível de instrução das mulheres rurais participantes dos grupos | 69 |
| Gráfico 5 – Fontes de informação das mulheres rurais participantes dos grupos | 70 |
| Gráfico 6 – Inclusão Digital: uso de computador e internet pelas mulheres rurais participantes dos grupos | 71 |
| Gráfico 7 – Atividade econômica e renda das mulheres rurais participantes dos grupos | 72 |
| Gráfico 8 – Ocupação ou outras atividades que as mulheres rurais participantes dos grupos exercem na propriedade | 73 |
| Gráfico 9 – Tempo de participação no grupo de mulheres rurais..... | 74 |
| Gráfico 10 – Divulgação do grupo de mulheres | 75 |
| Gráfico 11 – Motivações para participação das mulheres rurais nos grupos | 75 |
| Gráfico 12 – Atividades realizadas pelas mulheres nos grupos | 76 |
| Gráfico 13 – Aspectos valorizados pelas mulheres na convivência nos grupos | 77 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1 – Evolução da população, por situação de domicílio e sexo, e razão de sexo..... | 46 |
|------------------------------------------------------------------------------------------|----|

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-----------------|----------------------------------------------------------------------------------------|
| ATER | Assistência Técnica e Extensão Rural |
| COTRISEL | Cooperativa Triticola Sepeense Ltda |
| DAP | Declaração de Aptidão ao Pronaf |
| EMATER/ASCAR-RS | Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| MDA | Ministério do Desenvolvimento Agrário |
| MPA | Movimento dos Pequenos Agricultores |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PAA | Programa de Aquisição de Alimentos |
| PNAE | Programa Nacional de Alimentação Escolar |
| PNATER | Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| PPGDR/UNISC | Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional |
| PRONAF | Programa Nacional de Fomento à Agricultura Familiar |
| SENAR | Serviço Nacional de Aprendizagem Rural |
| SPM | Secretaria de Políticas para as Mulheres |
| UNISC | Universidade de Santa Cruz do Sul |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 13 |
| 2 | CONTEXTUALIZANDO OS DEBATES SOBRE CAPITAL SOCIAL E SOCIEDADE CIVIL NO TERRITÓRIO..... | 22 |
| 2.1 | Capital Social: um conceito polissêmico | 23 |
| 2.2 | Controvérsias à perspectiva normativa apresentada por Putnam..... | 29 |
| 2.3 | O conceito de capital social para essa pesquisa | 33 |
| 2.4 | Os novos debates sobre a sociedade civil: redes sociais e capital social | 35 |
| 2.5 | Território e seus vínculos com o capital social | 37 |
| 2.6 | Dimensões do capital social: uma ênfase para o capital social comunitário.. | 40 |
| 3 | RELAÇÕES DE GÊNERO E POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DE REDES NO MEIO RURAL | 42 |
| 3.1 | Histórico das relações de gênero no meio rural no Estado do RS | 45 |
| 3.2 | A implicação dos papéis de gênero para a produção do capital social no meio rural | 48 |
| 3.3 | Mulheres Rurais e processos participativos: a emergência dos movimentos de mulheres rurais..... | 50 |
| 4 | AS RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE SOCIEDADE CIVIL E ESTADO | 55 |
| 4.1 | A EMATER/ASCAR-RS e o trabalho de extensão voltado para os grupos de mulheres rurais | 58 |
| 4.2 | Os Grupos de Mulheres Rurais do Município de São Sepé | 63 |
| 4.3 | O perfil das mulheres participantes dos Grupos de Mulheres Rurais do Município de São Sepé..... | 66 |
| 5 | PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES RURAIS EM ASSOCIAÇÕES E SUAS REPERCUSSÕES NO TERRITÓRIO | 79 |
| 5.1 | As mudanças nas relações de trabalho e nas relações familiares | 81 |
| 5.2 | O estabelecimento de novas redes sociais internas e externas à comunidade | 87 |
| 5.3 | A relação capital social, participação e desenvolvimento territorial a partir dos grupos de mulheres rurais em São Sepé/RS | 92 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 97 |
| | REFERÊNCIAS | 100 |
| | APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL | 108 |
| | APÊNDICE II – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA MULHERES PARTICIPANTES DOS GRUPOS DE MULHERES RURAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO SEPÉ..... | 111 |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| APÊNDICE III – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA EMATER, COORDENADORES REGIONAIS E EXTENSIONISTA NO MUNICÍPIO DE SÃO SEPÉ..... | 112 |
| APÊNDICE IV – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO SEPÉ | 113 |
| ANEXO I - ATA DA 1ª REUNIÃO DO GRUPO DE MULHERES DA LOCALIDADE DE MATA GRANDE..... | 114 |

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa os efeitos da participação de mulheres do meio rural nos grupos criados pela EMATER/ASCAR-RS, buscando discutir se o ingresso das mulheres nesses grupos proporcionou um maior acesso ao capital social e de que forma isto alterou os seus modos de vida e a sua posição nas comunidades rurais.

A partir da década de 1990, o Brasil passou a se constituir em um grande laboratório de experiências participativas, as quais propiciaram a participação da sociedade civil no planejamento, na implementação e na avaliação de políticas públicas em diferentes áreas. Para viabilizar essa participação, foram criados inúmeros conselhos de direitos, conselhos gestores de políticas setoriais, fóruns, orçamentos participativos, etc.

Esse alargamento das possibilidades de participação nas políticas públicas também impulsionou o surgimento de novas organizações civis e a reorientação da atuação das organizações já existentes, como demonstram os dados do IBGE/FASFIL para o período¹. No meio rural, também emergiram, nesse período, muitas instituições participativas, tais como as associações de produtores rurais e os grupos de mulheres rurais, embora alguns desses grupos já existissem anteriormente, instituídos e apoiados por políticas públicas (IBGE, 2010).

Nesse sentido, as ações de extensão rural tem importância fundamental como processo educativo de comunicação de conhecimentos e execução de políticas públicas, realizadas por instituições ou organizações estatais prestadoras de serviços.

O estabelecimento dessas novas relações entre Estado e sociedade civil incentivou o debate sobre os novos espaços públicos e a emergência da sociedade civil como força democratizante. Durante a década de 1990, produziu-se no Brasil uma vasta literatura acerca da sociedade civil e dos espaços públicos, sobressaindo-se os trabalhos desenvolvidos por Leonardo Avritzer e Sérgio Costa (AVRITZER, 1997; AVRITZER; COSTA, 2004). Esta literatura defendia que a democracia precisava ser continuamente construída e que isso seria feito com a influência da

¹ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas- IPEA divulgaram estudo sobre as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil – FASFIL, relativo ao ano de 2010. Este estudo foi realizado em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE.

sociedade civil sobre as instituições políticas. Referenciadas na perspectiva habermasiana de esfera pública e de sociedade civil, essas análises construíram uma visão bastante normativa e homogeneizante da sociedade civil, a qual era definida pelo seu caráter pluralista, horizontal, laico e, sobretudo, democrático. De acordo com vários balanços críticos em relação a essa literatura normativa sobre sociedade civil, poucas seriam as organizações civis existentes que poderiam ser enquadradas dentro desse modelo. Segundo os críticos, a contribuição da sociedade civil para a construção democrática precisaria ser investigada empiricamente antes do que pressuposta, tendo-se em vista a existência de organizações excludentes e antidemocráticas (LAVALLE, 2003; DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006).

Foi nessa mesma época que passou a ser fortemente difundida uma concepção neotocquevilliana de capital social, baseada na obra de Robert Putnam, a qual vai apresentar uma grande afinidade com a abordagem normativa da sociedade civil. A partir da publicação do seu livro *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna*, em 1993, a visão de capital social de Putnam passou a ser incorporada rapidamente por agências e organismos de cooperação internacional, os quais começaram a incentivar ações voltadas à criação e ao fortalecimento de organizações civis como uma via de promoção do desenvolvimento e do fortalecimento da democracia.

Na perspectiva de Putnam, a participação em associações tende a promover o engajamento cívico por meio do capital social que elas produzem, o que seria altamente benéfico para a democracia em geral. (FOLEY; EDWARDS, 1998). Diferentemente de outros autores que trabalharam com o objeto do capital social a partir do indivíduo e das relações que este estabelece (LIN, 2001), para Putnam o capital social adquire uma conotação coletiva e poderá constituir propriedade de certas comunidades, regiões ou nações. A partir dessa perspectiva, o tema do capital social tem despertado a atenção de inúmeros pesquisadores preocupados com a questão do desenvolvimento social e suas implicações para a construção da democracia, de forma que o conceito passou a ser quase uma referência universal.

Tanto a perspectiva de sociedade civil apresentada, como o conceito de capital social vinculado à ideia de comunidade cívica têm sido alvos de muitas críticas dentro das Ciências Sociais, principalmente porque partem de visões prescritivas que não conseguem ser sustentadas empiricamente.

Nesta dissertação, será utilizada uma abordagem estrutural acerca do capital social, que o concebe como sendo recursos sociais valorizados que estão inseridos numa determinada rede de relações. Esses recursos não são propriedades dos indivíduos, pois somente podem ser acessados por meio das relações sociais (LIN, 2001). Conforme afirma Portes (2000, p. 138), “[...] o capital social reside na estrutura das suas relações. Para possuir capital social, um indivíduo precisa se relacionar com outros, e são estes – não o próprio – a verdadeira fonte dos seus benefícios.”

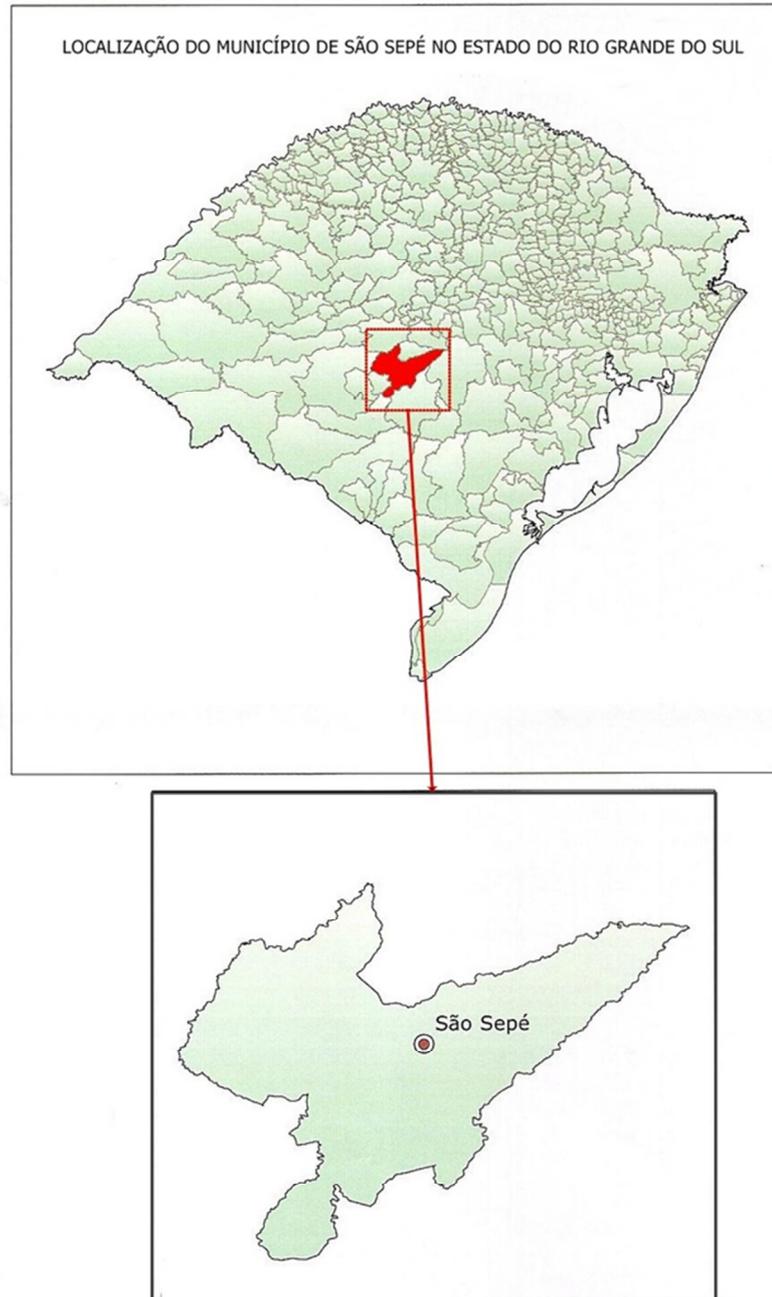
Nessa abordagem, o capital social está associado à busca de benefícios, promovida pelos atores por meio do estabelecimento de redes sociais e do ingresso em organizações (PORTES, 2000). Foi com base nesse entendimento que se buscou analisar a formação do capital social no meio rural, a partir da participação das mulheres em Grupos de Mulheres Rurais no Município de São Sepé.

A escolha do recorte empírico para a realização da pesquisa foi motivada, primeiramente, pelo fato de este município constituir meu lugar de origem, onde sempre residi e constituí quase toda a minha experiência de vida. Outra razão importante se dá pelas minhas vivências durante mais de vinte anos de trabalho no sistema cooperativo SICREDI, convivendo diretamente com a realidade das mulheres rurais. Em várias oportunidades, presenciei as dificuldades encontradas por elas em relação à sua participação nas decisões a respeito do uso dos recursos oriundos das atividades produtivas (administrados quase que exclusivamente pelos “homens chefes de família”), dos investimentos a serem realizados pelo grupo familiar, do acesso ao crédito, da divisão do trabalho na propriedade, entre outras questões vivenciadas no universo das mulheres rurais. Por último, a escolha tem como fundamentação argumentativa e teórica, a possibilidade de abranger um universo de mulheres rurais no município de São Sepé, levando em conta as características das comunidades em que estão inseridas e as organizações parceiras. A investigação empírica foi realizada entre os meses de março e julho do ano de 2016.

O município de São Sepé, conforme exposto na Figura 1, localiza-se na região central do Rio Grande do Sul e, segundo o Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010), sua população é de aproximadamente 24 mil habitantes. Apesar de ser um município pequeno, São Sepé já computa 140 anos de emancipação política e administrativa. A economia do município é voltada para as atividades agropastoris,

com forte produção de grãos, tais como arroz e soja, dentre outras culturas.

Figura 1 – Localização do município de São Sepé no Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEPÉ, 2016.
Elaborado pela autora, 2016.

Conforme dados do IBGE (2010), o município de São Sepé tem uma população de 12.021 mulheres (aproximadamente 50% da população), sendo que 2.951 são habitantes da área rural. Ao longo das últimas décadas, percebeu-se a importância da participação das mulheres em espaços públicos, como, por exemplo,

os grupos de mulheres rurais, ampliando a percepção sobre a formação de capital social, o que pode representar, além de espaços de convivência e sociabilidade, uma possibilidade de luta por condições de visibilidade e valorização do trabalho feminino, maior autonomia e igualdade de direitos para a mulher rural, bem como contribuir para o desenvolvimento social das comunidades rurais.

Desta maneira, os grupos constituem uma forma de associação comunitária, sem formalização como pessoa jurídica, integrada por mulheres das comunidades rurais. Tais grupos contam com a parceria de outras organizações locais como mediadoras e facilitadoras nos seus processos de mobilização e organização. Atualmente, as organizações parceiras são as seguintes: EMATER, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato Rural e Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal da Agricultura. Em 2016, foram contabilizados 9 grupos informais, reunindo cerca de 200 mulheres rurais no município de São Sepé, estabelecidos nas seguintes localidades: Vila Block, Cerrito do Ouro, Passo dos Freires, Mata Grande, Juliana, São Rafael, Passo dos Brum, Nossa Senhora das Dores, Rincão dos Brum e Ipê. Ressalta-se que o grupo de mulheres existente na localidade de Mata Grande possui mais de 30 anos de constituição, sendo referência pela sua organização e manutenção das atividades.

Ao abordar o capital social e sua relação com a participação das mulheres em associações no meio rural, esta pesquisa busca analisar *como* e *se* o capital social produzido por intermédio da participação das mulheres rurais nos grupos tem alterado as relações sociais nas comunidades em que essas mulheres se encontram inseridas. Para isso, foi preciso, inicialmente, construir um perfil das associações comunitárias voltadas às mulheres do meio rural no município de São Sepé (data de criação, ações desenvolvidas, participantes, entre outros elementos) que possibilitasse identificar as redes de relações estabelecidas pelas mulheres rurais que participam desses grupos e averiguar de que forma essas redes possibilitam o acesso dessas mulheres a informações e recursos que podem modificar as suas posições e relações no território. A pesquisa também buscou investigar se o fato de integrar os grupos impulsionava as mulheres a participarem de redes sociais de compromisso, incidindo em práticas de reciprocidade e de confiança mútua.

A justificativa desta pesquisa está vinculada a três questões principais: i) a inserção do tema Capital Social em discussões multidisciplinares requer um aprofundamento teórico que possibilite a compreensão da atuação dos sujeitos na

vida associativa; ii) a relevância da questão de gênero no meio rural e os efeitos da participação das mulheres em ações coletivas; iii) as repercussões dessa participação das mulheres na vida associativa para as relações sociais no território. Já o significado social da pesquisa leva em conta a perspectiva de gênero, uma vez que entre os diversos sujeitos presentes no território, a mulher rural é muito atingida pela desigualdade nos espaços ocupados.

As circunstâncias de gênero associadas à classe social e à etnia tendem a agravar a condição da mulher rural, que muitas vezes enfrenta dificuldades de investimentos na atividade produtiva, como o reduzido grau de escolaridade, as limitações geográficas de acesso aos serviços de saúde, entre outros. Por isso, a participação ativa das mulheres rurais em associações coletivas, a exemplo dos grupos de mulheres rurais investigados, é basilar para investigar a formação do capital social nesta pesquisa. É necessário saber quem são as mulheres que participam dos grupos e o que as leva a participarem, de que maneira se dá essa participação e quais os seus efeitos sobre a vida associativa das comunidades. A partir dessas respostas, a participação efetivada como escolha não pode mais ser vista como algo dado ou normativo.

Além de trazer uma visão que problematiza as abordagens teóricas e normativas sobre sociedade civil e, sobretudo, sobre capital social, esta dissertação busca contribuir para a compreensão sobre a atuação dos sujeitos na vida associativa (que benefícios eles buscam, como essas relações alteram o seu modo de vida, por meio do acesso a determinados recursos).

Além disso, a pesquisa traz um recorte de gênero, pois objetiva analisar os efeitos da participação das mulheres em organizações civis no meio rural, possibilitando discutir se essa participação vem alterando as relações sociais estabelecidas nos territórios.

Com o intuito de analisar como o capital social produzido por meio da participação das mulheres rurais em associações está alterando as relações de sociabilidade das comunidades em que se encontram inseridas, adotou-se uma abordagem de cunho fenomenológico para este estudo. A preocupação nessa abordagem assenta-se em resgatar as percepções dos vários atores sobre aquilo que foi vivido. Para entender o mundo, é importante entender as pessoas que nele habitam, podendo-se afirmar que a realidade é construída pela sociedade em questão, pelas pessoas, por suas relações, as quais precisam ser compreendidas

por meio de técnicas de pesquisa para que, a partir delas, possa o pesquisador entender tal realidade (GIL, 1999; TRIVIÑOS, 1987).

A fenomenologia se preocupa com a descrição direta da experiência, tal como ela se deu segundo os que a vivenciaram. A realidade é construída e entendida como compreendida, interpretada e comunicada através do resultado da pesquisa. A realidade não é única: existem tantas quantas forem as suas interpretações e comunicações. O sujeito/ator é reconhecidamente importante no processo de construção do conhecimento (GIL, 1999; TRIVINOS, 1987).

Para que se possa compreender este fenômeno em profundidade, utilizou-se de procedimentos qualitativos de pesquisa, por considerá-los mais adequados para desenvolver pesquisas com grupos sociais. Neste caso, a pesquisa qualitativa foi adotada devido à necessidade de expressar a experiência vivida pelas mulheres rurais e as relações estabelecidas nos grupos de convivência. Esse tipo de pesquisa envolve o pesquisador na vida da comunidade, por meio de uma ação disciplinada e orientada por princípios e estratégias, na busca de significados da realidade que investiga.

O ponto de partida para a coleta das informações necessárias para possibilitar a construção de dados consistentes foi a participação nas reuniões mensais dos grupos de mulheres nas comunidades rurais do município de São Sepé. Nessas reuniões, realizou-se a observação direta com registro em diário de campo e aplicou-se um questionário para conhecer o perfil das participantes dos grupos e suas expectativas em relação ao grupo. Posteriormente, realizaram-se entrevistas semiestruturadas individuais. As técnicas de observação direta e entrevista semiestruturada evidenciavam, na prática, os comportamentos que interessam colocar em perspectiva ou verificar a ausência. Ademais, foram os meios pelos quais obtiveram-se as informações que embasaram a investigação proposta, na qual se buscou conhecer a percepção das mulheres participantes dos grupos sobre a formação de capital social no meio rural.

Por meio da técnica de entrevista semiestruturada, com roteiro flexível, buscou-se conhecer a percepção das mulheres participantes dos grupos de mulheres rurais sobre a formação de capital social, possibilitando que as entrevistadas tivessem liberdade de falar a respeito do tema em questão, sem se prender a uma conversa previamente formulada.

Também foi utilizada pesquisa documental, a qual consistiu na exploração de

um conjunto de materiais que receberam um tratamento analítico de acordo com os objetivos projetados. Para isso, foi realizada uma busca de documentos relacionados à formação e ao funcionamento dos grupos. Tais documentos foram obtidos junto à EMATER, ao Sindicato Rural, à Secretaria de Agricultura do Município de São Sepé, e com os próprios grupos de mulheres rurais (livros de atas, cadernos de apontamentos, fotografias, entre outros). Esses materiais permitiram que se recuperassem a trajetória institucional desses grupos e a dinâmica da vida associativa apresentada em cada grupo.

Com base na coleta e na sistematização dos dados, procedeu-se a análise e a interpretação dos dados através do método de análise do conteúdo, por este ser “um meio para estudar as comunicações entre os homens, colocando ênfase no conteúdo das mensagens” (TRIVINOS, 1987, p. 160). Foi realizada a análise das informações obtidas através dos documentos, de observação e interpretação dos dados coletados nas entrevistas. Para Bardin (2009), a análise de conteúdo, enquanto método torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações, utilizando procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Esse método se presta a analisar o estudo das motivações, das atitudes, dos valores, das crenças e das tendências, formando uma visão ampla. A análise interpretativa do conteúdo apoiou-se em três aspectos: a) nos resultados alcançados no estudo, ou seja, da observação participante e da entrevista semiestruturada; b) na fundamentação teórica; c) na experiência pessoal da pesquisadora.

A apresentação desta dissertação encontra-se estruturada em cinco capítulos, contando esta introdução.

No segundo capítulo, apresenta-se o quadro conceitual da pesquisa, a partir da discussão sobre o conceito de capital social nas perspectivas de Bourdieu (1983), Coleman (1988) e Putnam (1993), assim como a contribuição que essas abordagens aportaram para esta pesquisa. Expõe-se o conceito de capital social utilizado nesta pesquisa e suas implicações para a análise. Também se discute as novas abordagens sobre sociedade civil e sua relação com as redes sociais, com o capital social e com o território, enfatizando a formação do capital social comunitário.

No terceiro capítulo, aborda-se uma análise das relações de gênero no meio rural no Estado do Rio Grande do Sul, discutindo-se a implicação dos papéis de gênero para a produção do capital social no meio rural e a importância dos

processos participativos envolvendo mulheres.

No quarto capítulo, é apresentada a abordagem das relações entre a sociedade civil e Estado, por meio de suas organizações, analisando o trabalho de extensão rural desenvolvido pela EMATER orientado para os grupos de mulheres rurais, em que se contextualizam os grupos de mulheres no município de São Sepé e apresenta-se o perfil das mulheres participantes de tais grupos, alinhando à referências teóricas de diferentes autores que ratificam os resultados da pesquisa. Nesse capítulo, também são explicadas as definições e as escolhas metodológicas, os critérios na aplicação da metodologia de pesquisa e a análise dos dados.

Por fim, no quinto capítulo, realiza-se a análise da participação das mulheres rurais em associações e suas repercussões no território, o que permitiu verificar as mudanças nas relações de trabalho e nas relações familiares e o estabelecimento de novas redes sociais internas e externas à comunidade.

2 CONTEXTUALIZANDO OS DEBATES SOBRE CAPITAL SOCIAL E SOCIEDADE CIVIL NO TERRITÓRIO

O novo discurso participacionista e de revalorização da sociedade civil, surgido em decorrência do processo de democratização brasileira, coincidiu, no espaço público internacional – já no final dos anos 80 –, com o surgimento dos novos discursos políticos neoliberais das agências de desenvolvimento, da ONU e suas agências, de fundações privadas e de ONGs. Com a abertura democrática, possibilitou-se a emergência de novas relações entre Estado e sociedade, fazendo com que, no novo contexto político-social, a articulação da sociedade civil, os novos processos participativos e o debate sobre o espaço público lograssem lugar de destaque, especialmente pela emergência da sociedade civil como força democratizante, concebida como dotada de atributos como transparência, flexibilidade, horizontalidade de relações, entre outros (TIRELLI, 2013).

Foi nessa conjuntura política e social que passou a ser difundida a concepção norte-americana do capital social, alicerçado nas pesquisas de Robert Putnam. A partir disso, a discussão em torno do capital social tem despertado a atenção de inúmeros pesquisadores, preocupados com a questão do desenvolvimento social e suas implicações para a construção da democracia, de forma que o conceito passou a ser quase uma referência universal.

Contudo, desde os anos 2000, começaram a despontar vários estudos críticos em relação a essa literatura sobre sociedade civil no Brasil, apontando, entre outros aspectos: a) a normatividade contida nesses trabalhos, substituindo a investigação empírica; e b) a sua tendência a homogeneizar internamente as distintas esferas sociais (Estado, mercado e sociedade civil) como se seguissem uma única racionalidade prescritiva.

Nesse contexto, no debate sobre sociedade civil produzido nos anos 90, predominou a ausência de análises empíricas que explicassem o caráter diverso e, por vezes, transitório de constituição dos atores da sociedade civil. Lavallo (2003) e Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) afirmam que essa ausência tem contribuído para a formulação de visões essencializantes e maniqueístas acerca da sociedade civil, pois ela é percebida enquanto uma realidade “dada” e, conseqüentemente, “natural”. A naturalização característica das organizações da sociedade civil resulta, em termos gerais, de sua construção como organizações virtuosas e voltadas à

construção democrática.

Assim, diante da heterogeneidade dos conteúdos relacionados ao tema capital social e das várias críticas atribuídas ao conceito – bem como as críticas feitas à literatura sobre sociedade civil –, considera-se importante relacionar, neste capítulo, além das abordagens teóricas produzidas sobre o assunto, as críticas formuladas por um conjunto de autores, tanto à tese de Robert Putnam, quanto à concepção idealizada de sociedade civil, chegando à discussão de capital social e seus vínculos com o território e redes sociais.

Para tal, este capítulo encontra-se estruturado em seis seções, assim expostas: na primeira seção, apresentam-se as diversas definições conceituais de capital social segundo a perspectiva de diferentes autores, destacando-se os trabalhos de Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam; na segunda seção, demonstra-se a crítica relacionada à perspectiva normativa apresentada por Putnam; na terceira seção, aborda-se a perspectiva de capital social adotada nesta dissertação; na quarta seção, retomam-se os debates sobre a sociedade civil, redes sociais e capital social; na quinta seção, discute-se território e seus vínculos com o capital social; e, na última seção, analisam-se as várias dimensões do capital social, sobretudo o capital social comunitário.

2.1 Capital Social: um conceito polissêmico

A utilização do termo capital social foi introduzida nos meios acadêmicos inicialmente por Lyda Judson Hanifan, em 1916, para descrever centros comunitários de escolas rurais, onde as condições crescentes de pobreza e vulnerabilidade estavam associadas ao decréscimo de sociabilidade e a relações de boa vizinhança. O conceito elaborado por Hanifan traduzia a ideia de que certos elementos da vida cotidiana, tais como a cooperação e o bom relacionamento, constituem-se como fatores contributivos do bem estar da comunidade (MATOS, 2009).

Conforme o balanço da literatura sobre capital social produzido por Portes (2000), foi somente a partir da década de 1980 que esse conceito passou a receber um tratamento mais sistemático, embora o autor saliente que a reflexão acerca dos efeitos das redes de sociabilidade sobre os indivíduos não seja nova nas Ciências Sociais, já estando presente nas obras de Durkheim e Marx.

No entanto, a discussão mais contemporânea do tema surge a partir das obras de Bourdieu, Coleman e Putnam e dos desdobramentos e críticas que essas obras receberam por parte de outros autores. Isso, sobretudo, a partir da década de 1990, quando um conjunto de conceitos desenvolvidos pela sociologia e pela ciência política sobre a temática capital social passou a fazer parte da literatura acadêmica que trata do desenvolvimento e de sistemas democráticos de governo.

Segundo Milani (2007), as diferentes abordagens relacionadas ao tema e os conceitos apresentados em pesquisas, de diferentes áreas procuram abranger algo que é produzido, acumulado e reproduzido no contexto das relações sociais. Isso teria impacto na forma como funcionam as instituições e ocorrem os processos sociais.

Foi com o sociólogo francês **Pierre Bourdieu**, no início da década de 1980, através da edição do texto *The forms of capital* que o conceito de capital social, como resultado de uma análise sistemática, entrou definitivamente na agenda acadêmica internacional. Nesse trabalho, o autor definiu capital social como:

[...] o conjunto de recursos atuais ou potenciais que são colocados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas pelo interconhecimento e pelo reconhecimento; ou, em outros termos, ao pertencimento a um grupo, como conjunto de agentes que não são apenas dotados de propriedades comuns (suscetíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas são também unidos por laços permanentes e úteis (BOURDIEU, 1980, p. 2, tradução nossa).

De acordo com Portes (2000, p. 135), Bourdieu constrói uma visão instrumental relacionada ao conceito de capital social, pois este vai centrar-se nos benefícios angariados pelos indivíduos em virtude da sua participação em grupos. Ou seja, há uma intencionalidade na construção de sociabilidades para se conseguir acessar o capital social. Por isso, para Bourdieu (1983), construir o conceito de capital social é

Produzir o meio de analisar a lógica segundo a qual esta espécie particular de capital é acumulada, transmitida, reproduzida, como meio de compreender como se transforma em capital econômico e, inversamente, a preço de que trabalho pode o trabalho econômico transformar-se em capital social, o meio de captar a função de instituições como clubes ou muito simplesmente, a família, lugar principal de acumulação e da transmissão desta espécie de capital (BOURDIEU, 1983, p. 45).

A problemática teórica dos escritos de Bourdieu (1983, p. 8) se assenta “sobre a questão da mediação entre o agente social e a sociedade”. Mas se

Bourdieu (1983, p. 45) afirma que “capital social é aquilo que a linguagem comum chama de as relações”, afirma ainda que [...] “uma parte do trabalho da ciência social consiste em descobrir tudo que é desvelado-velado pela linguagem comum”. Nesse conjunto de relações que ocupam o espaço social, evidencia-se a necessidade de tratar das noções de *habitus* e *campo*.

O espaço social é o “campo” onde se manifestam as relações entre os agentes. Ortiz (1983, p. 21) afirma que “o campo se particulariza como um espaço em que se manifestam relações de poder”. Aqueles agentes que possuem maior “quantum social” do capital valorizado dentro de um determinado campo irão ocupar as posições dominantes e determinar quais são os bens legítimos a serem disputados pelos diversos agentes dentro do campo. Dessa forma, relações estabelecidas pelos diferentes agentes sociais geram disputas pela ocupação dos espaços nos diversos campos sociais, influenciando no comportamento desses atores, nas estruturas sociais condicionantes e na reprodução de classes.

Bourdieu (1983, p.75) afirma que “*habitus*” é a “mediação universalizante que faz com que as práticas sem razão explícita e sem intenção significativa de um agente singular sejam, no entanto, sensatas, razoáveis e objetivamente orquestradas.”

Para Bourdieu (1980), as pessoas possuem um modo de agir social de acordo com as situações da vida prática, ou seja, segundo seu “*habitus*”, como resposta pessoal às situações vivenciadas em suas relações sociais e que tende a conformar e a orientar a ação, reproduzindo as relações sociais objetivas. Agindo segundo o “*habitus*”, estabelece-se uma continuada relação de trocas afetivas, simbólicas ou materiais, individuais e coletivas, proporcionando afirmação e reafirmação dos laços de sociabilidade entre os indivíduos pertencentes à rede no tempo atual e em continuidade no futuro, o que supostamente se traduz em formas de reprodução do capital social.

Dessa forma, o volume de capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva da cada um daqueles a quem está ligado. (BOURDIEU, 1980).

Portanto, se a extensão das redes de relações importa para produção do capital social, a participação nesta rede de relações sociais daria, ao indivíduo, acesso a um conjunto de recursos possuídos pelos demais membros da rede: “ser

miembro de un grupo proporciona a cada uno de sus miembros todo el soporte del capital poseído colectivamente” (BOURDIEU, 1999, p. 14).

A interiorização, pelos atores sociais, dos princípios, dos valores e das normas do grupo e a adequação das ações para sua constante reprodução no espaço social ocorre de forma subjetiva, segundo as posições sociais que ocupam nos processos de socialização. Por isso, Bourdieu (1999, p. 17) afirma que “la reproducción del capital social presupone un incesante esfuerzo de sociabilidad, una serie continua de intercambios en el cual el reconocimiento es infinitamente afirmado y reafirmado.”

No entendimento trazido por Bourdieu (1999), o capital social, como recurso individual, permite certos acessos sociais, por meio dos relacionamentos com os outros atores sociais, formando sua rede de contatos e aproximações, com reconhecimento simbólico de prestígio, valores e virtudes. Dessa forma, o capital social pode ser tratado como um recurso originado nas redes de relações para uso com fins privados, possibilitando que um indivíduo possuidor de estoque de capital social consiga mobilizar uma extensa rede de relações sociais em proveito de suas intenções “mundanas”. Por isso, as teorias formuladas por Bourdieu centram-se nos ganhos auferidos pelos indivíduos que participam de determinados grupos sociais.

No final dos anos 1980, a abordagem sobre capital social trazida pelo sociólogo americano **James Coleman** (1988), amplia os conceitos apresentados por Bourdieu, pois além das relações sociais, de confiança e de reciprocidade, Coleman dá ênfase à estrutura das relações entre grupos, e não apenas as relações entre indivíduos. No trabalho intitulado *Foundations of Social Theory* (1990), o autor explica o capital social pela sua função, considerando-o como um conjunto de diferentes entidades que compartilham aspectos das estruturas sociais, facilitando as ações de determinados atores sociais, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse. É o exemplo clássico de uma comunidade rural, onde um agricultor ajuda o outro em determinada atividade produtiva e onde os implementos agrícolas são reciprocamente emprestados, o capital social permite a cada agricultor realizar o seu trabalho com menos capital físico sob a forma de máquinas e equipamentos. (COLEMAN, 1990).

Compartilhando o entendimento de Bourdieu, Coleman (1990) argumenta que o capital social não é um atributo dos indivíduos que dele se beneficiam, mas um aspecto dependente do contexto e da estrutura social em que está inserido, ou seja,

inerente à estrutura das relações entre dois ou vários atores, tendo suas bases na teoria de redes. Como as outras formas de capital, o capital social pode ser produtivo, a partir da apropriação de recursos das estruturas sociais, ou seja: resultar da mobilização das ações nas atividades sociais. Agindo instrumentalmente, os indivíduos utilizariam os recursos sociais disponíveis para atingir seus objetivos coletivos.

Apesar da significativa contribuição das obras de Bourdieu e Coleman para a discussão sociológica sobre capital social, foi a partir dos anos noventa que o termo ganhou maior notoriedade, com a publicação do livro de Robert Putnam, intitulado *Comunidade e Democracia: A experiência da Itália Moderna*. Esta obra tornou-se um clássico das Ciências sociais e da Economia, trazendo o entendimento sobre as disparidades de desenvolvimento entre o norte e o sul da Itália em um período de descentralização administrativa, bem como um aprofundamento nos estudos sobre os fundamentos da democracia italiana.

Nesse trabalho, Putnam expõe os resultados de sua pesquisa, realizada durante duas décadas, sobre a diferença do desempenho institucional entre o Norte e o Sul da Itália após a reforma administrativa regional ocorrida na Itália em 1970. A principal constatação é que as administrações regionais do Centro e do Norte da Itália apresentaram melhor desempenho que as do Sul. A relação com as tradições cívicas naquelas regiões são apontadas como a razão fundamental para as diferenças de desempenho entre as regiões.

As diferenças de desenvolvimento econômico e a consolidação institucional entre o Norte e o Sul são atribuídas ao capital social construído ao longo da história dessas regiões italianas. No Norte, assentou-se uma rede horizontal de relações sociais formadas por associações (cooperativas, sindicatos e clubes) com objetivos diversos e que congregavam um grande contingente da população regional. De modo contrário, no Sul, as relações estabeleceram-se de forma verticalizada e hierarquizada, com princípios que remontam ao período da fundação do Império Normando. Putnam (2000) afirma categoricamente que as comunidades do Centro e Norte italiano tornaram-se ricas porque eram cívicas e, por isso, a formação de uma comunidade cívica é fundamental para o bom desempenho das instituições democráticas.

Essa comunidade cívica, por sua vez, ampara-se e tem suas normas e valores reforçados a partir das associações civis, as quais produzem efeitos

positivos tanto em nível interno, agindo sobre os indivíduos que participam dessas associações, quanto em nível externo, na sociedade mais ampla.

Segundo Putnam (2000, p.103): “No âmbito interno, as associações incutem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público”. O autor também afirma que participar ativamente de associações, mesmo que o seu objetivo manifesto não seja político, “desenvolve o espírito de cooperação, o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos.” (PUTNAM, 2000, p.104). Por outro lado, como reflexo externo, a participação em diversas associações produz a “articulação de interesses”, incorporando e promovendo a colaboração social.

Os estudos de Putnam (2000) concluíram que o contexto cívico é importante para o funcionamento das instituições, podendo a cultura cívica atuar positivamente sobre as instituições, ou pelo lado oposto, sua ausência seria um obstáculo intransponível ao desempenho institucional. Para o autor (2006, p. 102), essa comunidade cívica “[...] se mantém unida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e não por relações verticais de autoridade e dependência.” Tal comunidade pressupõe uma relação de igualdade política, o que implica numa igualdade de direitos e deveres entre os indivíduos que seguem as regras de reciprocidade. Para o autor,

As regras de reciprocidade generalizada e os sistemas de participação cívica estimulam a cooperação e a confiança social porque reduzem os incentivos a transgredir, diminuem a incerteza e fornecem modelos para a cooperação futura. Os indivíduos podem ser confiantes [...] por causa das normas e dos sistemas em que se inserem (PUTNAM, 2000, p. 186).

Na sua teoria, Putnam (2000) tenta explicar como o capital social incorporado na participação cívica e sistemas horizontais favorece o desempenho do governo, da economia e do desenvolvimento por meio da cooperação, confiança e reciprocidade.

O capital social está relacionado com diversos aspectos ligados à organização social como redes sociais, confiança mútua, compromisso cívico, cooperação voluntária, entre outros, os quais constituem uma estratégia adequada para a solução dos dilemas da ação coletiva. Apesar disso, o autor reconhece que “criar capital social não será fácil, mas é fundamental para fazer a democracia funcionar” (PUTNAM, 2000, p. 194). De acordo com o autor,

Os estoques de capital social, como confiança, normas e sistemas de participação, tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente. Os círculos virtuosos redundam em equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem estar coletivo. Eis as características que definem a comunidade cívica (PUTNAM, 2000, p. 186).

Essa abordagem normativa do capital social produzida por Putnam tem sido alvo de inúmeras críticas desde o final da década de 1990, embora sua utilização ainda seja muito recorrente em estudos sobre desenvolvimento local e regional. De acordo com os críticos, essa concepção normativa não corresponde ao funcionamento de todas as instituições, assim como não consegue traduzir as relações existentes nos processos participativos nas esferas da sociedade. Entre as críticas, destacam-se as que apontam para o papel extremamente idealizado que esta perspectiva confere às associações civis. Conforme Foley e Edwards (1998) seria necessário investigar que tipos de organizações, sob que circunstâncias e quais os seus efeitos para o sistema político, em vez de pressupor que a vida associativa em geral produz efeitos positivos para a comunidade e para a vitalidade da democracia (FOLEY; EDWARDS, 1998).

Isso implica em conhecer as interações que se estabelecem no espaço social e apreender concretamente como essas relações se manifestam, mobilizando recursos que podem ser denominados de capital social que podem ou não se tornarem eficientes e apropriados pelo universo social, produzindo resultados que precisam ser analisados empiricamente.

2.2 Controvérsias à perspectiva normativa apresentada por Putnam

Não obstante à relevância da teoria apresentada por Putnam, a literatura baseada nesses estudos, trazendo a interpretação normativa dada ao capital social e sua relação com os atributos da sociedade civil vêm sendo contestada por um conjunto de autores² que, a partir de diferentes abordagens teóricas, buscam problematizá-la, demonstrando que a participação social pode apresentar resultados diversos, podendo, inclusive, adotar um caráter antidemocrático.

As críticas endereçadas à concepção de Putnam se dão em relação ao caráter normativo que ele atribui à sociedade civil como lugar de realização da

² Na literatura internacional, os principais representantes são EVANS, 1996; FOLEY; EDWARDS, 1998, COHEN, 1999; FINE, 2001; OSTROM; AHN, 2003. No caso brasileiro, destacam-se os estudos de LAVALLE, 2003; AVRITZER; COSTA, 2004; DAGNINO; OLVERA, PANFICHI, 2006.

autêntica solidariedade e confiança mútua.

Theda Skocpol, nos anos 1980-90, notabilizou-se por criticar o que chamou de “visão romântica da política”, combatendo a ênfase dada por Putnam ao revigoração da sociedade sem mencionar a participação do Estado. Nos argumentos da autora, as associações cívicas nos Estados Unidos surgiram e se desenvolveram em consonância com as ações do governo, que sempre incentivaram associações voluntárias, e a via de revitalização da sociedade seguiu pela revitalização da política democrática (ARAÚJO, 2003).

Conforme Skocpol e Fiorina (1999), muitas democracias surgiram de relações de desconfiança, as quais deram origem às lutas sociais e, no limite, às revoluções. Em sua crítica, essas autoras salientam que a simples participação em associações não pode ser interpretada como promotora de atitudes relevantes para o engajamento cívico e para a democracia (TIRELLI, 2013).

De acordo com Foley e Edwards (1998), o bom funcionamento da democracia não depende apenas de uma vida associativa pujante, mas da existência de instituições políticas e de uma ordem constitucional que estruture as relações entre elas. Na mesma linha, considera-se que a criação de várias associações, assim como as suas formas de atuação e de organização, só podem ser compreendidas se atentarmos para as relações que estabelecem com os distintos setores do Estado.

Em uma crítica à perspectiva determinista cultural apresentada por Putnam, Evans (1996), vai afirmar que o capital social não é simplesmente um atributo cultural, mas que pode ser formado, desde que haja organizações suficientemente vigorosas para indicar aos indivíduos alternativas aos comportamentos políticos convencionais. A seu ver,

as dotações pré-existentes de capital social são recursos valiosos na construção de relações sinérgicas (entre Estado e sociedade civil), **mas não podem ser consideradas como a raridade decisiva**. As comunidades que desfrutam os benefícios da sinergia não desfrutam necessariamente dotações prévias excepcionais de capital social (EVANS, 1996 *apud* FIGUEIREDO NETO et al., 2006, p. 6).

Embora os estudos de Putnam tenham mostrado que a existência de capital social em uma região torne possível a realização de ações colaborativas que resultem em benefício de toda a comunidade, facilitando estratégias de desenvolvimento, sua concepção de capital social se restringe a uma “compreensão

determinista sob o ponto de vista histórico e cultural”. (MORAES, 2003, p. 128-129).

Os neoinstitucionalistas rejeitam a relação direta entre o contexto sociocultural histórico com a suposta formação de laços de confiança e o nível de engajamento cívico estabelecido pela obra de Putnam. Nessa mesma acepção, Cohen (1999, *apud* DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, p. 26) aponta a fragilidade do conceito de capital social ao afirmar que tal conceito “não pode explicar a vida em sociedade para além das comunidades locais”.

Da mesma forma, Bem Fine (2001) também refere a teoria sobre capital social como “metodologicamente reducionista” ao questionar determinadas condições (valores, confiança, normas de sociabilidade, etc.) que são denominadas de capital social, mas que não necessariamente dizem respeito ao capitalismo.

No mesmo sentido, Dagnino, Olvera e Panfichi (2006, p. 21-25), afirmam que há um estranho consenso quanto à participação de atores sociais, indicando uma visão quase hegemônica das contribuições da sociedade civil à democracia. Na visão desses autores, isso esconde uma diversidade de projetos e propósitos, muitas vezes não tão democráticos.

A visão homogeneizante da cooperação cria um caráter virtuoso, no qual desaparece o conflito, tornando-se necessário analisar quais atores sociais e quais os espaços públicos estão sob análise. Associada a essa visão homogeneizante de sociedade civil, a categoria capital social se tornou uma espécie de “noção guarda-chuva”, com atribuição de um número crescente de significados, sendo utilizada como referência universal sem especificar o que quer dizer quando é utilizada.

Em relação aos processos da vida associativa, Frey (2003, p. 178) salienta que ao adotar uma abordagem basicamente quantitativa, Putnam “enfrenta o dilema de como tratar os diferentes tipos de associações, cujas particularidades são ignoradas nos *surveys* existentes”, uma vez que a quantidade de associações de uma sociedade, na concepção de Putnam, representa seu estoque de confiança e capital social. Essas informações podem contrastar com a existência de organizações de grande solidariedade de seus membros e de uma ética comum, mas com atuação antidemocrática e de práticas de intolerância, como por exemplo, as organizações criminosas ou de intolerância religiosa.

Assim, se na concepção de Putnam a questão da existência de uma ética ou moral comum é de extrema importância para concepção de uma organização social com certa identidade – o que se pode chamar de comunidade –, de modo contrário,

Warren (2001) demonstrou em suas pesquisas na área da sociologia das associações que nem todas são capazes de produzir efeitos de aprendizagem democrática. Portanto, existe uma ambiguidade inerente ao conceito de capital social, ou seja, “mesmo o capital social capaz de criar conectividade entre diferentes grupos sociais, não gera, necessariamente, liberdade, tolerância e igualdade” (FREY, 2003, p. 180). O autor afirma que

Seria insuficiente para quem desejasse ver o fortalecimento das comunidades como atores de transformação social limitar-se a estudar apenas os laços sociais existentes; antes é indispensável “analisar os mecanismos pelos quais novas culturas morais são formadas, e estudar o que vai impedi-las de perseguir valores que são incompatíveis com uma sociedade livre e justa” (FREY, 2003, p. 180).

Dessa forma, existe a necessidade de uma identidade comum para haver uma comunidade, o que pode gerar uma exclusão de determinados indivíduos do grupo. Se de um lado essa identidade conecta e integra pessoas, possibilitando um agir coletivo, por outro lado, produz-se a exclusão de outros indivíduos, como “base de sustentação de sua própria força e união” (FREY, 2003, p. 180).

Por fim, alguns autores (PORTES, 1998; CARPIM, 2005) tem apontado o aspecto tautológico que assume a obra de Putnam, já que seu argumento central sobre o capital social apresenta uma circularidade lógica, na qual os lugares que estão bem governados e progridem economicamente o fazem porque tem elevado capital social, o que, por sua vez, produziria maior engajamento cívico e maior estoque de capital social. Produzir-se-iam, dessa forma, círculos virtuosos e, em um sentido inverso, círculos viciosos. De acordo com Portes (1998), Putnam não incluiu variáveis que poderiam contestar o seu modelo explicativo, nem realizou testes com grupos de controle.

Portanto, considerando as discussões apresentadas, entende-se que a forma como se produz o capital social e qual a sua contribuição para a construção democrática passa a ser algo contingencial e importante de ser investigado empiricamente para verificar seus resultados, bem como essas análises não podem ser realizadas sem levar em conta as relações estabelecidas entre as instituições políticas e sociedade. Em relação às mulheres rurais, o trabalho de extensão rural realizado pela EMATER associado à políticas públicas dá conta da importância dessas relações.

2.3 O conceito de capital social para essa pesquisa

A partir da abordagem do capital social trazida anteriormente, pretendeu-se apresentar uma visão ampliada do conceito de capital social. Entretanto, no contexto desta pesquisa, entende-se que é imprescindível buscar a colaboração de outros autores que trabalham a ideia de capital social como intrinsecamente atrelada com as relações sociais e as redes.

Dessa forma, o conceito de capital social usado neste trabalho baseia-se numa perspectiva relacional, segundo a qual ele é investigado por meio de seus efeitos nas redes sociais³. Essa escolha se ampara nas definições de Pierre Bourdieu e James Coleman destacando-se a ênfase dada às redes de relações estabelecidas entre os indivíduos. Já em relação à teoria formulada por Robert Putnam, o autor afirma que a participação dos indivíduos na vida em sociedade formam redes relacionais de importante função na construção do capital social.

No mesmo sentido, Portes (1998) afirma que as ligações entre as pessoas ou grupos formando redes é extremamente importante para a formação do capital social, na medida em que se constituem meios para obtenção de recursos.

Dependendo das características das suas redes e das posições sociais no interior delas, os indivíduos podem ser capazes de mobilizar uma quantidade significativa de recursos, controlando comportamentos egoístas e se colocando de acordo com as expectativas do grupo (PORTES, 1999, p. 16, tradução nossa).

Nesta pesquisa, busca-se analisar se a participação das mulheres rurais nos grupos de mulheres tem possibilitado uma ampliação do seu capital social, por meio da intensificação dos vínculos estabelecidos entre elas e com agentes externos aos grupos. Isso implica em conhecer as interações que se estabelecem no espaço social estudado e apreender concretamente como essas relações permitem (ou não) o acesso a recursos mais valorizados, os quais podem produzir alterações na posição de subalternidade ocupada pelas mulheres do meio rural.

³ Marteleto (2001) define redes sociais como o conjunto de relações que os indivíduos, grupos ou organizações estabelecem através das interações uns com os outros, priorizando a valorização dos elos informais e relações em detrimento de estruturas hierárquicas. São iniciadas a partir da tomada de consciência de uma comunidade de interesses as e entre as motivações mais significativas para o desenvolvimento de redes estão os assuntos que se relacionam aos níveis de organização regional, local e comunitário.

Bertoloni e Bravo (2004, p. 1-5) apresentam categorias nas quais o capital social pode ser encontrado de acordo com determinados aspectos, que são: i) relacional; ii) normativo; iii) cognitivo; iv) confiança social; v) institucional.

Interessa a esta pesquisa destacar a perspectiva relacional do capital social, por ser a mais adequada ao estudo das organizações, uma vez que a dimensão relacional do capital consiste em recursos que se encontram imersos em redes e, portanto, não pertencem a nenhum indivíduo tomado isoladamente. Esses recursos valorizados pela sociedade somente podem ser acessados pelo estabelecimento de laços diretos e indiretos com outros agentes (LIN, 2001).

A categoria relacional compreende a soma das relações, laços e trocas que ligam ou vinculam os indivíduos de uma determinada rede, podendo criar novos laços sociais ou estreitar os já existentes. Sendo assim, o capital social está contido nas relações sociais dos indivíduos, constituindo laços sociais que, por meio da convivência, confiança e ajuda mútua, podem aumentar o sentimento de “grupo ou de comunidade” nos indivíduos.

Lin (2001) afirma que o capital trata de recursos acessíveis mediante relações diretas ou indiretas, obtido por meio das conexões internas do grupo, como também por relações externas a ele. Na perspectiva do autor, as ações promovidas pelos agentes são de duas ordens: expressivas ou instrumentais. As primeiras são voltadas à manutenção dos recursos já valorizados, por meio do estabelecimento e do fortalecimento de relações entre indivíduos que ocupam as mesmas posições. Já as segundas são voltadas à obtenção de recursos valorizados, os quais podem ser alcançados com o estabelecimento de relações com agentes externos ao grupo e que ocupem posições mais favoráveis na estrutura social.

De acordo com Carpim (2005, p. 21), nessa perspectiva, “o capital social não tem conotação positiva ou negativa, entende-se que pode ser utilizado em diferentes sistemas de trocas para distintas finalidades.” Nesse sentido, capital social relaciona-se aos recursos acessados a partir dos vínculos ou relações estabelecidas entre os indivíduos de um espaço social delimitado, destacando-se a importância desses vínculos sociais como canais de transmissão e acesso a recursos sociais.

2.4 Os novos debates sobre a sociedade civil: redes sociais e capital social

As análises sociológicas desenvolvidas no Brasil na década de 90, após o processo de abertura política, indicam uma crítica à concepção idealizada de sociedade civil, bem como às exigências depositadas sobre seus atores. Nesse espaço de discussão, salientam-se aspectos relacionados às inter-relações entre Estado e sociedade civil, os novos espaços de participação, o papel da sociedade civil no desenho de políticas públicas, a emergência de novas institucionalidades, entre outras pautas.

Segundo o balanço crítico desenvolvido por Lavallo(2003) acerca dessa literatura normativa de sociedade civil, às altas expectativas depositadas nos movimentos sociais e em torno do papel democratizador das associações civis, equacionado por meio de teorizações normativas sobre a “nova sociedade civil”, se amparavam, em termos internacionais, nas perspectivas de esfera pública e de sociedade civil desenvolvida por Habermas e retomada posteriormente por Cohen e Arato. Tais perspectivas salientam a emergência de um associativismo cívico e de novos atores sociais, com possibilidade de desapego a interesses particulares e capacidade de acionar a esfera pública para levar as demandas de uma coletividade.

De acordo com Lavallo (2003, p. 97), na perspectiva normativa, a sociedade civil vai ser definida como

uma trama diversificada de atores coletivos, autônomos e espontâneos a mobilizar seus recursos associativos mais ou menos escassos – via de regra dirigidos a comunicação pública – para ventilar e problematizar questões de interesse geral.

Nessa visão, o agir dos atores da (nova) sociedade civil indicariam o “protagonismo da nova sociedade civil como força revitalizadora do espaço público e da democracia” (LAVALLE, 2003, p. 98).

Essa crítica às análises normativas que tendem substituir a investigação empírica sobre a sociedade civil também é encontrada nos estudos de Dagnino, Olvera e Panfichi (2006). Esses estudos analisam como a ideia de solidariedade se constituiu, ao longo dos anos 1990, como norteadora das articulações entre sociedade política e sociedade civil, tornando-se um novo princípio ativo a

fundamentar ações de combate à pobreza no país. Esse tipo de articulação

gravitando em torno do princípio ativo da solidariedade, parcerias, terceiro setor, capital social, e voluntariado integraram as ideias-força do marco discursivo que passou a fornecer, com razoável grau de hegemonia, os termos do debate acerca dos problemas sociais do país (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 95).

Esses autores salientam que a defesa da “participação” das organizações civis, na conjuntura dos anos de 1990, se transformou em preceito adotado por diferentes atores e projetos políticos, muitas vezes com significados distintos e até contraditórios, trazendo a necessidade de investigações empíricas para validação.

Em relação aos processos participativos e ao capital social, a crítica à perspectiva trazida por Putnam, que considera o capital social como patrimônio gerado pela vida associativa de uma comunidade, manifestando-se num conjunto de normas e valores que promovem a confiança mútua entre os indivíduos, apoia-se na falta de aceitação pacífica da expressão “terceiro setor”, empregada para designar a multiplicidade de organizações sociais, iniciativas voluntárias, fundações e instituições que desenvolvem fins públicos. De forma geral, essa crítica se ancora na ideia de que o terceiro setor não problematiza a heterogeneidade que podem estar subjacentes à ideia de “trabalhar para o bem comum”, aparecendo como uma ação naturalmente consensual, sem considerar os possíveis conflitos advindos de outros interesses ou atos de poder (DAGNINO, 2002).

Para Dagnino, Olvera e Panfichi, (2006, p. 103),

as formas de participação promovidas pelo Capital social, voluntariado e terceiro setor despolitizam os processos de formulação das políticas públicas, na medida em que procuram retirá-los do terreno conflituoso constituído pelos interesses reais que perpassa sociedade e Estado.

Dessa forma, discursos e práticas que fazem do consenso uma característica fundamental da democracia, retirando dos processos participativos a dimensão de confronto entre projetos políticos distintos, que permite o reconhecimento e a presença de diferentes interesses, podem se apresentar como entrave a mudanças que, necessariamente, devem ser buscadas pela sociedade.

Assim, “os atributos do conceito da nova sociedade civil não são plenamente harmônicos com os movimentos sociais, por vezes dotados de sólidas estruturas organizacionais” (LAVALLE, 2003, p. 99). Isso não destitui da sociedade a

predisposição para a organização coletiva, produzindo outras formas de resistência e movimentos associativos. Contudo, nem todas as formas associativas possuem o mesmo “peso” na nova sociedade civil, estando privilegiadas aquelas com “especial vocação para o espaço público pela via da intermediação societária e da tematização pública de problemas de interesse geral” (LAVALLE, 2003, p. 100).

Nesse contexto de movimentos associativos, constituiu-se o que se chamou de novo associativismo civil, contribuindo para o sentido dado atualmente à sociedade civil, com ênfase na participação e exercício da cidadania, por meio das dinâmicas de conselhos e espaços de participação públicos institucionalizados, com gestão e políticas públicas específicas. A interação entre o mundo da política e o mundo da ação social se reencontra na sociedade civil que, por meio da solidariedade, integração social e cooperação local pode ser considerada o principal agente de modernização e transformação socioeconômica num território (BOISIER, 1997).

2.5 Território e seus vínculos com o capital social

Diversas áreas do conhecimento adotaram o território como conceito essencial em suas análises, constituindo-se como espaço de articulação de estratégias de desenvolvimento. Nesta pesquisa, utiliza-se o conceito de território como uma dimensão das relações sociais, enfatizando a importância dessas relações e da capacidade de cooperação dos atores para investigar como a produção do capital social, a partir da participação das mulheres nos grupos rurais, altera as relações de sociabilidade estabelecidas nos territórios (comunidades). Isso se verifica nas considerações de Moraes (2003, p. 146):

De acordo com diversos autores que tratam desse assunto, a noção de capital social configura um promissor e emergente modelo teórico, que pode transformar-se em importante instrumento para o estudo de como se forma o processo de desenvolvimento territorial. No entanto, é necessário ainda mais estudos empíricos que mostrem a relação efetiva entre capital social e desenvolvimento territorial e avaliem os propósitos e as potencialidades das políticas públicas na indução e formação de capital social.

Superadas as controvérsias, a convergência de interesses entre os elementos do capital social que podem estar relacionados às dinâmicas do desenvolvimento

territorial, demandam estudos teóricos e empíricos aprofundados, especialmente no caso dessa pesquisa, que envolve a questão de gênero no meio rural.

El análisis del debate reciente, sin embargo, permite proponer aquí la existencia, dentro de las controversias y contradicciones que permean esta discusión, de un conjunto de hipótesis que constituyen un “paradigma emergente” rico en conceptos, que corresponde a realidades sociales altamente relevantes para el diseño de programas para promover la participación cívica y superar la pobreza (DURSTON, 2000, p. 9-10).

Na mudança do sistema de acumulação capitalista, as territorialidades surgem como fator evidente no desenvolvimento das diferentes regiões, pois se valorizam as potencialidades das comunidades que constituem esses espaços.

Para Pecqueur (2009), o território é algo construído historicamente, onde as relações sociais extrapolam a esfera das transações econômicas e avançam para outras áreas, antes negligenciadas pelos projetos de desenvolvimento impostos ao meio, sendo, portanto, um processo de construção e de efetivação realizado pelos atores sociais. A identidade dos atores e dos seus respectivos lugares de ação estão ligados à concepção de territorialidade. Dessa forma, os saberes, as características e os hábitos da comunidade podem formar o ponto de partida para processos de desenvolvimento.

O território, conforme relata Santos (2000, p. 66), não é sobreposição de recursos naturais ou sistemas criados pelos homens.

O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ela influi. Quando se fala em território deve-se, pois, desde logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro, à maneira da célebre frase de Churchill: primeiro fazemos nossas casas, depois elas nos fazem... A ideia da tribo, povo, nação e, depois, de Estado nacional decorre dessa relação tornada profunda.

O território é um espaço em constante modificação pelos processos de apropriação. O rural é ocupado pelas famílias em comunidades, oportunizando convivência social por meio de diferentes formas, como, por exemplo, associações e os grupos de mulheres rurais ora investigados.

Sendo assim, pensar na existência do território não requer apenas pensar o espaço físico, pois o território passa a existir no momento em que lhe é dado uma

dinâmica de uso pelos diferentes habitantes que dele se utilizam, moram ou trabalham no decorrer das gerações. Isso inclui os embates políticos, econômicos e sociais realizados pela população e, principalmente, a organização social que desenvolveram (ETGES, 2005)

Nesse sentido, Fernandes (2005) destaca a importância das redes e dos movimentos sociais para o desenvolvimento territorial:

[...] os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais, porque criam relações sociais para tratarem territórios (FERNANDES, 2005, p. 31).

O desenvolvimento territorial rural é resultante dos embates políticos, econômicos e sociais que se travam entre os atores sociais desse território. Trata-se aqui da possibilidade de desenvolvimento centrado nas comunidades rurais, as quais podem desenvolver estratégias ou criar meios para elaborar processos de mobilização dos atores, com vistas à organização de competências ou habilidades nas comunidades. Nesse sentido, Fernandes (2005) reafirma a importância da mobilização das forças sociais em movimentos socioterritoriais:

[...] os espaços produzidos pelos movimentos socioterritoriais são diversos e são constituídos de acordo com as suas ações. Esses movimentos fazem-se nos espaços de socialização política e espaços de socialização propositiva, onde geram as práticas políticas de seu desenvolvimento. A construção de espaços políticos, sociais, culturais e outros acontecem em diferentes lugares e territórios. A construção desses espaços e seus dimensionamentos são essenciais para as ações dos sujeitos que procuram transformar a realidade. Não existe transformação da realidade sem a criação de espaços (FERNANDES, 2005, p. 32).

Abramovay (2000), compartilhando as proposições de EVANS (1996), entende que a ideia de capital social ligado a fatores culturais limita ações e possibilidades voltadas para o desenvolvimento territorial. Para esses autores, o capital social pode ser formado a partir de sinergias entre a sociedade e o Estado.

Bandeira (1999) também refere em seus estudos uma linha de argumentação que vincula a participação à acumulação de capital social. Segundo o autor, o capital social aumenta a propensão dos atores sociais para a colaboração e para empreender ações coletivas, o que se constitui em importante fator explicativo das diversidades regionais quanto ao nível de desenvolvimento.

Tomando-se os grupos de mulheres rurais e nosso propósito de analisar como o capital social formado pela participação das mulheres rurais em associações altera as relações de sociabilidade nas comunidades em que se encontram inseridas, a articulação e a viabilização de processos que promovam a criação de espaços de sociabilidade nesses territórios, é possível promover alterações nas relações dos papéis de gênero, na propriedade rural ou na representação política e, a partir disso, compreender, através do estudo empírico, como essas mulheres constroem concepções de desenvolvimento territorial.

2.6 Dimensões do capital social: uma ênfase para o capital social comunitário

Se na concepção teórica conceitual de Putnam (2000) o capital social é determinado por práticas e atributos culturais em uma determinada sociedade, existem argumentos que superam essa visão e que demonstram que os sistemas sociais possuem influências para além das questões culturais. Outros argumentos demonstram que existem componentes sociais capazes de promover alterações nas relações sociais e mudanças nos processos de desenvolvimento, promovendo a formação de capital social (MORAES, 2003).

Cabe destacar que as pesquisas da última década (OLVERA, 2003; PANFICHI, 2002; DAGNINO, 2002) mostram que a sociedade civil é composta por uma grande heterogeneidade de atores, com formatos institucionais diversos, como por exemplo, os Grupos de Mulheres Rurais estudados. Ademais, há uma grande pluralidade de práticas e projetos políticos, alguns dos quais podem até mesmo ser pouco democratizantes (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006). Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) consideram que algumas associações são importantes para formação de indivíduos com capacidades cívicas; outras são fundamentais para representação da comunidade, pois o fenômeno associativo possui muitas dimensões com efeitos nos espaços de reprodução social.

Woolcock (1998) apresenta três tipos de capital social, cuja aceitação é recorrente pela literatura internacional e varia de acordo com a posição das relações sociais na ação coletiva: i) capital social institucional; ii) capital social extracomunitário e iii) capital social comunitário.

O *capital social institucional* se refere às relações sociais e ações existentes entre a sociedade civil e o Estado. O *capital social extracomunitário* é relativo às

relações de mercado, ou seja, “relações sociais geradoras de capital social que determinada comunidade estabelece com grupos sociais e econômicos externos”. Por último, a dimensão do *capital social comunitário* diz respeito às relações sociais entre os indivíduos e a capacidade que possuem para “gerar relações sociais baseadas em reciprocidade e confiança nas suas comunidades, além do potencial organizativo que estas comunidades possuem” (MORAES, 2003, p. 130).

Bandeira (2000, p.47) afirma que certos aspectos da vida em comunidade, que supostamente não possuem destaque diretamente econômico “passaram a ser relevantes para explicar o desenvolvimento, na medida em que ajudam a aproximar os membros da comunidade, fortalecendo os laços entre eles”. A participação ativa em associações de diversos tipos, a exemplo dos grupos de mulheres rurais, poderá contribuir para formação e acumulação de capital social comunitário, mas isso precisa ser relativizado e confirmado a partir das pesquisas.

O capital social coletivo ou comunitário trata de normas e estruturas que conformam as instituições de cooperação grupal. Reside nas relações interpessoais e em suas estruturas de regulamentação, gestão e disciplina. Nessa perspectiva, a comunidade é o espaço germinador de processos de desenvolvimento territorial. Por isso,

Por isso, devemos ter em mente, ao pensar na construção de novas horizontalidades, que permitirão, a partir da base da sociedade territorial, encontrar um caminho que nos liberte da maldição da globalização perversa que estamos vivendo e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização, capaz de restaurar o homem na sua dignidade (SANTOS, 1994a, p. 20).

Tomando-se a perspectiva relacional, utilizada para a abordagem do capital social nessa pesquisa, entende-se que nas comunidades rurais, conjuntos de mulheres podem atuar como agentes de desenvolvimento por meio de ações que superem o individual e se estabeleçam como ações coletivas, constituindo um capital comum – o capital social comunitário. Tal capital pode proporcionar cada vez mais, o enriquecimento do grupo pela constituição de relações horizontais, de onde podem emergir coesão e cooperação, também podendo melhorar a organização da própria comunidade, a qual, entretanto, precisa ser investigada empiricamente para verificar seus resultados.

3 RELAÇÕES DE GÊNERO E POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DE REDES NO MEIO RURAL

Este capítulo tem como objetivo abordar a questão de gênero no meio rural. Essa questão se intensificou no Brasil desde o início dos anos 1980, como resultado do fortalecimento do movimento feminista nacional e internacional, e está ligada ao reconhecimento dos direitos das mulheres nas distintas dimensões de suas vidas, seja familiar ou social, sobretudo porque a mulher rural exerce funções essenciais no contexto do cotidiano rural.

No presente estudo, a questão de gênero refere-se às diferenças socialmente construídas em atributos e oportunidades associadas com o sexo feminino ou masculino e as interações e relações sociais entre homens e mulheres. Segundo o Documento 102 do Ministério da Educação e Cultura (1998, p. 98)

O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Essa diferença historicamente tem privilegiado os homens, na medida em que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades a ambos. Mesmo com a grande transformação dos costumes e valores que vêm ocorrendo nas últimas décadas ainda persistem muitas discriminações, por vezes encobertas, relacionadas ao gênero.

É, portanto, um conceito vinculado a valores sociais, que ressaltam as desigualdades vivenciadas pela maioria das mulheres, singularmente no meio rural.

Nesse sentido,

É possível perceber que há indicações consistentes justificando a importância de se estudar a situação da mulher e as relações de gênero no meio rural. De certo modo, as perspectivas declaradamente feministas, que visam à conscientização das mulheres acerca da situação de dominação e alterações nos padrões das relações homem-mulher tomam essa realidade como ponto de partida. O movimento feminista permitiu que a questão de gênero se tornasse um conceito analítico, concebido em perspectiva relacional (entre homem e mulher), por volta dos anos 1980, substituindo os estudos sobre a mulher e as explicações biológicas, baseadas em características físicas e cerebrais dos dois sexos (SILVA; SCHNEIDER, 2010, p. 8).

Historicamente, as relações de poder no seio das famílias rurais são fundadas em princípios morais, onde a autoridade do chefe de família se assenta na necessidade de proteção de seus tutelados, neutralizando conflitos e divergências

no interior do grupo familiar (SCHAAF, 2001). A autora afirma ainda que esta aparente proteção familiar disfarça relações de dominação e subordinação entre o “chefe de família”, na figura do pai, e a esposa e os filhos, pois somente o pai de família desfruta de poder e influência sobre a vida dos demais membros familiares.

Para além das relações familiares, outras conexões formadas pelas mulheres nas comunidades rurais, em torno de objetivos comuns, constituem o que a sociologia conceitua como redes sociais. As redes sociais proporcionam a seus membros conhecimento, apoio emocional, informação, companhia, e senso de pertencer a algo maior do que eles, no caso de nossa pesquisa, “o grupo”.

É nesse sentido que precisamos estudar as relações de gênero no meio rural e as situações do cotidiano das mulheres rurais, de forma que se ultrapassem as questões biológicas, fazendo com que “as relações de gênero passem a serem aquelas estabelecidas entre os papéis sociais de homens e mulheres” (SILVA; SCHENEIDER, 2010, p. 8).

A base de formação das redes no meio rural se dá pelo contato e pela comunicação entre os membros de determinado grupo que possuem interesses comuns. Associações comunitárias, a exemplo dos grupos de mulheres pesquisados, são espaços de troca de informações que podem proporcionar ações coletivas em benefício da comunidade. As relações estabelecidas transcendem esses espaços e, por isso, ao discutir redes sociais, Dias (2005, p. 30) enfatiza que “o mais importante é a constatação empírica de diferentes formas ou intensidade das relações sociais num campo social, parentesco, amizade, vizinhança”.

As redes horizontais de desenvolvimento rural, caracterizadas pelas redes sociais, que proporcionam

[...] condições de inserção na sociedade e no mercado, aumentando seu poder de organização e negociação. Nesse contexto, a cooperação divide responsabilidades, reduz riscos, supera inseguranças, ao mesmo tempo em que potencializa o trabalho, as virtudes e habilidades e principalmente, possibilita a criação e socialização do conhecimento (LAPOLLI et al, 2013, p. 2, grifo nosso).

Por mais simples que sejam as redes de cooperação e suas estruturas a serem estabelecidas nos territórios, elas oportunizam às mulheres rurais contatos com novos conhecimentos, gerando oportunidades de outras atividades ou negócios. Aqui no trabalho de extensão rural, como processo, fazendo uso de

métodos pedagógicos construídos ao longo do tempo, possibilita novos conhecimentos e oportunidades Individuais (por meio de visitas técnicas, contatos pessoais ou experimentos na propriedade rural) ou grupais (por meio de reuniões, palestras ou encontros, conferências, demonstração prática, cursos, excursão e realização de dia de campo).

Essas relações em rede fortalecem os grupos, agregando conhecimentos e valores que proporcionam oportunidades para as mulheres no caminho de seu empoderamento⁴, tais como convivência com outras mulheres, cursos de treinamento e capacitação, contato direto com consumidores nas feiras e reforço da autoestima com os elogios recebidos dos compradores no que diz respeito ao seu trabalho (MIOR; GUIVANT, 2004).

Na definição de redes, Migueletto (2001) retoma os aspectos da cooperação e da confiança – elementos do capital social – como necessários para fortalecimento das redes.

A rede é um arranjo organizacional (sistema organizacional) formado por um grupo de atores, que se articulam– ou são articulados por uma autoridade – com a finalidade de realizar objetivos complexos, e inalcançáveis de forma isolada. A rede é caracterizada pela condição autonomia das organizações e pelas relações de interdependência que estabelecem entre si. É um espaço no qual se produz uma visão compartilhada da realidade, se articulam diferentes tipos de recursos e se conduzem ações de forma cooperada. O poder é inexorável, por isso se necessita de uma coordenação orientada ao fortalecimento dos vínculos de confiança e ao impedimento da dominação (MIGUELETTTO, 2001, p. 48).

O estabelecimento de redes no meio rural, com a participação ativa das mulheres, busca, além da sociabilização, a possibilidade de informações sobre cidadania, educação, saúde, direitos sexuais e reprodutivos, organização sindical e educação em geral, proporcionando desenvolvimento rural sustentável. Ou seja, por meio da participação, é possível oportunizar condições para que essas mulheres melhorem seus conhecimentos, o que ao longo do tempo pode contribuir na emancipação para tomada de decisão em diferentes aspectos da vida familiar e social.

⁴ Conforme o Dicionário Aurélio, Empoderar significa dar ou adquirir poder ou mais poder. Empoderamento se refere ao ato ou efeito de empoderar ou empoderar-se. Publicado em: 2016-09-24, revisado em: 2017-02-27. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/empoderar>>. Acesso em: 23 Mar. 2017.

Para atender os objetivos, o capítulo encontra-se estruturado em três seções: na primeira seção, descreve-se um histórico das relações de gênero no meio rural no Estado do Rio Grande do Sul; na segunda seção, discute-se a implicação dos papéis de gênero para a produção do capital social no meio rural; na terceira seção aborda-se as Mulheres Rurais, os processos participativos envolvendo mulheres rurais e a emergência desses movimentos.

3.1 Histórico das relações de gênero no meio rural no Estado do RS

No Rio Grande do Sul, as reivindicações feministas tiveram início entre as décadas de 60 e 70, período em que as forças modernizadoras provocaram a evasão de um grande número de pequenos agricultores e suas famílias do campo, com a venda de pequenas propriedades, dando lugar aos “empresários rurais”, em evidente processo de exclusão (SCHAAF, 2002). Isso provocou o início da organização social dos agricultores enquanto classe, tendo influenciado o começo da organização dos movimentos participativos de mulheres rurais em espaços antes considerados masculinos. Apesar disso,

A ideologia patriarcal que reconhece a supremacia dos homens na sociedade ainda é uma forte marca no meio rural, e o estudo comparativo sobre a estrutura econômica das atividades agropecuárias para o período 1993 a 2006 ainda tem uma forte marca do peso da família patriarcal na construção da sociedade rural. As mulheres trabalham pesado nas roças, hortas e quintais, mas essas tarefas são caracterizadas como complementares e vistas apenas como uma ajuda para a família – os estereótipos que caracterizam o lugar inferior da mulher na sociedade ainda marcam fortemente as mulheres rurais (MELO; SABBATO, 2009, p. 113).

Mais recentemente, uma análise das estatísticas de gênero trazidas nos resultados do Censo Demográfico (IBGE, 2014) demonstra que nos últimos 60 anos as mulheres permanecem compondo boa parte da população rural no Rio Grande do Sul.

Não obstante, o processo de masculinização rural vem se intensificando lentamente no RS nas últimas décadas. Na região Central do RS, onde se localiza o município de São Sepé, os cultivos de arroz e soja são característicos e esta pode ser uma possível explicação para situação de favorecimento ao êxodo rural feminino com aumento da masculinização. A diminuição de mão de obra pela mecanização das culturas de arroz e soja vem interferindo diretamente no trabalho da mulher, não

incluída atividades produtivas. Isso corrobora os dados dos Censos Demográficos, em que a razão de sexo, que correspondia a 104,87 homens para cada 100 mulheres rurais em 1950, foi alterada, passando para 109,86 em 2010, conforme se pode visualizar na tabela 1.

Tabela 1 – Evolução da população, por situação de domicílio e sexo, e razão de sexo

TABELA1
Evolução da população, por situação de domicílio e sexo, e razão de sexo
Estado do Rio Grande do Sul – 1950-2010

| Anos | Urbana | | | Rural | | | Razão de sexo rural | Razão de sexo urbana |
|------|-----------------|-----------|-----------|-----------------|-----------|-----------|---------------------|----------------------|
| | População total | Homens | Mulheres | População total | Homens | Mulheres | | |
| 1950 | 1.421.980 | 677.224 | 744.756 | 2.742.841 | 1.404.025 | 1.338.816 | 104,87 | 93,35 |
| 1960 | 2.402.279 | 1.159.803 | 1.242.476 | 2.976.380 | 1.531.588 | 1.444.792 | 106,01 | 92,57 |
| 1970 | 3.554.239 | 1.708.564 | 1.845.675 | 3.110.602 | 1.608.322 | 1.502.280 | 107,06 | 93,49 |
| 1980 | 5.250.940 | 2.537.114 | 2.713.826 | 2.522.897 | 1.313.632 | 1.209.265 | 108,63 | 93,30 |
| 1991 | 6.996.542 | 3.376.983 | 3.619.559 | 2.142.128 | 1.119.062 | 1.023.066 | 109,38 | 93,46 |
| 2000 | 8.317.984 | 4.018.384 | 4.299.600 | 1.869.814 | 976.335 | 893.479 | 109,27 | 94,36 |
| 2010 | 9.100.291 | 4.370.784 | 4.729.507 | 1.593.638 | 834.273 | 759.365 | 109,86 | 92,42 |

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

O fenômeno de masculinização rural anos pode repercutir em uma tendência geral de agravamento do processo no futuro, comprometendo os modos de vida rural. Esse percentual de mulheres na composição da população certamente representa grande parte da mão-de-obra necessária para a produção de alimentos da agricultura familiar ou para o desenvolvimento de outras atividades econômicas. Ademais, representa importante papel na constituição de novas famílias rurais, bem como na manutenção do modo de vida nas das comunidades rurais e suas estruturas tradicionais.

Promover a autonomia das mulheres rurais é necessário e fundamental para possibilitar a redução das desigualdades de gênero no meio rural. A autonomia permite o “exercício, pelas mulheres, do poder de decisão sobre suas vidas e corpos, o que implica o rompimento das históricas relações de subordinação, exploração e dependência [...] que constroem suas vidas no plano pessoal, econômico, político e social” (BRASIL, 2008, p. 30). A instauração desse processo de construção de autonomia depende da resolução de outras questões, como trabalho e renda, às quais está intimamente ligada

Conforme Brumer (2004), estudos que examinaram a divisão do trabalho por sexo na agricultura concluem que as mulheres ocupam uma posição subordinada, e que seu trabalho, mesmo quando igualado aos do homem, nas mesmas atividades, é considerado como “de ajuda”. A autora afirma que

[...] devido às desigualdades de gênero, que atribuem às mulheres (principalmente às mulheres jovens) uma posição subordinada na estrutura familiar, evidenciada na distribuição das atividades nas esferas de produção e de reprodução, do poder e do acesso à propriedade da terra –, as mulheres têm menores perspectivas profissionais e motivação para permanecer no meio rural do que os homens (BRUMER, 2004, p. 255).

Ainda que a mulher rural, ao longo dos tempos, tenha conquistado mais espaços e direitos no que diz respeito à divisão sexual do trabalho, as desigualdades persistem. Muitas tarefas são atribuídas naturalmente aos homens, em detrimento de afazeres que são destinados às mulheres, a exemplo dos cuidados com filhos e tarefas domésticas ainda não são consideradas como trabalho. Por isso, as transformações ocorridas nas últimas décadas ainda carecem de maior reconhecimento e visibilidade. É o que se verifica

[...] nas famílias que trabalham em regime de economia familiar, as mulheres são responsáveis pelo trabalho doméstico, também se responsabilizam pela criação de pequenos animais e da horta de hortaliças, além de participarem ativamente nos trabalhos agrícolas, todavia, suas atividades não são consideradas como trabalho por não terem um retorno econômico. Suas atividades não são consideradas trabalho, e, portanto, não fazem parte da composição da renda familiar, sendo considerada apenas uma extensão das suas atividades domésticas, não remuneradas. O que torna invisível o papel da mulher na agricultura familiar (COSTA; NUNES, 2014, p. 4).

Diante dessas discussões percebe-se que o tema recorrente é o da invisibilidade do trabalho da mulher. Os estudos de Heredia e Cintrão (2006) já demonstravam que o trabalho da mulher rural era – e ainda permanece nos dias de hoje – visto como “de ajuda” e sem reconhecimento.

[...] as atividades agrícolas desenvolvidas pelas mulheres concentram-se nos itens “produção para o consumo” e “trabalho não remunerado”, que em 2002 absorviam respectivamente 42% e 39% das mulheres ocupadas na agricultura, totalizando 81% porcentagem equivalente às mulheres sem rendimento na agricultura. As mulheres representavam 72% das pessoas ocupadas em atividades de produção voltadas para o consumo, um peso significativo. [...]o que é uma indicação adicional de que o trabalho da mulher nas atividades de consumo (em geral relacionadas ao “quintal”) é

visto como uma extensão do trabalho doméstico, reforçando a invisibilidade que cerca a percepção sobre o papel feminino na agricultura familiar. A não auto identificação das mulheres como trabalhadoras na agricultura pode estar também se refletindo no fato das mulheres representarem apenas 33% do total da população ocupada na agricultura, número 15% inferior ao peso das mulheres na população rural (48% em 2002), indicando que uma parcela das mulheres rurais pode não ter se declarado como ocupada na agricultura, provavelmente por não considerar suas atividades como “trabalho” (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p. 5, grifo nosso).

No mesmo sentido, Boni (2006), em seus estudos sobre o trabalho da mulher em agroindústrias rurais, afirma que, mesmo que as mulheres rurais tenham participação em atividades produtivas de grande importância, permanece a falta de reconhecimento. Muitas vezes, esse trabalho é realizado dentro de casa, o que se confunde com os afazeres domésticos da mulher. Apesar disso, gera renda que muitas vezes é gerida pelo “chefe de família”, o que de certa forma perpetua antigas relações de patriarcado.

3.2 A implicação dos papéis de gênero para a produção do capital social no meio rural

Trazer para a discussão a implicação dos papéis de gênero para a produção do capital social no meio rural requer uma discussão do cotidiano das mulheres rurais e sob quais condições de vida estão submetidas. Tais condições podem influenciar fortemente na participação social, na formação de redes e na produção de capital social.

Durante um período prolongado de tempo, as pesquisas sobre as mulheres rurais tiveram por objetivo “demonstrar a realidade de trabalho vivenciada nos estabelecimentos agropecuários, em tarefas produtivas e não apenas nas reprodutivas, fenômeno até então desconhecido pela sociologia rural” (MARTINEZ, 2010, p. 39). Além dos afazeres domésticos e cuidados com os filhos, muitas mulheres participam do trabalho na produção agrícola, mais comumente no cultivo de hortas e roçados para produção de alimentos para o consumo, bem como nas criações e trato dos animais de pequeno porte destinados ao consumo da família (porcos e galinhas, dentre outros). Essas tarefas não possuem atribuição monetária, sendo consideradas uma extensão das atividades domésticas. Trata-se um trabalho “invisível”, uma extensa jornada que toma grande parte do tempo em sua rotina diária e que, muitas vezes, influencia as suas possibilidades de sociabilização ou

participação social e, conseqüentemente, nas oportunidades de produção de capital social através da interação com outras mulheres.

Além das questões explicitadas,

[...] as dificuldades crescentes no horizonte das possibilidades oferecidas pelas atividades agropecuárias, tanto como fonte de ingresso econômico quanto no que tange à questão da ocupação da força de trabalho dos grupos domésticos incidem em transformações sobre a agricultura e o mundo rural da região agrícola mais importante do Brasil (SACCO DOS ANJOS, 2003, p.37)

Essas transformações incidem sobre a vida da mulher rural. A dinâmica diferenciada que se estabelece no meio rural e no modo de vida dessas mulheres – que mesmo continuando a trabalhar em tarefas produtivas, muitas delas ainda precisam acumular em sua jornada outras atribuições de trabalho (assalariado ou não) – constitui o chamado “fenômeno da pluriatividade⁵” (SACCO DOS ANJOS, 2003).

Tudo indica que a pluriatividade das famílias rurais na Região Sul e o aumento na população rural ocupada em atividades rurais não-agrícolas representam fenômenos convergentes e que se reforçam mutuamente. [...] o aumento de produtividade das explorações agrárias, a queda dos preços dos produtos agrícolas e a liberalização dos mercados imposta pelas novas regras de ajuste estrutural e o processo de integração internacional, são elementos que conjuntamente atuaram no sentido de reforçar esta dinâmica, favorecendo o desenvolvimento da pluriatividade como recurso complementar e acessório adotado por boa parte das famílias rurais. (SACCO DOS ANJOS, 2003, p.27).

Sacco dos Anjos (2003) afirma ainda que o fenômeno da pluriatividade, espontaneamente surgido como resposta das famílias rurais a um contexto de ajuste e reestruturação, pode integrar-se a um novo discurso sobre a ruralidade a ser incorporado como estratégia governamental no âmbito de políticas territoriais.

Sob o enfoque de gênero, a incorporação das mulheres rurais em diversas atividades proporcionou novas formas de socialização que repercutem não só na vida familiar, como também em seus vínculos com a comunidade (MARTINEZ, 2010).

⁵ A incorporação da “pluriatividade” à literatura sociológica e econômica brasileira dar-se-á na segunda metade dos anos 90, coincidindo com o aparecimento de novos trabalhos que tratam de explorar outras dimensões do fenômeno, mais além de sua estreita associação com os processos de industrialização regional (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 20)

Destaca-se aqui a participação em associações, em igrejas e capelas, nos centros comunitários, nos grupos de mulheres, entre outros, em que, por meio da cooperação e ajuda mútua, pode-se ampliar a percepção sobre a formação de capital social. Isso pode resultar na possibilidade de luta por condições de visibilidade e valorização do trabalho feminino, na maior autonomia e igualdade de direitos para a mulher rural, além de contribuir para o desenvolvimento social dessas comunidades rurais.

3.3 Mulheres Rurais e processos participativos: a emergência dos movimentos de mulheres rurais

De acordo com Bandeira (1999), a convergência de argumentos destacando a importância da participação da sociedade civil e a articulação de atores sociais em ações voltadas para a promoção do desenvolvimento, abordadas pela literatura internacional, apoiam-se em dois aspectos da participação: “como fator essencial para a ideia de democracia, bem como importante papel instrumental para a articulação dos atores sociais e para a viabilização de processos de capacitação e aprendizado coletivo” (BANDEIRA, 1999, p. 10-11).

Os argumentos em favor do fortalecimento dos processos participativos produzidos pelas organizações internacionais foram resumidamente abordados por Bandeira (1999) a partir dos seguintes pontos: i) a necessidade de consulta/discussão com as comunidades interessadas sobre a elaboração de programas e projetos específicos relacionados com o desenvolvimento, como meio para assegurar sua eficiência e sustentabilidade; ii) a vitalidade da sociedade civil na vida pública, atuando positivamente para que se desenvolva a participação dos atores sociais, exigindo transparência dos governantes como forma de combater a corrupção no setor público; iii) a participação dos atores sociais vinculada à acumulação de capital social, aumentando a propensão dos atores sociais para colaborar e empreender ações coletivas; iv) a participação estabelece relações entre a formulação e implementação de políticas públicas e o fortalecimento da competitividade sistêmica da região; v) pela participação se desenvolvem processos de consolidação das identidades regionais e consensos básicos entre os atores sociais que são essenciais para promover desenvolvimento.

Os apontamentos de Bandeira (1999) endossam a visão normativa acerca da sociedade civil e dos processos participativos, como levando de forma natural a uma maior democratização e desenvolvimento. Porém, entende-se que é necessário relativizar essas relações causais que ele afirma como necessárias, demonstrando que elas são contingenciais e que precisam ser verificadas a partir de pesquisas empíricas (COELHO; FAVARETO, 2012).

No Brasil, a emergência dos processos participativos de mulheres trabalhadoras rurais ganhou destaque no final dos anos 1980 no processo Constituinte, por meio das lutas pela ampliação do direito à seguridade social e à garantia da aposentadoria rural, a qual representou uma forma de distribuição de renda. A partir desse processo, muitas mulheres rurais conquistaram reconhecimento, embora a efetivação desses direitos tenha sido demorada e não tenha alterado imediatamente a relação familiar. De acordo com Faria,

Os movimentos de mulheres são um dos movimentos mais enraizados e contam com maior organicidade e capacidade de mobilização em nosso país. Exemplos disso são as três edições da Marcha das Margaridas (2000, 2003 e 2007), os vários acampamentos e mobilizações do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), das mulheres do MST e tantos outros (FARIA, 2009, p. 13).

Faria (2009, p. 13) considera importante a realização de amplas mobilizações por parte das mulheres rurais para alterar as políticas públicas e construir uma nova correlação de forças na sociedade. Entende-se que fortalecer processos contínuos e duráveis de participação, nos quais se estabeleçam relações de reciprocidade e ajuda mútua, pode contribuir para o acúmulo de capital social e construção desta correlação de forças.

A participação efetiva das mulheres nos processos produtivos do saber e das práticas vinculadas à agricultura, sempre foram determinantes para a manutenção da vida no que se refere à produção de alimentos, como também na preservação ambiental e na garantia de renda e comercialização, ou seja, na reprodução da vida. Entretanto, essa participação ao longo da história foi secundarizada diante da organização social capitalista. (NEVES; MEDEIROS, 2013).

Os estudos sobre mulheres rurais realizados no Brasil (SCHAAF, 2003; BRUMER, 2004; HEREDIA, 2006; FARIA, 2009; SCHNEIDER, 2010) evidenciam sua condição de trabalhadoras não remuneradas, destacando aspectos importantes relacionados à situação de desigualdade nas relações de gênero no meio rural. Tal

situação de desigualdade desqualifica a importância da participação da mulher nas atividades agrícolas e o seu papel na reprodução social das famílias rurais. Segundo Faria,

a trajetória de luta das mulheres no campo no período recente da história brasileira, desde os anos 1980, mostra a força da reivindicação pelo reconhecimento como trabalhadora e como cidadã. Há que se destacar a luta para ser aceita como sindicalizada nos sindicatos dos trabalhadores rurais, a luta pelo acesso à previdência e à licença-maternidade nos anos 1980. Essas questões são centrais para a discussão acerca da divisão sexual do trabalho e da visão de que as mulheres são destinadas apenas ao trabalho reprodutivo (FARIA 2009, p. 24).

Heredia (2006) afirma que o reconhecimento da profissão de agricultora (e não como doméstica) como questão principal na origem dos movimentos de mulheres rurais, visando à quebra da invisibilidade produtiva do trabalho da mulher rural. A esse respeito, igualmente, os estudos de Brumer (2004) já haviam afirmado que

em síntese, a posição subordinada das mulheres na esfera produtiva dos estabelecimentos agropecuários é assim evidenciada: i) as tarefas executadas no âmbito da esfera produtiva (produção destinada à comercialização) só são contabilizadas como parte de um esforço coletivo, na maioria das vezes aparecendo apenas como 'ajuda'; ii) seu trabalho na esfera produtiva permanece praticamente invisível, tendo em vista que é praticado no interior do estabelecimento, sendo os homens praticamente os únicos responsáveis pelos contatos com o exterior (contato com extensionistas, bancos, sindicato, cooperativa, firmas vendedoras de insumos e compradores); iii) elas não detêm o conhecimento tecnológico necessário para administrar o estabelecimento agropecuário; iv) elas não administram os recursos originados com a venda da produção (BRUMER, 2004, p. 211).

Contudo, Heredia (2006) salienta ainda que a análise dos movimentos específicos de mulheres rurais, que se multiplicaram a partir dos anos 1990, com efeitos importantes no processo de visibilização feminina, também influenciou na construção de políticas públicas destinadas a minimizar a desigualdade de gênero no meio rural. Aqui se destaca a importância dos movimentos associativos das mulheres rurais, os quais, por vezes, estão ligados a outros movimentos mais amplos, como por exemplo, os movimentos sindicais.

Heredia (2006) ressalta, ainda, que a organização e a mobilização das mulheres rurais trazem ao debate, especialmente: i) as questões relacionadas ao reconhecimento da mulher rural enquanto trabalhadora na agricultura; ii) a questão

específica de titulação de terras e demandas históricas de ampliação de direitos trabalhistas e previdenciários. Essas questões relacionadas ao acesso das mulheres rurais às políticas que fortaleçam seu papel enquanto agricultora têm se tornado tema comum às pautas dos movimentos, bem como o acesso ao crédito, o que já tem tido algum resultado como pode ser visto no caso do PRONAF e nos programas de geração de renda. Essas reivindicações estão relacionadas à necessidade de reconhecimento social do trabalho da mulher rural. É por essa razão que, para Heredia (2006), os movimentos de mulheres rurais continuam tendo um papel fundamental na efetivação do acesso das mulheres aos direitos conquistados, incentivando mudanças culturais que possibilitem a percepção das mulheres rurais como atrizes na esfera social e política.

Como resultado dos processos participativos e dos movimentos de mulheres rurais, foram implementadas algumas políticas públicas de gênero específicas para o meio rural, tais como: i) o estabelecimento de uma política de crédito específico, por meio do Pronaf Mulher; ii) o Programa Nacional de documentação da Trabalhadora Rural; iii) o fomento à comercialização; iv) as ações de assistência técnica rural; dentre outras.

A partir da criação do Pronaf Mulher, em 2003, houve uma ampliação dos contratos efetivados pelas mulheres. A estruturação de um crédito específico para as mulheres respondeu às fortes demandas apresentadas pelos movimentos de mulheres do campo e responde à necessidade de as mulheres serem consideradas como sujeitos autônomos e não apenas como parte de uma relação familiar representada pelo marido (FARIA, 2009, p. 22-23).

Faria (2009, p. 23) afirma que outra questão mais recente vem sendo trazida aos debates envolvendo processos participativos de mulheres rurais, a qual se relaciona ao “reconhecimento do papel histórico que as mulheres cumprem na garantia da soberania alimentar”. Para esse autor,

a luta em termos de soberania alimentar representa um avanço na resistência ao capitalismo no campo e aponta uma importante alternativa para o debate de um projeto latino-americano que impulse a solidariedade entre os povos e a construção de políticas emancipatórias. As mulheres são sujeitos ativos nesse processo e um dos ganhos foi justamente se recolocarem como “atoras” econômicas. Nesse trajeto há a construção de alianças entre urbanas e rurais expressas principalmente pela Marcha Mundial das Mulheres, que trouxe uma aprendizagem mútua e contribuiu para a construção de nova correlação de forças. Não é uma aliança apenas em nível nacional, mas um processo internacional que

coloca na agenda política atual, de forma contundente, a luta feminista contra um modelo de opressão de classe, raça e gênero (FARIA 2009, p. 26-27).

Garantir o direito humano à alimentação adequada está entre os desafios para a segurança alimentar e nutricional das comunidades rurais, e as mulheres possuem um papel importante no resgate da tradição alimentar, na produção e comercialização de alimentos agroecológicos e na agricultura familiar, fortalecendo o desenvolvimento dos territórios.

Conceber o esforço de auto-organização das mulheres rurais em movimentos e espaços participativos como, por exemplo, os grupos de mulheres rurais investigados e suas redes – EMATER, Sindicatos, Cooperativas SENAR, Prefeitura Municipal entre outras entidades – propicia que as mulheres criem espaços de sociabilidade, integração, discussão e decisão, por meio dos quais as mulheres se fortalecem e começam a produzir seus processos sutis de empoderamento.

4 AS RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE SOCIEDADE CIVIL E ESTADO

Este capítulo tem como objetivo abordar as relações sociais entre a sociedade civil, por meio de suas organizações, e o Estado, através de suas instituições.

Ao pesquisar a formação de capital social no meio rural, investiga-se os grupos de mulheres no município de São Sepé. Tais grupos não podem ser analisados sem levar em consideração suas relações com as instituições políticas e com outras organizações do contexto em que estão inseridos. Também trazemos neste capítulo a metodologia utilizada e parte dos resultados empíricos da pesquisa, mais detalhados na seção que trata do perfil das mulheres participantes dos grupos de mulheres rurais do Município de São Sepé.

A inovação institucional participativa e a reforma do Estado vivida no Brasil a partir dos anos 90, alterando os repertórios e práticas das organizações civis e suas relações com as instituições políticas, têm produzido um trabalho de intermediação orientado a conectar “representantes e representados”, isto é, segmentos da população pouco representados de um lado, e Estado, através de suas agências e instituições, de outro, situando as organizações civis como uma nova instância de mediação entre essas duas categorias (LAVALLE, 2003).

Lavalle (2003, p. 59-60) afirma que, embora não existam estudos que apontem critérios de legitimidade para avaliar a importância adquirida pelas práticas, canais e atores envolvidos nessa intermediação,

isso tem se constituído como uma nova forma de intermediação institucional, para vincular as necessidades e as demandas de determinados segmentos da população com as instâncias públicas de tomadas de decisões, o que tem proporcionado melhoria na participação de atores societários no desenho e na supervisão de políticas públicas.

Foi assim que muitos movimentos participativos da sociedade civil ganharam ressonância no Brasil contemporâneo, promovendo o diálogo com as esferas político-estatal, buscando ações democratizantes e alianças sustentáveis capazes de firmar decisões, combinando soluções em um esforço de unificação da sociedade e da organização política (NOGUEIRA, 2003).

Dessa forma, entende-se que as organizações civis não podem ser analisadas sem levar em consideração suas relações com as instituições políticas e

com outras organizações, na medida em que muitas delas foram criadas a partir de iniciativas vinculadas à implementação de determinadas políticas públicas. Da mesma forma, os repertórios dessas organizações – neste caso, as formas de organização e de atuação dos grupos de mulheres –, também não podem ser compreendidos sem levarmos em consideração as oportunidades e as restrições políticas existentes nas diferentes conjunturas.

É nesse sentido que as ações de extensão rural⁶ no Brasil, institucionalizadas nacionalmente há mais de 50 anos, ganham importância. “O tema da Extensão Rural está em permanente discussão, tanto na academia quanto entre os formuladores de políticas públicas, bem como entre extensionistas” (PEIXOTO, 2008, p.8). Historicamente,

A assistência técnica e a extensão rural são serviços de importância fundamental no processo de desenvolvimento rural e da atividade agropecuária. Embora a maioria dos textos sobre o assunto afirmem que tais serviços surgiram em meados do século XX, o estudo da legislação brasileira demonstra que atribuições legais de ações de extensão rural remontam ao século XIX. A análise da legislação federal da segunda metade dos séculos XX e atual demonstra que a obrigação legal da atuação em extensão rural sempre esteve presente, inclusive na Constituição Federal de 1988. Não obstante, na prática o apoio governamental a estes serviços foi decrescente desde a década de 80 passada, provocando uma crise generalizada que só nos últimos 5 anos começa a ser revertida, embora de forma ainda incipiente.

No município de São Sepé-RS, já se sabia da existência do trabalho de extensão realizado pelo escritório local da EMATER/RS e das atividades realizadas para apoio e organização dos grupos de mulheres. Primeiramente, realizamos um levantamento junto à prefeitura municipal e ao escritório local da EMATER/RS, obtendo informações sobre a localização desses grupos e o número aproximado de mulheres participantes. A informação obtida foi de que existiam em torno de 200 mulheres frequentando 9 grupos, em diferentes localidades rurais do município.

No dia 3 de março de 2016, iniciamos então, a participação nas reuniões dos grupos, apresentando a pesquisa a ser realizada e obtendo o consentimento das participantes quanto à participação nas reuniões a partir daquele momento. Essa

⁶ O termo extensão rural não é autoexplicativo. Desde a implantação do modelo cooperativo de extensão americano foram muitas as iniciativas de conceituação de extensão rural. Peixoto (2008) propõe “que o termo extensão rural possa ser conceituado de três formas diferentes: como processo, como instituição e como política.” Como uma política pública, refere-se às políticas de extensão rural, traçadas pelos governos (federal, estaduais ou municipais) ao longo do tempo, através de dispositivos legais ou programáticos, mas que podem ser executadas por organizações públicas e/ou privadas. (PEIXOTO 2008, p. 7-8)

frequência nas reuniões mensais se estendeu até o final do mês de julho, quando concluímos a coleta de informações junto aos grupos.

Na aplicação dos questionários (ANEXO I), cujo objetivo era estabelecer um perfil das participantes dos grupos, foram escolhidas aleatoriamente 100 mulheres nos diferentes grupos.

Em relação às entrevistas (ANEXO II), escolheu-se o grupo de mulheres da localidade de Mata Grande para aprofundar a investigação, já que este grupo era o que se encontrava em atividade há mais tempo no município (mais de 30 anos). Também foram entrevistados os técnicos da EMATER (ANEXO III) e a representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de São Sepé (ANEXO IV). Entre as 10 entrevistas realizadas para a pesquisa, 6 foram feitas com as mulheres rurais participantes do grupo da localidade de Mata Grande, 3 foram realizadas com os representantes da EMATER, sendo 2 com coordenadores regionais e 1 com a extensionista da área de bem estar social e 1 com a representante sindical. Realizamos as entrevistas utilizando um roteiro semiestruturado com perguntas abertas. As análises foram além das respostas e incluíram as observações diretas feitas através da nossa participação nas reuniões dos grupos. As conversas foram gravadas e todas passaram pelo processo de análise. Ao degravarmos as entrevistas e analisá-las, percebemos que condizem com a realidade observada nas reuniões.

Elencamos as informações obtidas nas seguintes categorias de análise: i) perfil das mulheres rurais participantes dos grupos e atividades desenvolvidas nos grupos; ii) redes de relações estabelecidas pelas mulheres rurais que participam dos grupos; iii) formas de acesso dessas mulheres a informações e recursos que podem modificar as suas posições e relações no território; e iv) como a participação nas associações impulsiona a participação em redes sociais de compromisso, permitindo estabelecer uma relação entre capital social, participação e desenvolvimento territorial a partir dos grupos de mulheres rurais em São Sepé/RS.

As análises dos dados levaram em consideração as observações e anotações de campo realizadas a partir das observações, o que permitiu inferir relações e processos que não apareceram na aplicação dos questionários e na realização das entrevistas, uma vez que a realidade nem sempre pode ser descrita através de palavras. Dessa forma, a compreensão a respeito da dinâmica dos grupos pesquisados exigiu uma integração mais intensa de nossa parte com os grupos.

A partir desses pressupostos metodológicos, buscou-se resgatar, neste capítulo, o trabalho de extensão rural desenvolvido pela EMATER/ASCAR-RS em diferentes momentos históricos, posto que os grupos de mulheres foram organizados por meio de incentivos dessa empresa pública e sofreram diversas modificações na sua condução ao longo do tempo. Por outro lado, esses grupos também vão alterando as suas ações a partir de demandas construídas através das relações e práticas sociais no território.

Este capítulo encontra-se estruturado nas seguintes seções: na primeira seção, descreve-se o trabalho de extensão rural desenvolvido pela EMATER/ASCAR-RS, orientado para os grupos de mulheres rurais; na segunda seção, contextualiza-se os grupos de mulheres no município de São Sepé; e na terceira seção, apresenta-se a análise do perfil das mulheres participantes desses grupos, relacionando os resultados coletados com as referências teóricas de diferentes autores que desenvolveram estudos na mesma temática.

4.1 A EMATER/ASCAR-RS e o trabalho de extensão voltado para os grupos de mulheres rurais

Esta seção traz uma breve retrospectiva sobre o trabalho da Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/ASCAR-RS, contextualizando as atividades de extensão rural desenvolvidas com mulheres no Rio Grande do Sul. A fundação da instituição ocorreu no ano de 1955, com a denominação de ASCAR, após a assinatura de um convênio para a criação dos escritórios técnicos de cooperação entre os governos norte-americano e brasileiro. No início dos anos 60, as famílias e as comunidades eram o foco das ações de extensão. Essas ações eram desenvolvidas por um técnico em ciências agrárias e uma funcionária capacitada a atuar no campo da "economia doméstica". O objetivo da extensão, estabelecido a partir de enfoques teóricos sobre desenvolvimento rural, era diminuir a pobreza rural, vista como decorrência da ignorância e da resistência às mudanças que caracterizariam os agricultores. Do ponto de vista da produção agrícola, o foco era a conservação do solo e a adoção do crédito rural supervisionado. De forma complementar, as economistas domésticas, por meio da organização de Grupos do Lar e dos Clubes

4-S (direcionados aos jovens), difundiam conhecimentos sobre saúde, alimentação, saneamento, abastecimento de água, e apoiavam as mulheres nas suas atividades domésticas (EMATER/RS, 2002; CAPORAL, 2006). De acordo com Caporal,

[...] da institucionalização dos serviços até 1960, a extensão centrou sua atenção nas famílias e comunidades mais pobres, desenvolvendo um trabalho notadamente assistencialista. Os agentes atuavam com um olho na família e outro na agricultura. O lar e as melhorias nas condições gerais de saúde e bem-estar eram as preocupações centrais dos extensionistas. O crédito rural orientado era uma ferramenta para ajudar nos processos de mudança. A extensão adotava o chamado enfoque clássico. Este enfoque priorizava ações tidas como educativas, cujo objetivo central era melhorar a produção e a produtividade agropecuária, supondo que com isto naturalmente se alcançariam melhorias na renda das famílias de modo que estas pudessem ascender a um mais elevado nível de bem-estar (CAPORAL, 2006, p. 2).

As mulheres que trabalhavam na extensão rural naquele período não podiam se casar (embora não houvesse regra escrita). Se optassem pela formação de uma família, eram convidadas a abandonar o emprego, numa clara discriminação de gênero. A partir do Golpe de 1964, o trabalho das extensionistas passa a sofrer restrições, como aparece no documento “Marco referencial para as ações sociais da EMATER/RS-ASCAR” (2002, p. 3) exposto a seguir:

Desde o golpe militar de 1964, reprimiu-se qualquer ação de organização da população (em grupos, associações), assim como ações de formação de lideranças. A ATER passou a ser mais individualizada, dirigida aos chefes das propriedades rurais (homens). As mulheres sequer eram vistas como agricultoras. Seu espaço continuava a ser o das ações sociais, mas essas não eram privilegiadas. Em 1977, chegou a ser proposto pelo então presidente da ASCAR a extinção do trabalho social.

Apesar das restrições governamentais e familiares impostas, em sua maioria, por parte das famílias (maridos, filhos homens mais velhos), os trabalhos de organização de mulheres nos clubes de mães e de senhoras permaneceram e se transformaram numa marca do trabalho da extensão nos anos de 1970, período em que se iniciaram discussões sobre sexualidade e gênero. Na década seguinte, de 1980 a 1990, assistiu-se à reorganização dos movimentos sociais, inclusive no campo, com consequências sobre o trabalho da extensão rural.

A crítica ao modelo adotado pela Revolução Verde começava a ressoar sob o ponto de vista ambiental e socioeconômico, com a diferenciação social ocorrida no período devido ao empobrecimento de grande parcela da população dedicada à agricultura familiar, resultando em processos crescentes de expulsão da terra,

aumento da submissão dos agricultores às grandes agroindústrias, mostrando o lado perverso da globalização e do milagre econômico. Nesse contexto, surgiu o movimento que se propunha a refletir criticamente sobre o papel que a extensão vinha desempenhando nessa realidade, o qual se denominou "Repensar da Extensão Rural". Ao mesmo tempo, se multiplicaram as organizações não governamentais (ONGs) e associações no meio rural (EMATER/RS, 2002).

A partir dos anos de 1980, a atuação da empresa com as mulheres rurais caracterizava-se pela organização de grupos, naquele tempo denominados clubes de mães, de senhoras, e outros, que eram acompanhados pelo trabalho das "extensionistas de bem estar social". As ações desenvolvidas serviram, em muitas regiões, como embrião do envolvimento das mulheres em outros movimentos, como, por exemplo, sindicatos de trabalhadores rurais, pastorais, associações e cooperativas. No entanto, muitas críticas foram feitas a esse trabalho, por seu caráter "tutelador" e pelo fato de reforçar uma visão conservadora do papel da mulher na sociedade. De forma geral, os grupos reforçavam a ideia de que havia, no meio rural, um lugar separado entre as mulheres e os homens, fortalecendo uma divisão sexual do trabalho que, na prática, negava às mulheres seu papel produtivo na agricultura. Essa ação contribuiu para a exclusão das mulheres dos espaços de discussão das questões tecnológicas e de financiamento da produção agrícola, embora elas sempre tenham participado do fazer na prática cotidiana e sobre elas recaíssem todas as alterações práticas (EMATER/RS, 2002; CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Contudo, a partir dos anos 2000, a extensão rural vem experimentando mudanças, com destaque especial para a preocupação com as questões ambientais e novas formas para enfrentamento às crises socioeconômicas no meio rural. Em relação às ações sociais, a preocupação com a geração de renda culminou com o desenvolvimento de atividades como agroindústrias, artesanato, turismo rural, entre outras. Intensificaram-se as ações voltadas para a "ecologização" do meio rural, ampliando-se os planos de gestão e educação ambiental, os quais envolvem o uso de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente, ações de saneamento básico e ambiental e separação de lixo. Adicionalmente, vem se dando ênfase cada vez maior aos trabalhos de resgate de conhecimentos tradicionais e, em particular, ao trabalho com plantas medicinais realizado pelas extensionistas de bem estar social.

Caporal e Costabeber (2004, p. 24) reafirmam a necessidade desse novo trabalho de assistência técnica voltado ao apoio integral das famílias, intervindo nas realidades, de forma a potencializar suas capacidades criativas para solução dos problemas.

O extensionista deverá passar a entender o público como sujeito da história, respeitando e potencializando sua cultura e seus conhecimentos, favorecendo a ação participativa do grupo familiar e da comunidade, em detrimento ao paternalismo e das soluções prontas.

Nesta sistemática de trabalho, o papel dos profissionais da extensão vem sofrendo importantes mudanças: devem ser mediadores e facilitadores de processos de mobilização e organização de diferentes grupos de interesses, mas não propriamente os agentes condutores desses processos. De acordo com o documento “Marco referencial para as ações sociais da EMATER/RS-ASCAR” (2002):

Segmentos organizados das mulheres rurais também se colocam de forma distinta da tradicional – não mais como participantes subordinadas das unidades familiares, mas buscando conquistar uma maior autonomia pessoal e profissional, questionando as relações tradicionais entre os gêneros, e com isso problematizando a forma como a própria extensão rural as tratou ao longo do tempo (EMATER/RS, 2002, p. 5).

Essas são questões emergentes para o trabalho de extensão rural da EMATER/RS como instituição representante do serviço oficial de extensão rural no Rio Grande do Sul que, a partir da experiência acumulada, busca uma perspectiva estratégica de apoio na formação de sujeitos sociais autônomos para a construção de um desenvolvimento efetivamente sustentável. Segundo os documentos da própria EMATER,

a Instituição atende às demandas diárias de seu público, formado por agricultores familiares, quilombolas, pescadores artesanais, indígenas, assentados, um contingente superior a 250 mil famílias de assistidos com áreas em mais de 480 municípios. É no coração de 9.550 comunidades rurais dessas localidades que pulsa a atuação transversal do Serviço de Extensão Rural, revigorada pelo convênio com as Prefeituras, fertilizando o desenvolvimento socioeconômico e cultural do Rio Grande do Sul (EMATER, 2016, p. 1).

De acordo com informações da área técnica institucional⁷, o trabalho da EMATER/RS pretende ser referência na prestação de serviços de assistência técnica, extensão rural e social, classificação e certificação de produtos agropecuários, tendo a missão de promover o desenvolvimento rural sustentável no Estado do Rio Grande do Sul. Entre as ações desenvolvidas pela EMATER/RS, incluem-se aquelas destinadas à área de gênero, como é possível ver no seguinte fragmento:

Reconhecendo que existe uma divisão real e simbólica entre homens e mulheres, com considerável aumento da migração feminina no sentido campo-cidade, e a conseqüente masculinização do meio rural, as ações de ATER deverão contemplar essa realidade, criando condições concretas para que haja maior participação das mulheres rurais, desde os processos de formulação de propostas e projetos até a sua execução, possibilitando que elas sejam agentes nos processos de tomadas de decisões, incentivando, com isso, seu protagonismo e sua autonomia (EMATER, 2016, p. 1).

Nesse sentido, o trabalho da assistência técnica da EMATER tem concentrado esforços para promover a equidade de oportunidades entre as pessoas que vivem no meio rural, especialmente entre as mulheres, minimizando as discriminações entre os gêneros, priorizando o fortalecimento das formas organizativas das mulheres, bem como cooperando “para a inclusão produtiva das mulheres e para o desenvolvimento de habilidades empreendedoras que garantam o seu autossustento” (EMATER, 2016). Objetiva, ainda,

contribuir para a participação ativa na construção de políticas públicas voltadas ao atendimento de suas demandas relacionadas ao mercado de trabalho, aos direitos, à autonomia em sua atividade produtiva no meio rural, pela superação da jornada tripla de trabalho com a conquista da qualidade de vida, observando as práticas adequadas à conservação do meio ambiente (EMATER, 2016).

Com a revitalização dos movimentos sociais, ocorrida a partir dos anos 80, houve modificações no contexto da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural, por meio da incorporação de metodologias alternativas de trabalho com a agricultura familiar e pequenos produtores, tendo como foco a organização

⁷ Informações de responsabilidade de Magda Aparecida Limberger Tonial, na página da instituição disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/areatecnica/inclusaosocialprodutiva/genero>>. Acesso em: dez. 2016.

dos agricultores em associações e conselhos comunitários (WEITZMAN; MONTEIRO; TELLES; MALERBA, 2009).

Desde então, “uma diversidade de instituições tem se engajado na implementação de ATER para mulheres, o que também demonstra o alcance da internalização dos novos parâmetros estabelecidos” (WEITZMAN, 2011, p. 97).

Isso faz das mulheres rurais as destinatárias de um intenso trabalho com vistas a reduzir diferenças de gênero, de aspectos econômicos e sociais e, principalmente das imensas “contradições entre o meio rural e o urbano, que deverão ser observadas pelo poder público e pela sociedade em geral na aplicação das leis” (EMATER, 2016).

No município de São Sepé, o trabalho de extensão é desenvolvido de acordo com a demanda das participantes dos grupos de mulheres. Nas reuniões mensais, é tratada uma variedade de assuntos, principalmente relacionados à saúde, alimentação, lazer, artesanato, políticas públicas e saneamento básico. Os métodos utilizados para realizar as atividades dos grupos são reuniões, cursos e oficinas. As ações geralmente ocorrem em salões comunitários (salão das capelas) ou em prédios das escolas municipais que foram desativadas pelo poder público municipal e se tornaram sede para reuniões. Para que as ações sejam desenvolvidas, os grupos contam com a parceria das seguintes entidades: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato Rural SENAR, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal da Agricultura, além de voluntárias(os) da comunidade que ministram cursos ou palestras

4.2 Os Grupos de Mulheres Rurais do Município de São Sepé

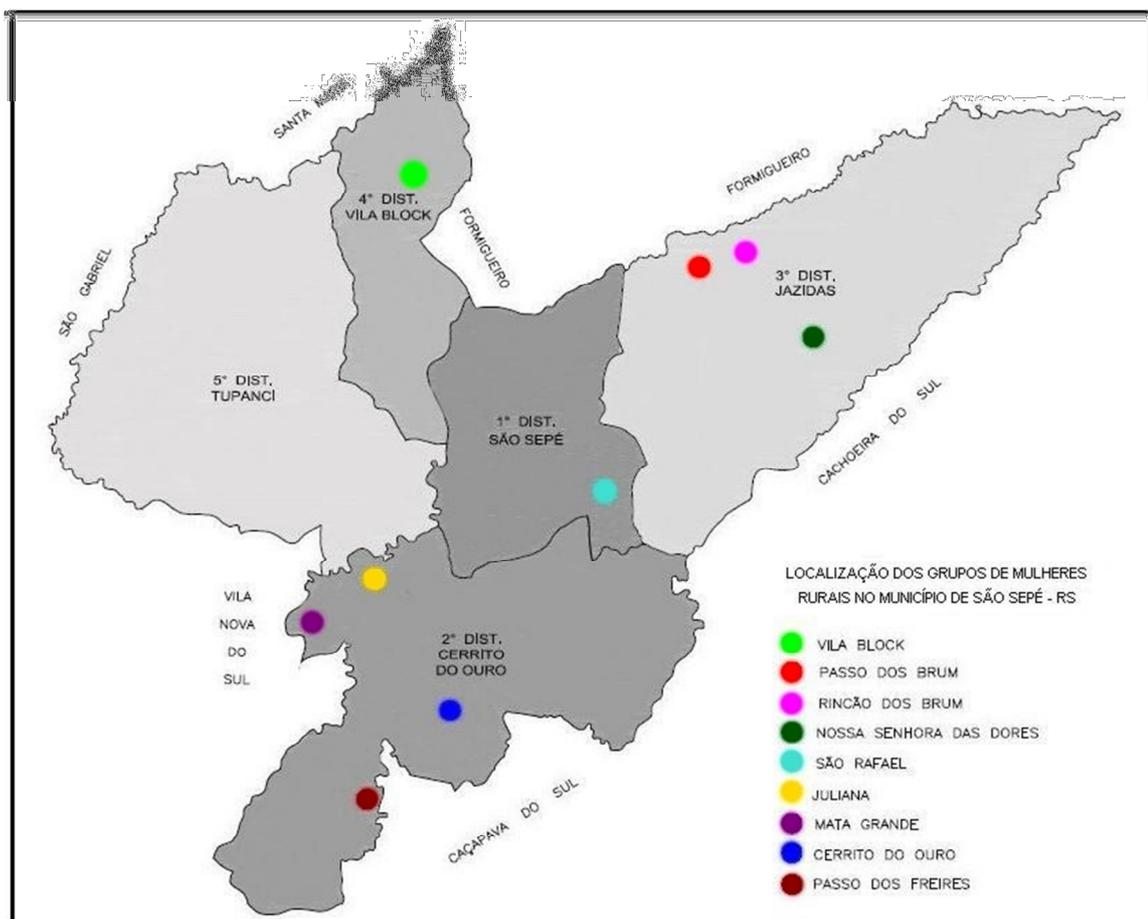
O município de São Sepé está situado na região central do Rio Grande do Sul (RS), a 265 km de distância da capital do RS, Porto Alegre. Possui uma localização privilegiada, sendo cortado pelas BR 392 e 290, o que possibilita ter acesso a todas as regiões do estado. O município possui uma área aproximada de 2.188,832 km². Além de Santa Maria, a cidade faz divisa com os municípios de Caçapava do Sul, Vila Nova, Restinga Seca, São Gabriel e Cachoeira do Sul.

Os grupos de mulheres constituídos no município de São Sepé são formas de associações comunitárias, sendo integrados por mulheres das comunidades rurais que contam com a parceria de outras organizações locais como mediadoras e

facilitadoras nos seus processos de mobilização e organização. Da perspectiva da funcionalidade, existem, no município de São Sepé, 9 grupos informais de mulheres constituídos nas comunidades rurais de Vila Block, Cerrito do Ouro, Passo dos Freires, Mata Grande, Juliana, São Rafael, Passo dos Brum, Nossa Senhora das Dores e Rincão dos Brum, reunindo em torno de 200 mulheres rurais, com as quais se desenvolveu a pesquisa. Os encontros se realizam em salões comunitários ou antigas escolas rurais desativadas e cedidas pela administração pública para esse fim.

O município é formado por cinco distritos, onde estão distribuídos os grupos de mulheres rurais pesquisados. Vejamos a figura 2:

Figura 2 – Localização dos grupos de mulheres rurais no município de São Sepé



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEPÉ, 2016.
Elaborado pela autora, 2016.

O grupo de mulheres existente na localidade de Mata Grande, denominado “Nossa missão é vencer”, possui mais de 30 anos de constituição, sendo referência pela organização e pela manutenção das atividades.

A ata da primeira reunião, cuja data que se obteve conhecimento foi 4 de dezembro de 1984, relata que, mesmo sem a presença da extensionista, o grupo se reuniu para conversar e preparar uma “receita” (ANEXO V).

Os relatos das participantes dão conta de que início das atividades, no modelo de extensão vigente nos anos 1980, o grupo se reunia para fazer cursos relacionados as atividades do lar, como por exemplo culinária e corte e costura. Vejamos a figura 3:

Figura 3 – Curso de corte e costura com o grupo de mulheres da localidade de Mata Grande em São Sepé, na década de 80



Fonte: EMATER/RS-ASCAR - Escritório Municipal de São Sepé.

Atualmente, esse grupo é composto por aproximadamente 40 mulheres, entre jovens, adultas e idosas que se reúnem todas as primeiras quintas-feiras de cada mês, independente da participação da EMATER ou de outros apoiadores.

Entretanto, para que a “vida associativa” do grupo se mantenha por tanto tempo, a participação precisa trazer algum resultado para essas mulheres. Daí a necessidade de se investigar empiricamente quais são os recursos sociais acessados com a participação dessas mulheres rurais nos grupos e de que forma esses recursos repercutem nas relações de sociabilidade das comunidades em que se encontram inseridas.

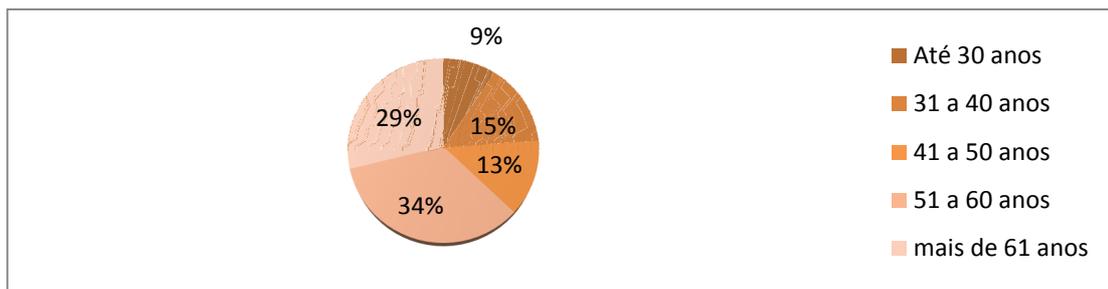
4.3 O perfil das mulheres participantes dos Grupos de Mulheres Rurais do Município de São Sepé

A gente não quer só comida/A gente quer comida/Diversão e arte/A gente não quer só comida/A gente quer saída/Para qualquer parte...
[...]
A gente não quer só comida/A gente quer bebida/Diversão, balé/A gente não quer só comida/A gente quer a vida/Como a vida quer...
[...]
A gente não quer só comer/A gente quer comer/E quer fazer amor/A gente não quer só comer/A gente quer prazer/Prá aliviar a dor...
[...]
A gente não quer/Só dinheiro/A gente quer dinheiro/E felicidade/A gente não quer/Só dinheiro/A gente quer inteiro/E não pela metade

Grupo Titãs

Para atender a proposta teórica deste trabalho, evidenciou-se a necessidade de conhecer as mulheres que participam dos grupos, construir um perfil das associações comunitárias voltadas às mulheres do meio rural no município de São Sepé, trazendo informações sobre sua criação, as ações desenvolvidas e quem são as suas participantes. Tais passos são importantes para nossa investigação na medida em que facilita a compreensão das dinâmicas de participação e, em alguns pontos, retoma os resultados de outras pesquisas já realizados no meio rural.

Gráfico 1 – Idade das mulheres rurais participantes dos grupos



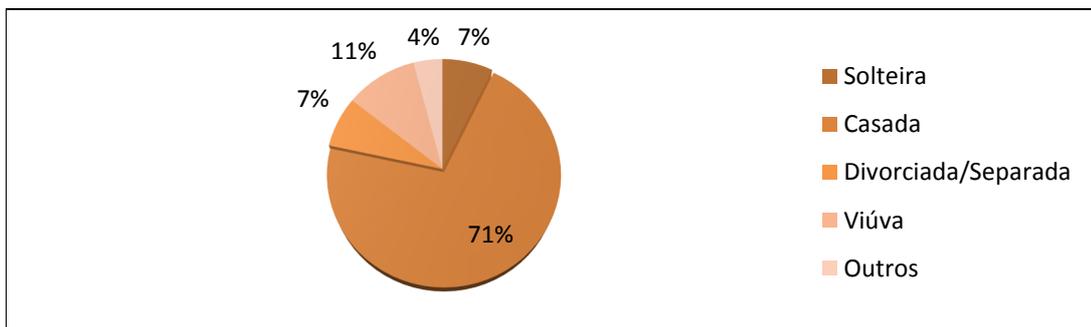
Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Os dados obtidos pelas respostas das entrevistadas revelam que 63% das mulheres entrevistadas possuem idade superior a 51 anos, 34% com idade entre 51 e 60 anos, e 29% com idade superior a 61 anos. Melo e Sabatto (2009. p. 77) afirmam que “no mundo rural há um percentual maior de mulheres com 60 anos ou mais e isso denota que essa população também envelheceu e vive um pouco mais que os homens”.

Nesse contexto, os estudos de Sacco Dos Anjos e Caldas (2008, p. 57) no meio rural também chamaram a atenção para o “processo generalizado de envelhecimento da população em consequência do duplo impacto provocado pela queda da fecundidade feminina e aumento da expectativa de vida”. O envelhecimento e esvaziamento da população nos espaços rurais apontam para o êxodo rural promovido de forma seletiva em relação ao gênero e idade dos moradores do meio rural, ocasionando uma verdadeira erosão demográfica (SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2005; 2008).

Por outro lado, o pequeno percentual de mulheres com idade até 30 anos (9%) pode estar relacionado ao que Sacco dos Anjos e Caldas (2008, p. 58) denominaram de “masculinização do meio rural em razão do êxodo rural seletivo”, pois muitas mulheres saem em busca de oportunidades de emprego, o que demonstra haver uma situação desfavorável em relação às condições de vida e de trabalho para a mulher rural.

Gráfico 2 – Estado Civil das mulheres rurais participantes dos grupos



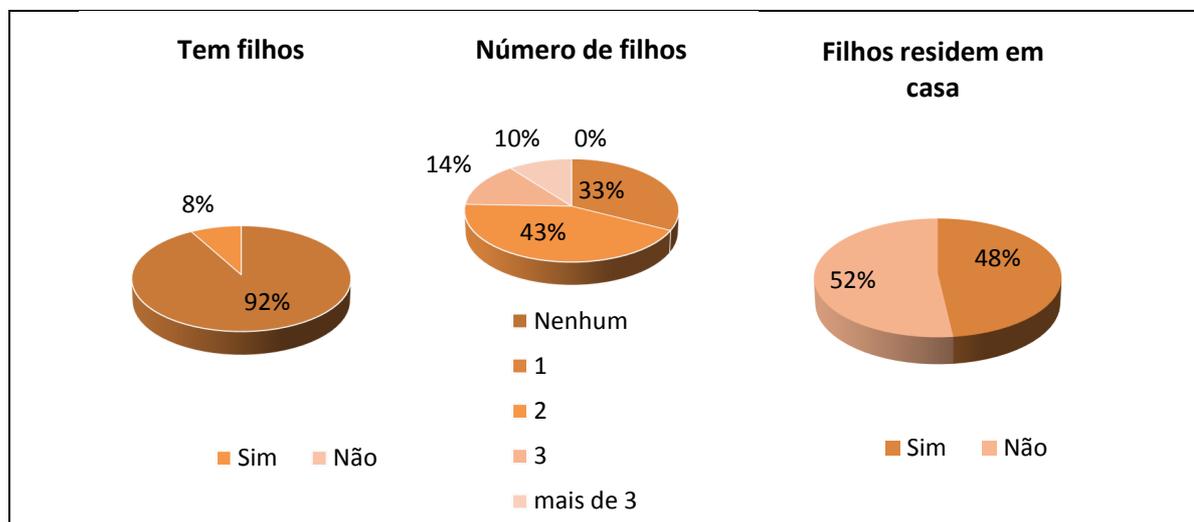
Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Quanto ao estado civil das mulheres participantes dos grupos de mulheres no município de São Sepé, a grande maioria é casada (71% das entrevistadas). Os estudos de Zanini e Santos (2013, p. 98) já apontaram que a “religiosidade católica no interior da unidade familiar camponesa no Rio Grande do Sul, é ainda muito importante”, confirmando a valorização do casamento formal pelas mulheres rurais. Antigamente, as mulheres enfrentavam um costume estabelecido desde os primórdios da colonização, que era o recebimento de “dote” no casamento, não recebendo depois os direitos de herança que eram repartidos com os filhos homens. Assim, o casamento era a única forma de acesso à terra, conforme afirma Paulilo (1998, p. 5):

O acesso delas à terra se dá, portanto, principalmente pelo casamento, salvadas as exceções de filhas únicas, ausência de descendência masculina, herança paritária quando há muito o que dividir ou tão pouco que nenhum dos filhos depende do que vai receber ou, ainda, uma ou outra causa igualmente às margens do padrão mais comum.

É importante referir que os estudos de Melo e Sabatto (2009, p. 77) indicam que no meio rural “a posição chefe na família ainda é tradicionalmente um lugar masculino”, mas tudo indica que o campo não está imune às transformações em curso na sociedade.

Gráfico 3 – Família das mulheres rurais participantes dos grupos



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

A maioria das mulheres pesquisadas possuem filhos (92%). Faria (2009, p. 18) associa casamento e maternidade à construção de uma identidade primária da mulher, uma característica inesgotável de suprir cuidados.

Para as mulheres a realização do trabalho doméstico e de cuidados coloca-se como parte de sua identidade primária, uma vez que a maternidade é considerada seu lugar principal. Essa identidade é introjetada de forma profunda pelas mulheres e sua vivência está marcada pela avaliação das funções maternas e valores associados: a docilidade, fragilidade, compreensão, cuidado, afeto. Na verdade esse discurso da boa mãe é uma construção ideológica para que as mulheres continuem fazendo o trabalho doméstico (FARIA 2009, p. 18).

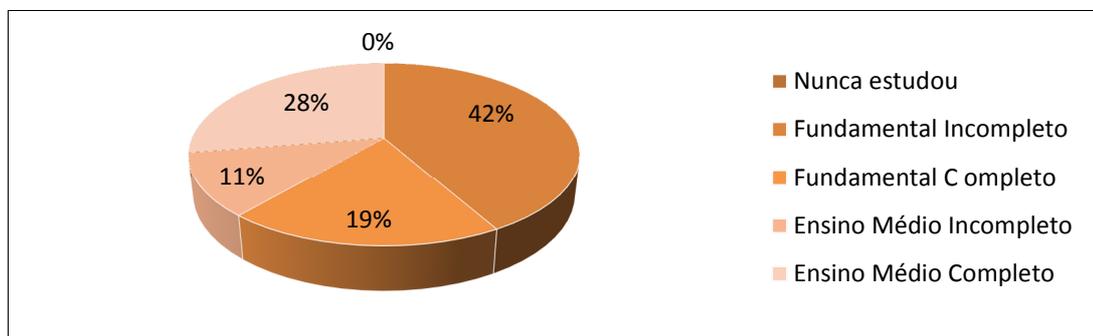
Nesse sentido, Carneiro (1995, p. 352-353) afirma que o papel de esposa e a maternidade são construções que estão interligadas à vida afetiva da mulher rural e

fazem parte do contrato matrimonial. No entanto, o autor salienta que tratar a maternidade como um determinismo, uma maneira de ser intrínseca às mulheres, e considerar que aquelas que não se enquadram a essa norma, seja por vontade pessoal ou por questões biológicas, poderiam ser “desaprovadas” socialmente, constitui uma representação social a ser questionada.

As pesquisas de Zanini e Santos (2013) já apontam para mudanças no comportamento das famílias rurais em relação ao número de filhos. Segundo as autoras, na região central do RS, a quantidade de filhos por casais reprodutivos é pequena (entre um ou dois), não havendo a intenção em ter mais filhos. Entre as razões apontadas para essa decisão de não criar mais filhos estão os limites financeiros e a sobrecarga do trabalho feminino.

Por fim, mais da metade das mulheres entrevistadas relatam que seus filhos não moram mais em casa, seja por que foram morar nas cidades para estudar ou trabalhar, ou porque já constituíram novas famílias.

Gráfico 4 – Nível de instrução das mulheres rurais participantes dos grupos



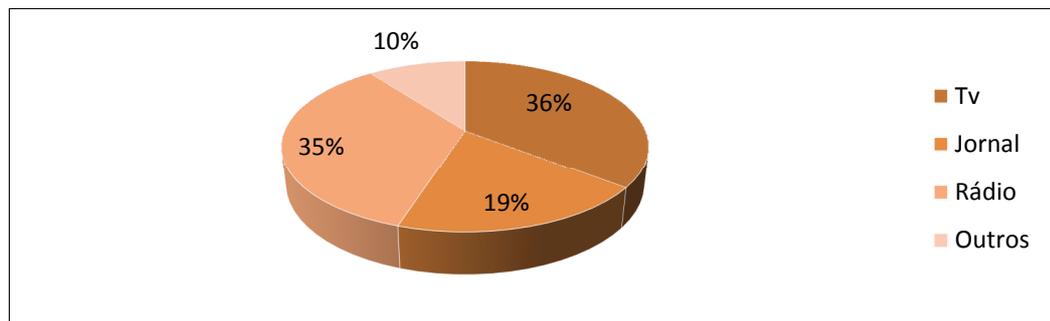
Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Quanto ao grau de instrução/escolaridade das mulheres pesquisadas, verificou-se que quase metade delas possui ensino fundamental incompleto (42%). Esse percentual de menor escolaridade reflete a situação das mulheres de mais idade nos grupos. A mulher (e especialmente a rural), ao longo da história, teve uma subserviência em relação ao sistema patriarcal, foi educada para os afazeres domésticos e cuidados da família, sendo a elas relegado o incentivo aos estudos. Entende-se que essa é uma questão decisiva no mundo contemporâneo para o acesso a determinadas tecnologias e a outros conhecimentos de gestão dos

negócios que poderiam ser viabilizados caso o nível de escolaridade fosse melhorado.

Por outro lado, os números revelam um bom percentual de mulheres (entre as mais jovens) com ensino médio incompleto (11%) e completo (30%), não havendo casos mulheres analfabetas participando dos grupos. Esses índices corroboram as informações nacionais apresentadas nos estudos de Melo e Sabatto (2009, p. 47-48), o qual refere que “no meio rural o número de pessoas com precária ou nenhuma escolaridade é significativo, embora numa trajetória de queda. As mulheres apresentam-se numa posição um pouco melhor do que os homens”. O fato de que quase metade das mulheres pesquisadas tenha apenas o ensino fundamental incompleto confirma essa precariedade, embora reafirme a trajetória em queda.

Gráfico 5 – Fontes de informação das mulheres rurais participantes dos grupos



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

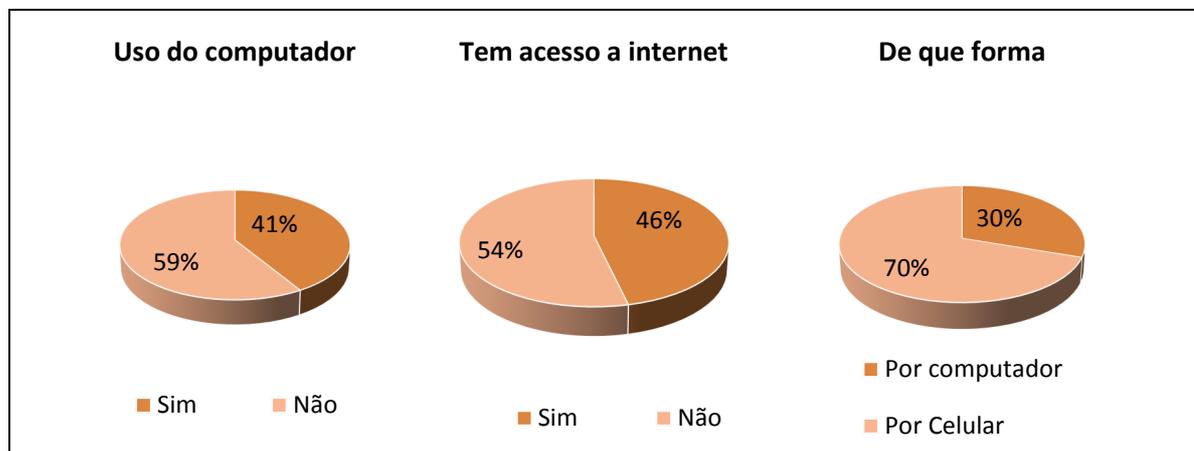
A informação é um aspecto importante no mundo globalizado, e as mulheres rurais são bem informadas, possuindo acesso, principalmente, à televisão e ao rádio (70%), com programação local, regional ou nacional. Muitas afirmam que enquanto realizam seus afazeres, “o rádio permanece ligado”. Um percentual menor possui acesso a outras fontes, como livros, jornais e revistas e até mesmo a internet, como apresentaremos a seguir. Também o próprio grupo, por meio das reuniões, aparece como fonte importante de informação e discussão de temas da atualidade.

Percebe-se que há grande interesse das mulheres na busca de novas informações e, para isso, o uso das tecnologias é muito importante. Para atender essa demanda, em muitas localidades foi realizado o curso de “inclusão digital” promovido pelo SENAR/RS.

Nesse sentido, o entrevistado “A” traz a preocupação com a questão da informação, como melhoria de qualidade de vida e manutenção das famílias no campo:

A sociedade vai mudando suas relações. Hoje o papel que a mulher assumiu na sociedade avançou muito, é sempre bom estar [sic] vindo novos desafios. Junto, o técnico tem que acompanhar o social e o ambiental. Esse é o papel da EMATER: levantar as demandas e atender na concretude o que influencia na qualidade de vida e saúde do reio rural. A questão da informação e do acesso como, por exemplo, internet, tudo isso é importante. “Se tu quer um rural com gente, precisa mudar.(entrevista concedida à autora pelo entrevistado A, representante da EMATER/RS)

Gráfico 6 – Inclusão Digital: uso de computador e internet pelas mulheres rurais participantes dos grupos



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

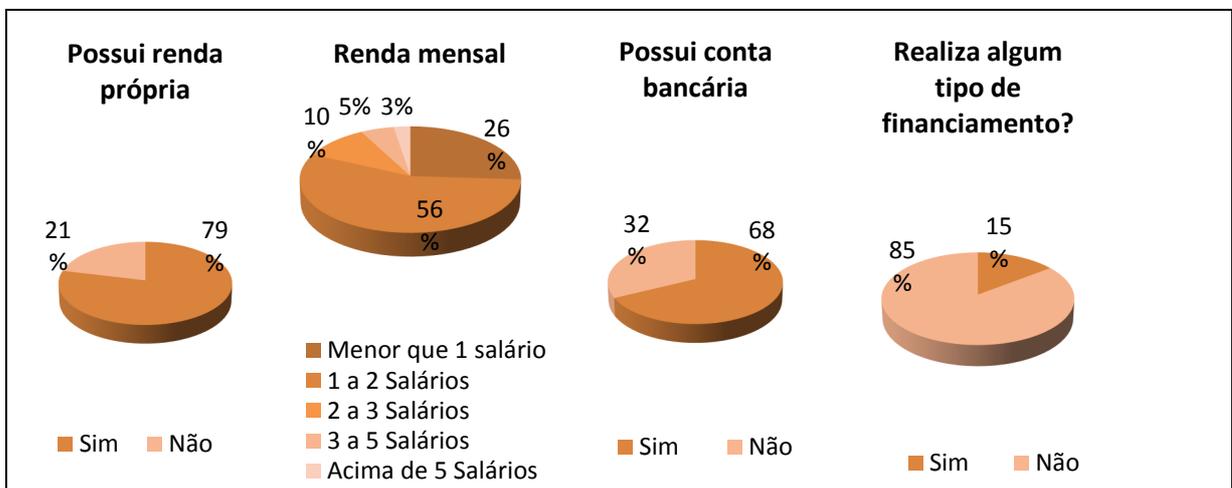
Em relação à inclusão digital, verifica-se que praticamente a metade do público pesquisado faz uso de computadores, tablets, notebooks, celulares e assemelhados, ressaltando-se o fato de que em muitas localidades não se tem acesso à internet por meio do computador e que ela só pode ser acessada via celular. Castells (2005, p. 23) afirma que a sociedade em rede muda os padrões de sociabilidade.

A sociedade em rede também se manifesta na transformação da sociabilidade. O que nós observamos, não é ao desaparecimento da interação face a face ou ao acréscimo do isolamento das pessoas em frente dos seus computadores. Sabemos, pelos estudos em diferentes sociedades, que a maior parte das vezes os utilizadores de Internet são mais sociáveis, têm mais amigos e contactos e são social e politicamente mais activos do que os não utilizadores. Além disso, quanto mais usam a Internet, mais se envolvem, simultaneamente, em interacções, face a face, em todos os domínios das suas vidas. Da mesma maneira, as novas formas de comunicação sem fios, desde o telefone móvel aos SMS, o WiFi e o

WiMax, fazem aumentar substancialmente a sociabilidade, particularmente nos grupos mais jovens da população. A sociedade em rede é uma sociedade hipersocial, não uma sociedade de isolamento. [...] As pessoas integraram as tecnologias nas suas vidas, ligando a realidade virtual com a virtualidade real, vivendo em várias formas tecnológicas de comunicação, articulando-as conforme as suas necessidades.

Acredita-se que a familiaridade com esses mecanismos pode melhorar a qualidade de vida, a interação e a democratização do acesso à tecnologia, podendo gerar benefícios concretos para que ocorram, de fato, a autonomia e o domínio tecnológico pelas mulheres nas comunidades rurais.

Gráfico 7 – Atividade econômica e renda das mulheres rurais participantes dos grupos



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

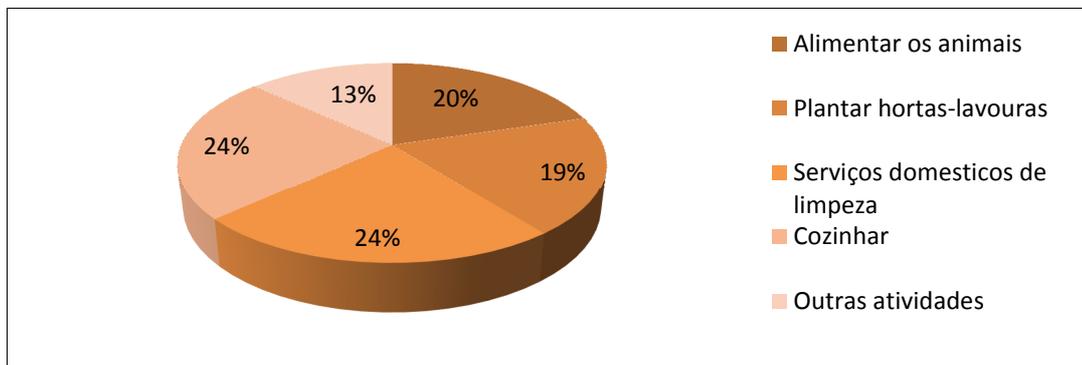
Em relação à atividade econômica das mulheres participantes dos grupos, a grande maioria (79% das entrevistadas) possui renda própria. Na maior parte, essa renda é estimada em valores inferiores a um salário mínimo (56%) ou de um a dois salários mínimos (26%). Parte dessa renda vem da exploração da agricultura em regime familiar, confecção de artesanato ou daquilo que elas comumente alcunham de “quitanda” – para denominar a produção de doces, compotas e panificação – feita para comercialização sob encomenda ou em feiras. Outras já atingiram a condição de implementação da aposentadoria rural e passaram receber o benefício.

Brumer (2004) refere que a questão da renda própria possui um enorme valor simbólico na emancipação das mulheres do campo, especialmente quando adquirem a aposentadoria pois, em muitos casos, nunca haviam percebido renda pelos serviços realizados na propriedade. A renda própria, onde existe, permite a

decisão pessoal sobre os gastos e compras, priorizando necessidades e vontades. Além disso, muitas delas referiram que ajudam os maridos a controlar o dinheiro da família, indo ao banco, fazendo pagamentos, compras, etc. Ao serem questionadas se possuem conta bancária, 68% delas responderam que sim, o que se pode deduzir que a mulher rural começa a participar mais dos negócios que envolvem a propriedade e a família.

Foi registrado um pequeno índice de financiamento bancário realizado pelas mulheres, referindo-se, em sua maioria, a operações de empréstimo consignado em aposentadorias e operações de PRONAF agrícola.

Gráfico 8 – Ocupação ou outras atividades que as mulheres rurais participantes dos grupos exercem na propriedade



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

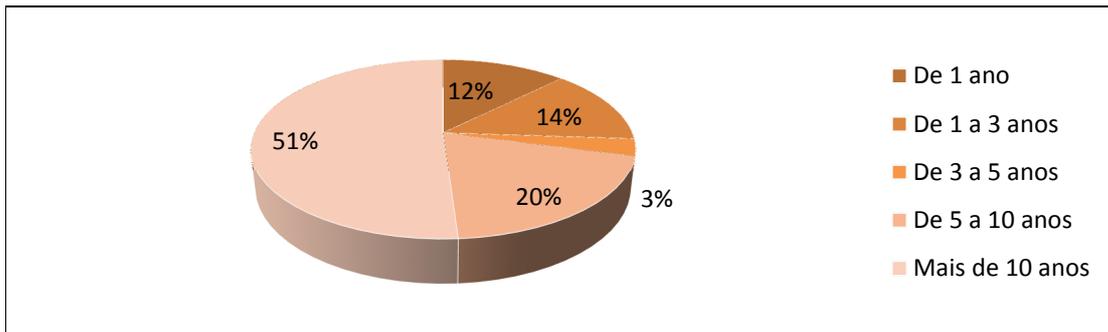
Ao serem indagadas sobre as ocupações que desenvolvem na propriedade, as mulheres pesquisadas afirmaram que se ocupam, primeiramente, das tarefas do lar, ou seja, com os serviços domésticos de limpeza (24%) e cozinha (24% delas). Em seguida, vêm as atividades externas, como plantar hortas/lavouras (20%) e alimentar os animais (19%), as quais também ocupam grande parte da jornada. Entre outras atividades, 13% das mulheres pesquisadas relataram a realização de outros trabalhos, por exemplo, o artesanato.

Nesse contexto, Melo e Sabatto (2009, p. 89) afirmam que trabalho da mulher é “coadjuvante no âmbito da família, como membro não remunerado da unidade domiciliar”.

A realidade é que 2/3 das mulheres rurais ainda continuam trabalhando apenas para “ajudar” a família, na forma de trabalho sem remuneração ou plantando, colhendo, cuidando de pequenos animais para o autoconsumo familiar (MELO; SABATTO, 2009, p. 90).

Não abandonando as tarefas domésticas, as mulheres acrescentam mais trabalho para produzir e comercializar outros produtos agrícolas, agroindustriais ou artesanais, intensificando suas jornadas de participação no trabalho familiar.

Gráfico 9 – Tempo de participação no grupo de mulheres rurais



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Mais da metade das mulheres pesquisadas (51%) participam do grupo há mais de 10 anos, sendo que, nos relatos, todas verbalizaram que participam desde o início dos grupos. Nem todos os grupos possuem documentos ou registros escritos, mas encontramos alguns registros aleatórios de atas datadas de dezembro de 1984, março de 1998, agosto de 2001, abril de 2006, novembro de 2014.

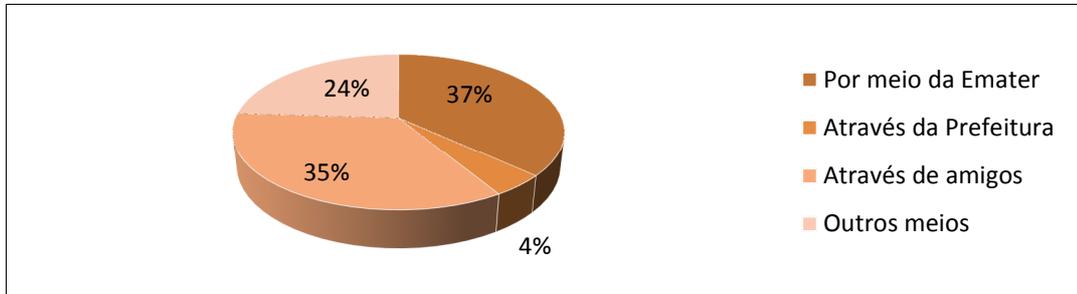
Ao longo da pesquisa, percebe-se o importante papel de extensão rural realizado pela EMATER, tanto na área técnica, quanto na social, incentivando e apoiando a manutenção dos grupos. Em entrevista, a representante da EMATER afirma que:

*[...] na forma de abordagem da EMATER, se vai falar sobre a família, é o homem, a mulher e os filhos, e esse é o grande desafio. Uma concepção da empresa (Emater) que contribui para o empoderamento da mulher, mas que deve sair do discurso e ir para as ações, sem reforçar sempre a mulher no âmbito doméstico, porque a própria mulher se condiciona a isto. Precisamos levar o debate e a informação, em temas do cotidiano, do que está acontecendo no entorno maior, além da propriedade e na sociedade como um todo. A mulher só vai se empoderar na hora em que **tiver conhecimento e informação, que são condições de agir de igual para igual** (entrevistada B, representante da EMATER/RS, grifo nosso).*

Lusa (2016, p. 246) ao dissertar sobre modos de vida e trabalho rural afirma que

na dinamicidade da vida cotidiana [...] um traço importante do modo de vida, de trabalho e de produção rural é existência de relações próximas, de confiança e solidariedade, que se manifestam tanto no espaço de trabalho quanto das relações de sociabilidade familiar, de vizinhança e comunitária.

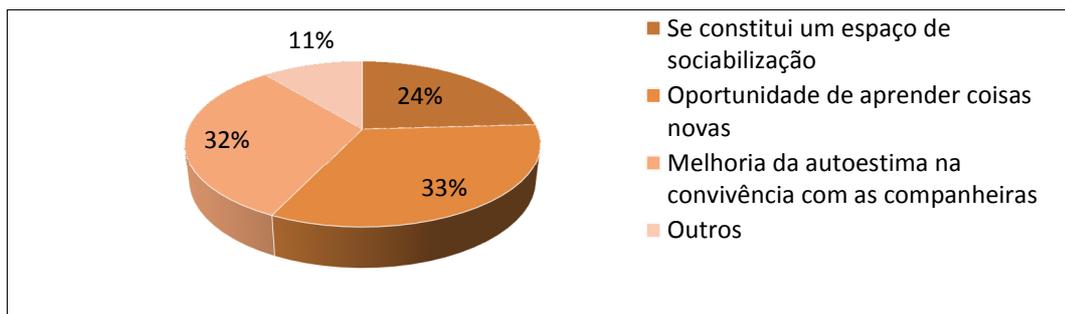
Gráfico 10 – Divulgação do grupo de mulheres



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Ao responderem como ficaram sabendo a respeito da existência do grupo, muitas das mulheres pesquisadas, correspondendo a 37% do total, disseram que foi pela EMATER/RS, e outros 35% afirmaram que tomaram conhecimento pelas amigas. Isso reforça a importância do trabalho realizado pela EMATER/RS junto às comunidades rurais, bem como o fortalecimento de laços comunitários de amizade. Outros meios, como rádio local e STR, ou prefeitura municipal, foram citados com menor frequência.

Gráfico 11 – Motivações para participação das mulheres rurais nos grupos

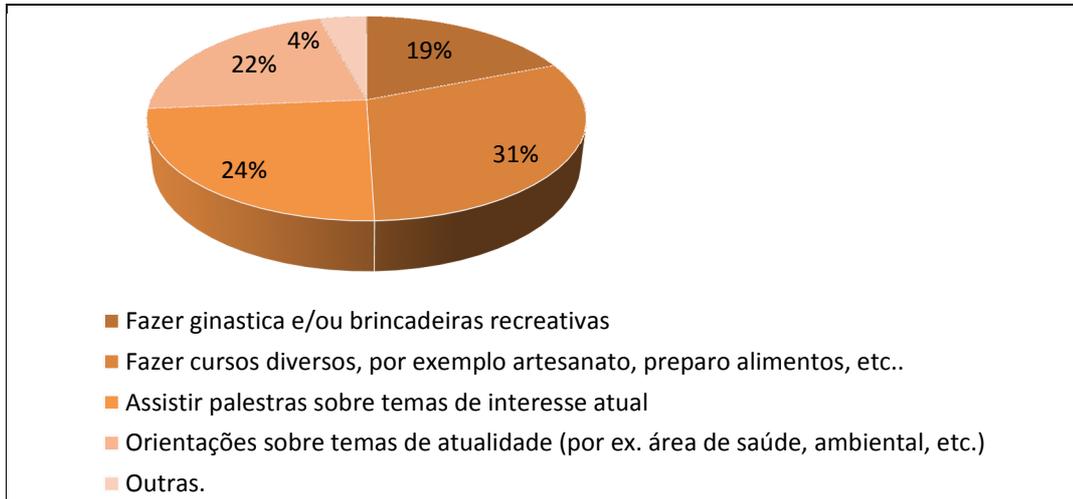


Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

As mulheres querem construir espaços de participação. No caso dos grupos de mulheres, essa participação se dá, sobretudo, pela expectativa social de aprendizagem (33%) e melhoria da autoestima na convivência com outras mulheres (32%). Por sua vez, o grupo também se constitui como um espaço no qual se desenvolvem processos sociais importantes de “reunir”, “falar”, “opinar”, “decidir” e “aprender” que começam a ser internalizados pelas mulheres, a fim de serem

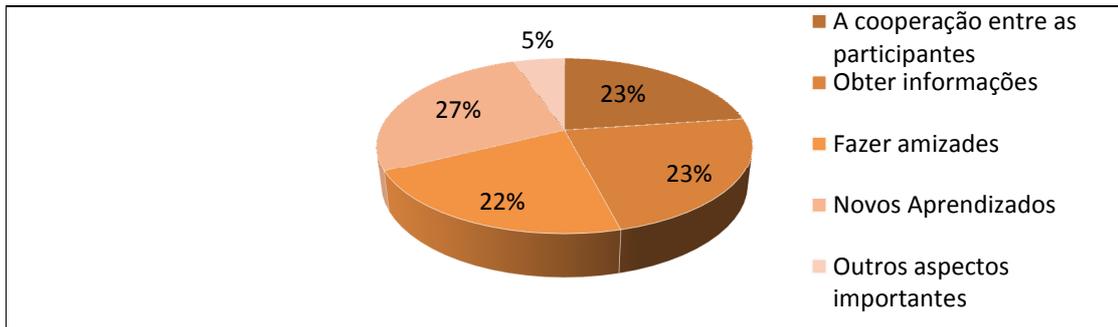
utilizados em outras práticas do cotidiano. O incentivo de participação resulta das práticas democráticas que foram observadas, com as discussões dos temas e possibilidade de decisão pelas mulheres.

Gráfico 12 – Atividades realizadas pelas mulheres nos grupos



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Do ponto de vista das atividades realizadas, os grupos de mulheres realizam, em seus encontros mensais, atividades bastante diversificadas. Confirmando a expectativa de aprendizagem, as mulheres pesquisadas afirmaram que fazer cursos está entre suas atividades preferidas (31%), assim como assistir a palestras sobre temas de interesse na atualidade (24%) e ter orientações sobre temas da atualidade, como, por exemplo, área ambiental ou saúde (22%). As atividades de descontração, ginástica e brincadeiras também são apreciadas pelas participantes. Um percentual menor de participantes (4%) sinaliza que gosta dos trabalhos com artesanato. O interesse pelo aprendizado em cursos de, por exemplo, laticínios, panificação, compotas, doces, conservas, etc., constitui, além da melhoria na qualidade da alimentação, uma forma de reforço na renda familiar.

Gráfico 13 – Aspectos valorizados pelas mulheres na convivência nos grupos

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

As mulheres rurais organizadas nos grupos valorizam, como aspectos importantes, principalmente, os novos aprendizados, a cooperação entre as participantes, obter informações e fazer novas amizades. O grupo se revela um importante espaço de aprendizagem e ajuda mútua, de compartilhamento de vivências e de encontro.

Lusa (2016, p. 246) afirma que exemplos de “solidariedade camponesa significam na verdade a construção de redes de sociabilidade”, as quais não só fortalecem o exercício da agricultura e a vida no campo, mas reproduzem um modo peculiar de organização da vida rural. Os chamados “mutirões e ajudatórios” dos vizinhos se transformam em momentos de convívio e rememoração de histórias que fortalecem vínculos e reforçam a solidariedade.

Por fim, ao serem questionadas se participam de outras atividades fora da propriedade, 71% das mulheres responderam que sim. Dentre essas atividades, estão a participação em associações de produtores rurais, patronagem de CTGs, diretorias de capelas e grupos de catequese, associação de artesãos, reuniões do Sindicato de Trabalhadores Rurais, núcleos da Cooperativa Triticola Sepeense Ltda, grupos de terceira idade e grupos de jogos. Aqui podemos identificar as redes de relações estabelecidas pelas mulheres que participam dos grupos de mulheres rurais no município de São Sepé. A participação nessas redes de sociabilidade possibilita o acesso dessas mulheres a informações e recursos que modificam as suas posições e relações no território. Foi o que a entrevistada “C”, participante do grupo da localidade de Mata Grande afirmou: *“eu, particularmente, aprendo muita coisa com as gurias, já muda a rotina em casa, a gente já sabe falar outras coisas, modifica muito”*.

Da mesma forma, pode-se perceber da fala da entrevistada “D” que, a partir da participação nos grupos de mulheres, são incentivadas a participação em redes sociais de compromisso que incidem em práticas de reciprocidade e de confiança mútua.

[...] Uma vez, a atendente do INSS me disse: “a Sra. está botando dinheiro fora sendo sócia do sindicato” e eu respondi “acho que não, sou sócia e quando eu preciso consultar eu uso a carteira do sindicato e lá eu sei dos meus direitos.

[...] Da Associação de Produtores Rurais já fui da diretoria três vezes, da representação das mulheres do STR já participei várias vezes e até da FETAG. Sou do conselho do grupo de mulheres e também da diretoria da igreja, sou a atual tesoureira. Numa coisa ou noutra eu estou sempre participando e ajudando (Entrevistada D, grupo de mulheres da localidade de Mata Grande).

A entrevistada “E” também afirma claramente que a participação das mulheres da comunidade no grupo modificou as relações de sociabilidade, trazendo benefícios em relação à autoestima e à motivação dessas mulheres, empreendendo ganhos emocionais coletivos que podem se transformar em incentivo para outras atividades que resultem em ganhos financeiros. Ela declara:

[...] o convívio com as pessoas do local e o aprendizado, a gente aprende umas com as outras.

[...] Ajuda, porque melhora a autoestima para todas as mulheres. Uma vem e conta uma dificuldade e aí a gente vê que não é somente a gente que tem problemas. Isso serve para todas.

[...] Na vida financeira, a gente começou a fazer produtos para venda, doces e compotas, e iniciou com a produção de hortigranjeiros. Fui aprendendo coisas novas. (Entrevistada E, grupo de mulheres da localidade de Mata Grande).

Por fim, “o dia do grupo é sagrado”, como disse a entrevistada “F” ao falar da importância do grupo na vida dessas mulheres: “independente de vir alguém de fora do grupo, como a EMATER ou outro convidado, ‘é sagrado’: na 2ª quinta--feira do mês, a gente se encontra aqui, é ponto no salão”.

A canção intitulada “Comida”, do grupo Titãs, citada em epígrafe, que embalou os anos 80, traz em seus versos uma metáfora do que querem as mulheres rurais com a participação nos grupos. As mulheres não querem “só aprender novas receitas”, querem o prazer da boa conversa, querem informação e diversão. As mulheres rurais querem participação, dentro de suas condições e possibilidades, por inteiro e não pela metade.

5 PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES RURAIS EM ASSOCIAÇÕES E SUAS REPERCUSSÕES NO TERRITÓRIO

No universo dos estudos rurais, a dimensão de gênero era identificada de forma implícita em pesquisas das décadas de 60 e 70. Segundo Woortmann (2010, p. 10), nesses estudos, as populações rurais eram "analisadas enquanto famílias, grupos domésticos de produtores e consumidores de alimentos cujos excedentes de força de trabalho e produção eram destinados para as camadas populares urbanas". Alguns anos mais tarde, no início dos anos 1990, os temas femininos e os papéis desempenhados pelas mulheres em espaços antes definidos como masculinos – como a família, a agricultura e até mesmo os movimentos sociais –, passaram a ser recorrentes, fazendo novas e importantes contribuições teóricas para a construção de políticas públicas e consolidação de espaços participativos destinados às mulheres rurais. Siliprandi e Cintrão (2011, p. 13) afirmam que

os movimentos de mulheres vêm construindo alternativas, tanto no plano das análises acadêmicas, através da economia feminista, quanto nas ações e lutas por políticas públicas, buscando que estas contribuam para a superação não somente das desigualdades sociais, mas também das desigualdades de gênero. A conquista de uma maior independência financeira para as mulheres rurais, assim como já alcançado em grande parte pelas mulheres urbanas, é uma das questões importantes que vem sendo colocada.

A emergência dessas novas dinâmicas socioespaciais vem trazendo transformações e ressignificações ao meio rural nas últimas décadas, alterando o ritmo de vida local e familiar, a estrutura da organização do trabalho familiar, bem como os valores sociais e culturais dos agentes envolvidos (LUNARDI, 2012).

Isso faz com que os estudos atuais apresentem outras perspectivas, como as especificidades de grupos rurais de idosas ou de jovens articuladas a outros temas, como o esvaziamento do espaço rural, questões de saúde, meio ambiente, novo aporte teórico tratando da pluriatividade rural, retratando as mudanças nos espaços produtivos e sociais em que estão inseridas essas mulheres e, por conseguinte, trazendo visibilidade aos modos de vida e relações no universo rural e suas repercussões nos territórios.

Nesse sentido, a contribuição desta pesquisa para a consolidação dos estudos de gênero no meio rural se dá por estudar como o capital social produzido

por meio da participação das mulheres rurais em associações repercute nas relações de sociabilidade das comunidades em que se encontram inseridas. Isso porque, conforme Scott (2010, p. 15), "as mulheres têm se organizado nos movimentos de uma forma que faz imprescindível compreender os processos e as lógicas que informam esta participação e valorizam as suas reivindicações".

A participação como estratégia de desenvolvimento territorial, articulada a planos de ação ou políticas públicas, a exemplo da Política de Extensão rural desenvolvida pela EMATER/RS, tende a contribuir para o incremento e valorização dos setores produtivos. Por sua vez, os melhores ganhos verificados estão na articulação das mulheres a partir da interação nos grupos de mulheres rurais, pois estes se constituem em ricos espaços de debates e aprendizagem que oportunizam integração em novas redes de sociabilidade, informação e acesso a recursos que podem promover o empoderamento para a emancipação individual e coletiva.

Nesse sentido, o economista Amartya Sen ressalta a necessidade de compreender que o empoderamento de mulheres é condição essencial para o avanço do desenvolvimento. O economista ainda afirma que os países, nos quais a desigualdade de gênero é menor, ostentam o maior índice de desenvolvimento humano.

Nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto o reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres. Esse é um aspecto crucial do desenvolvimento como liberdade (SEN, 2000, p. 220).

Trazendo os resultados da investigação, este capítulo encontra-se estruturado nas seguintes seções: na primeira seção, descrevem-se as mudanças nas relações de trabalho e nas relações familiares; na segunda, relata-se o estabelecimento de novas redes sociais internas e externas à comunidade; e na terceira e última seção, discute-se a relação entre capital social, participação e desenvolvimento territorial a partir dos grupos de mulheres rurais em São Sepé/RS, relacionando a pesquisa empírica às referências teóricas.

5.1 As mudanças nas relações de trabalho e nas relações familiares

Os grupos de mulheres rurais, a exemplo de outras organizações da sociedade civil, vivenciaram um processo conjuntural de lutas que se estenderam desde o fim do regime militar, passando pelo período de redemocratização do país, em um esforço de conquistar e, posteriormente, consolidar direitos básicos. Maria da Glória Gohn (1991), em seus estudos sobre movimentos sociais, afirma que

a unificação das demandas localizadas se fez ao redor de setores problemáticos do social. Embora houvesse um cruzamento intenso de formas organizacionais de setores das camadas médias (lutas das mulheres, dos estudantes, dos ecologistas, dos negros etc.) com setores das classes populares (lutas por equipamentos coletivos, bens e serviços públicos, pela habitação e pelo acesso a terra), havia alguns denominadores comuns: a construção de identidades através das semelhanças pelas carências; o desejo de se ter acesso a direitos mínimos e básicos dos indivíduos e grupos enquanto cidadãos; e fundamentalmente, a luta contra o status quo predominante: o regime militar (GOHN, 1991, p. 13).

Os chamados “setores problemáticos na área social” constituíram uma identidade comum que, de certa forma, embasou muitos movimentos sociais. Entretanto, esses espaços permanecem constituídos com a predominância da participação masculina, nos quais cabe ao homem o poder do discurso e da representação familiar para discutir, opinar, enfim, participar. Como bem afirmou Bourdieu (1999, p. 116),

[...] Excluídas do universo das coisas sérias, dos assuntos públicos, e mais especialmente dos econômicos, as mulheres ficaram durante muito tempo confinadas ao universo doméstico e às atividades associadas à reprodução biológica e social da descendência, atividades (principalmente maternas) que, mesmo quando aparentemente reconhecidas e por vezes ritualmente celebradas, só o são realmente enquanto permanecem subordinadas às atividades de produção, as únicas que recebem uma verdadeira sanção econômica e social, e organizada em relação aos interesses materiais e simbólicos da descendência, isto é, dos homens.

Ao analisar questões sobre a participação das mulheres rurais, precisamos averiguar suas implicações nas relações de trabalho e familiares, as quais também podem impactar em ações políticas e sociais envolvendo relações de poder e decisão entre homens e mulheres dentro da família.

As mulheres organizadas propõem uma articulação entre a participação política e a vida cotidiana, entre a esfera pública e esfera privada. A mulher,

ao emergir da esfera privada para reivindicar na esfera pública, torna-se visível e protagonista, denuncia as grandes desigualdades e violências vividas fazendo emergir novo sujeito político da construção histórica, marcando importantes avanços (BRASIL, 2013).

A participação das mulheres rurais em espaços sociais de discussão e decisão encontra muitos obstáculos, seja por conta da execução das tarefas ligadas aos cuidados da família, particularmente nos serviços domésticos, ou por conta de atividades ligadas ao cultivo de hortas, roçados, preparo de alimentos para consumo ou comercialização, o que se configura como desmotivação e até mesmo impedimento à participação.

De acordo com as observações colhidas em nosso diário de campo, percebe-se que, em alguns casos, a falta de distribuição das tarefas entre os membros da família sobrecarrega o trabalho feminino e, com isso, cria obstáculos para um envolvimento mais efetivo em outras atividades. Por isso, a sobrecarga de trabalho surge como um entrave à participação.

Outra questão apontada por algumas integrantes dos grupos, em relação às dificuldades de participação das mulheres, indica que “*as mulheres ainda precisam ser ainda mais unidas*”, como afirmou “k”, participante do grupo da localidade de São Rafael. No mesmo sentido, em palestra⁸ do Projeto Semeadura, Inque Schneider afirmava que “*é preciso trabalhar a unidade das mulheres, não há um instinto das mulheres em defenderem mulheres, como os homens fazem entre si. É preciso vencer preconceitos mesmo no meio das mulheres*”.

Entretanto, apesar das dificuldades apontadas, percebe-se que houve mudanças nas relações a partir da participação das mulheres nos grupos, pois tornou-se possível a constituição de um tempo e espaço de lazer, de convivência, aprendizado e interação social, com maior contato com pessoas da comunidade, para além do grupo familiar, podendo repercutir no comportamento nas relações familiares e nas relações sociais das comunidades rurais.

⁸ No ano de 2015, aconteceu o I Encontro de Articulação do Comitê Territorial de Mulheres Rurais do Território da Cidadania Central, em Santa Maria/RS, onde foi apresentado o Projeto Semeadura, objetivando socializar reflexões sobre a realidade das mulheres rurais, da inclusão produtiva, de trabalho doméstico e de cuidados na perspectiva da economia familiar. Nos dias 17 e 18 de fevereiro de 2016, o Projeto Semeadura promoveu um encontro de capacitação em políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável, em que tive a oportunidade de participar como observadora. A palestrante Inque Schneider atuou por mais de 25 anos como coordenadora das Mulheres na FETAG e é considerada uma referência nos movimentos sindicais de mulheres rurais no RS.

Na percepção da entrevistada “G”, “os grupos se constituem como importante espaço de participação para as mulheres rurais”.

Acho que é uma necessidade do ser humano e não só das mulheres, de existir essa troca, de aprender e ensinar, de ter um espaço em que ela se sinta ouvida e respeitada. [...] As mulheres no interior são mais isoladas, se sentem mais sozinhas. Então, é um momento que elas tem de convivência. Por isso esse espaço é importante (Entrevistada G, representante da EMATER/RS).

Os grupos de mulheres rurais constituíram-se nas comunidades rurais como espaços de convivência e debates de extrema importância, possibilitando discussões a respeito da necessidade de valorizar o trabalho realizado pelas mulheres, incentivando a maior integração delas em espaços participativos, como outros grupos, associações e até mesmo sindicatos, possibilitando melhor compreensão sobre a necessidade de empoderamento das mulheres rurais. Ainda que através de um processo sutil de aprendizado, ligado às tarefas do lar, que evolui para outros temas que são de interesse das mulheres, a ação dos grupos objetiva o empoderamento das mulheres rurais. O entrevistado “A” explica assim:

[...] a importância da receita do bordado, da técnica artesanal, eu acho que tem um atrativo. A EMATER tem essa orientação, é um meio de se chegar às mulheres como atrativo porque boa parte das mulheres gosta de estar aprendendo esta habilidade, mas junto com isto é fundamental aproveitar as reuniões para tratar [de] temas de interesses da mulher e que proporcione a emancipação. As mulheres começam neste trabalho com os grupos e melhoram sua emancipação na família, na comunidade e na sociedade porque muitas mulheres começam a participar muito carentes, quase sem acesso a nada. (Entrevistado A, representante da EMATER/RS).

Para melhor entender o que se espera desse empoderamento das mulheres rurais, recorreremos a Kleba e Wendausen (2009). Os autores afirmam que o termo empoderamento se trata de um conceito originado nos anos 1970 e é relacionado à melhoria na percepção de potencialidades, tendo como base grupos de autoajuda. Posteriormente, foi influenciado pela psicologia comunitária em movimentos de diversos segmentos sociais.

Um processo dinâmico que envolve aspectos cognitivos, afetivos e condutais. Significa aumento do poder, da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos à relações de opressão, discriminação e dominação social. Dá-se num contexto de mudança social e desenvolvimento político, que promove equidade e qualidade de vida

através de suporte mútuo, cooperação, autogestão e participação em movimentos sociais autônomos. Envolve práticas não tradicionais de aprendizagem e ensino que desenvolvam uma consciência crítica. (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 736, grifo nosso).

O processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social abordado por Kleba e Wendausen (2009) possui três dimensões: i) de nível pessoal, que possibilita a emancipação dos indivíduos, com aumento da autonomia e da liberdade; ii) de nível grupal, que desencadeia respeito recíproco e apoio mútuo entre os membros do grupo, aumentando o sentimento de pertencimento, solidariedade e reciprocidade; e iii) de nível estrutural, que favorece e viabiliza o comprometimento do grupo e a participação social sob o ponto de vista da cidadania

Esse processo é percebido na fala da entrevistada “H”, uma mulher de origem italiana, que atualmente possui 85 anos de idade e participa há mais de 30 anos no grupo de mulheres da localidade de Mata Grande. No dia em foi entrevistada, o grupo de mulheres estava reunido para aprender a fazer e congelar “*agnolini*”, que seria usado para um jantar italiano.

As mulheres participam cada vez mais, tu não vê aqui hoje todo mundo participando? No início, eram bem poucas, não entendiam muito. Depois aumentou e tivemos mais de 40 mulheres. Naquele tempo também havia [sic] mais mulheres na comunidade.

[...] Há trinta anos atrás, TV só à bateria, e não era todo mundo que tinha. Então, em certo momento, o grupo era a única fonte de informação para as mulheres, e de lazer também.

[...] vieram muitos palestrantes falar sobre a saúde, porque de primeiro nem tinha isso de ir no médico. Eu mesma nunca fui em médico antes de ganhar filho.

[...] Outra coisa, outra vez veio um a palestrante falar sobre o direito da mulher, do casal, do casal principalmente... o que é direito da mulher. Faz muitos anos, isso numa época em quase não se falava de direito de mulher. Depois vieram outros palestrantes e até conforme o marido... (violência) era para denunciar.

[...] aquela vez falaram que o marido não podia levantar a voz para a mulher, é até hoje não é para levantar mesmo a voz! (Entrevistada H, grupo de mulheres da localidade de Mata Grande).

Em nossa observação durante as reuniões dos grupos, nas diferentes localidades, foi possível notar depoimentos de mulheres sobre questões mais íntimas das famílias, difíceis de serem explicitadas pelas mulheres, por se tratar de conversas até mesmo mais confidenciais. Ao discutir questões de gênero, é possível “desnaturalizar” situações vivenciadas e (até mesmo) consideradas normais,

passando, assim, a uma maior conscientização sobre o acesso a informações ou decisões como direito.

Nas entrevistas com as participantes dos grupos de mulheres da localidade de Mata Grande, as falas das entrevistadas “E” e “F” reiteram esse entendimento de que através do grupo conseguem se fortalecer enquanto mulheres que vivenciam problemas que, muitas vezes, são semelhantes.

O grupo é como uma família, umas ajudam as outras. Sempre se aproveita a reunião, até por uma conversa com outra mulher. Se tu tem um problema, que “uma ou outra” dá uma ideia de como resolver ou que uma outra sabe como fazer, essa informação é muito importante e te ajuda (Entrevistada “E”).

A participação é importante pelo contato com as pessoas, a convivência, não perder os vínculos de vizinhança. Porque a gente nunca tem tempo de ir numa casa, de visitar, e no grupo a gente conversa, troca informação (Entrevistada “F”).

Diante desses relatos, percebemos que o esforço para participação das mulheres nos grupos de mulheres rurais se efetiva em melhorias nas condições de vida, seja pelo reforço emocional proporcionado pela convivência, ou para construção de processos de empoderamento na busca de redução das desigualdades no meio rural.

No dia 30 de maio de 2016, participamos da reunião do grupo de mulheres da localidade de São Rafael, na qual estavam presentes as psicólogas da secretaria de saúde do município de São Sepé para a realização do trabalho denominado “*Roda de terapia comunitária integrativa*”. A condução desse trabalho junto às mulheres é no sentido de que “*os sentimentos que não são falados viram doença*”. Então uma das participantes conta que “*anda muito triste, pois possui um familiar hospitalizado em estado grave mas veio na reunião neste dia para buscar um apoio com as companheiras*”. Assim, percebe-se que o grupo de mulheres consegue se fortalecer para superar situações difíceis enfrentadas por elas em seu ambiente familiar.

Nesse sentido, o relato da entrevistada “I” também aponta que essa necessidade de convivência é um dos motivos que impulsionam a participação:

Eu acho que o interesse é principalmente o espaço onde elas podem conversar com as outras, onde elas podem se “abrir” sobre assuntos que normalmente em casa elas não têm com quem conversar: tem outras mulheres, tem palestrantes, assistentes da EMATER, sindicato, secretárias municipais, que podem tirar as dúvidas. É um espaço que elas conquistaram para tratar assuntos mais específicos sobre as mulheres, que são do interesse delas. (Entrevistada I, STR)

Os relatos das mulheres são unânimes em relação aos ganhos emocionais que a participação nos grupos acrescenta. Referem uma melhoria na autoestima, pelo reconhecimento junto às famílias, pelos novos aprendizados proporcionados por cursos e palestras, ou até mesmo por encontros de interação entre grupos de localidades diferentes, conforme podemos visualizar na figura 4:

Figura 4 – Atividade com os grupos de mulheres rurais da localidade de São Rafael e Passo dos Brum



Fonte: EMATER/RS, escritório São Sepé.

Como exemplo, temos o caso em que os grupos das comunidades do Passo dos Brum receberam as integrantes do grupo da localidade de São Rafael para um dia de confraternização, em que houve a troca de mudas de folhagens, revelação das amigas secretas, além de outras atividades recreativas. Nesse evento, foi realizado o encerramento das atividades do ano de 2016 pela EMATER, em parceria com agentes comunitárias e psicólogas da Secretaria Municipal da Saúde. Por meio de um trabalho conjunto, ao longo de dois anos, foram realizadas reuniões com terapia comunitária nesses grupos.

Alguns grupos também realizam viagens turísticas. É o caso do grupo de mulheres da localidade de Mata Grande no ano de 2015, que viajou para Caxias do Sul para participar da Festa da Uva. No ano de 2016, elas viajaram para Santa Cruz do Sul para conhecer a OKTOBERFEST. Para isso, elas recolhem uma pequena “mensalidade”, em valor atualmente inferior a R\$ 5,00 por mês; ainda, nas promoções de festas na comunidade, montam bancas de doces para

comercialização, cujos valores arrecadados são juntados às mensalidades para custear essas viagens.

Na figura 5 há um registro fotográfico das mulheres do Grupo da localidade de Mata Grande:

Figura 5 – Viagem do grupo de mulheres rurais da localidade de Mata Grande à Santa Cruz do Sul para participar da OCTOBERFEST



Fonte: arquivo pessoal de Marlene Silveira, participante do grupo de mulheres da localidade de Mata Grande.

É um exemplo bem sucedido e com efeitos, pois, para muitas dessas mulheres, essas viagens turísticas estão entre as poucas realizadas até agora, e elas consideram muito importante essa possibilidade de sair da rotina de trabalho para vivenciar esses momentos. Em uma reunião, presenciei as discussões de roteiro da viagem e a satisfação delas com a realização do passeio.

5.2 O estabelecimento de novas redes sociais internas e externas à comunidade

A partir da Constituição de 1988, a mobilização social e a sequência legislativa a respeito de políticas sociais apresentam um viés participativo e

democratizante no âmbito das relações entre Estado e sociedade. Isso resultou em uma multiplicidade e diversidade de instituições associativas em diferentes frentes de atuação no momento atual do país, assim como espaços informais de participação disseminados por todo o Brasil, a fim de enfrentar desafios no que se refere à sua qualidade e efetividade de organização social (AVRITZER, 2011).

Essa capacidade de mobilização e organização social dos atores dá origem e mantém em funcionamento uma rede constituída de ações, cooperações e ajuda mútua, realizadas por indivíduos e instituições, em prol da conquista de certos bens públicos, como informação, educação, saúde, entre outros, em busca da valorização das comunidades rurais.

Haesbaert (2002, p. 132) afirma que a estrutura social em rede atua “como elemento fortalecedor do território”. Nesse contexto, inserem-se os grupos de mulheres rurais organizados pela EMATER/RS. Os grupos possuem uma diretoria que coordena as reuniões, organizando sua dinâmica. Geralmente, são dirigidos pela presidente, com apoio da extensionista da EMATER/RS. A coordenadora do grupo faz uma exposição dos temas gerais, abre votação para assuntos que dependem de deliberação e coloca a palavra à disposição das mulheres presentes. Se para o dia da reunião havia sido agendado com curso ou palestra, dão início a essas atividades diretamente. Todas assinam lista de presença – em alguns grupos são feitas anotações informais, outros possuem livro de ata. O intervalo para o lanche é um momento de confraternização em todos os grupos que frequentei. Nas reuniões, geralmente são servidos bolos, doces e salgados, chás ou sucos, trazidos pelas próprias participantes, os quais ficam dispostos em uma mesa no espaço próximo ao da reunião. Nesse momento, as mulheres confraternizam entre si, brincam e contam histórias em plena descontração.

Entre as instituições e organizações que possuem atuação junto aos grupos de mulheres estão: a Prefeitura Municipal, via Secretaria Municipal de Agricultura, ou Secretaria Municipal de Saúde, SENAR, o Sindicato Rural de São Sepé, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a COTRISEL, sendo que instituição que mais esteve presente foi a EMATER, na condição de entidade local de assistência técnica.

A entrevistada “F” fala que a convivência no grupo possibilita o acesso a redes de informação e relacionamento. Afirma ainda que:

[...] Tu vem para o grupo e sempre tem alguma coisa nova, trazida pela coordenação pela EMATER ou outra instituição convidada e isso é conhecimento para elas. Às vezes a gente nem sabe daquela notícia que está sendo trazida. É uma tarde para elas, às vezes a gente não tem tempo para nada, mas sabe que naquele dia tem o encontro e que vão diversos assuntos que muitas vezes tu nem viu na TV. (Entrevistada F, grupo de mulheres da Mata Grande)

A entrevistada “D”, em sua fala, refere as redes que podem ser acessadas pelo grupo de mulheres rurais:

Aprenderam e tem mais participação e também, com a atuação da EMATER, elas aprendem a fazer uma coisa mais sofisticada. Também muitas mulheres não sabiam a metade dos direitos que tinham, porque a gente tem deveres, mas também tem direitos que a gente precisa conhecer, e no grupo é bem mais fácil de se conseguir as coisas do que tu sozinho. Tem também as palestras dos Sindicatos que esclarecem muito. (Entrevistada D, grupo de mulheres da Mata Grande)

No mesmo sentido, a entrevistada “I” afirma a existência de um bom relacionamento dos grupos com outras entidades.

Sim, com sindicato dos trabalhadores mesmo, organizamos o evento do Dia Internacional da Mulher, para a participação das mulheres rurais, e a COTRISEL sempre nos ajudou. Muitas são associadas ou seus maridos na COTRISEL. Trabalhamos em conjunto para fortalecer, é preciso nos unir para alcançarmos o maior número de mulheres. Antes de ter o grupo de mulheres, era uma dificuldade reunir elas para ir a algum evento, como por exemplo, o Dia Internacional da Mulher. Depois que os grupos foram organizados, tem as lideranças que facilitam e teve uns anos que organizamos cinco ônibus, com mais de duzentas mulheres. (Entrevistada I, grupo de mulheres da Mata Grande)

Essas redes que possibilitam acesso ao conhecimento e novos aprendizados são muito valorizadas pelas mulheres dos grupos, conforme declarou a entrevistada “J”, do grupo de mulheres da Mata Grande:

[...] Sim, aperfeiçoa muito, vai melhorando e leva para família. É no grupo que se junta (como hoje para fazer a receita). Na semana que vem, tem o curso de derivados de leite. Para mim, que já trabalho com leite, é muito importante, o grupo é que traz isso e faz o curso quem quer, conforme o interesse de cada uma. Esse próximo curso foi pedido pelo grupo para o SENAR (Entrevistada J, grupo de mulheres da Mata Grande).

Também se confirmou uma forte participação das mulheres pertencentes aos grupos de mulheres rurais em outras entidades, havendo bom envolvimento das famílias em outras associações como, por exemplo, a associação de produtores rurais existente em cada localidade, nas diretorias de igrejas ou capelas, em comissões do STR ou dos núcleos cooperativos da COTRISEL. Essas redes são componentes do capital social, que pode ser construído a partir de uma inter-relação entre o Estado e a sociedade local.

A mobilização política das mulheres rurais tem surpreendido a sociedade, o Estado e mesmo os próprios movimentos sociais rurais, em função de extrapolarem o que seria socialmente esperado em relação as suas atribuições de gênero. Os movimentos de mulheres rurais não tem se restringido as reivindicações históricas de inclusão das mulheres em políticas públicas, mas avançam na proposição de um modelo de desenvolvimento para o campo que combina questões estratégicas presentes nos movimentos ecologistas/ambientalistas com elementos trazidos historicamente pelo feminismo (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015, p. 582).

Flores (2006, p. 27) ressalta a capacidade de as redes de atores em se mobilizarem dinamicamente nos territórios, cooperando para o desenvolvimento:

Todo o processo de construção social, a partir de uma ampla participação dos atores sociais, com o enfrentamento dos conflitos explícitos ou implícitos, em busca da negociação para a cooperação voltada ao desenvolvimento sustentável, da identidade e do território a ela vinculada, está baseado na capacidade local das redes de atores de se mobilizarem a fim de produzirem um dinamismo inovador (FLORES, 2006, p. 27).

O estabelecimento de novas redes sociais internas e externas à comunidade pode ter como exemplo ilustrativo o acontecimento do 2º Encontro de Integração dos Grupos de Mulheres Rurais dos municípios de São Sepé e Vila Nova do Sul⁹, realizado no dia 11 de outubro de 2016, em comemoração à Semana da Alimentação, celebrada no RS de 10 a 16 de outubro.

O evento, organizado pelos escritórios da EMATER dos dois municípios, aconteceu no Salão da Comunidade do Passo dos Leites, em Vila Nova do Sul, e teve a participação de cerca de 180 mulheres integrantes dos grupos de mulheres rurais dos dois municípios. Aconteceram palestras em parceria com as secretarias de educação dos dois municípios; o fretamento de ônibus para o transporte das mulheres das comunidades de origem até o local do evento foi patrocinado pela

⁹ O primeiro encontro entre os grupos de mulheres dos dois municípios aconteceu no ano de 2015, em São Sepé. Na oportunidade, o grupo de mulheres da localidade de Mata Grande foi anfitrião.

COTRISEL; as participantes trocaram mudas e sementes crioulas e promoveram a arrecadação de alimentos para doação à Liga de Combate ao Câncer nos dois municípios. O evento foi divulgado na imprensa local e na página institucional da EMATER/RS, de onde se extraiu reportagem na íntegra da figura 6:

Figura 6 – EMATER/RS-ASCAR promove Encontro de Mulheres Rurais dos municípios de São Sepé e Vila Nova do Sul



14/10/2016

Em Vila Nova do Sul, Emater/RS-Ascar promove Encontro de Mulheres Rurais

Em comemoração à Semana da Alimentação, celebrada no RS de 10 a 16 de outubro, as equipes dos Escritórios da EMATER/RS-ASCAR de São Sepé e de Vila Nova do Sul realizaram o 2º Encontro de Integração dos Grupos de Mulheres Rurais. A atividade acontece na tarde de terça-feira (11/10), no Salão da Comunidade do Passo dos Leites, em Vila Nova do Sul e teve a participação de cerca de 180 mulheres rurais.

Logo após a abertura, que contou com a presença de representantes das entidades parceiras e lideranças locais, a nutricionista da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São Sepé, Vanessa Figueira de Souza, palestrou sobre Resgate da Cultura Alimentar. Na sequência, a também nutricionista da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Vila Nova do Sul, Viviane Weber, e Lucélia Clos, nutricionista do Núcleo de Apoio à Saúde da Família de Vila Nova do Sul, apresentaram o Guia Alimentar para a População Brasileira.

Na oportunidade, as participantes levaram sua contribuição de mudas ou sementes para troca, e também lanche para ser compartilhado. Foram sorteados brindes doados pelo comércio local. Também foram arrecadados cerca de 150 quilos de alimentos para doação para a Liga Feminina de Combate ao Câncer de São Sepé e Vila Nova do Sul.

Nesta atividade, foram parceiros da EMATER/RS-ASCAR os agentes comunitários de Saúde, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, secretarias municipais da Agricultura e Meio Ambiente, de Assistência Social e de Educação e Cultura, através do Departamento de Alimentação Escolar, além da COTRISEL.

Fonte: EMATER¹⁰.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/noticias/>>. Acesso em: out. 2016.

A troca de experiências e o acesso a informações, entre outros resultados dessa atividade, foram considerados positivos pela rede apoiadora e pelas próprias mulheres participantes, que já escolheram a localidade do Cerrito do Ouro para recepcionar o 3º encontro no ano de 2017.

5.3 A relação capital social, participação e desenvolvimento territorial a partir dos grupos de mulheres rurais em São Sepé/RS

As informações resultantes da pesquisa empírica realizada nos grupos de mulheres rurais do município de São Sepé contribuem para a consolidação da perspectiva relacional de capital social adotada nesta dissertação, segundo a qual, o capital social trata de determinados recursos subjacentes às redes ou a associações e, portanto, de propriedade coletiva. Esses recursos podem ser acessados apenas pelo estabelecimento de laços diretos e indiretos com outros agentes, proporcionando, por meio da participação e da conformação de redes, o alcance de resultados que seriam improváveis de forma individual.

Contemporaneamente, as mulheres possuem representatividade em muitos movimentos sociais, mas essa participação não ocorreu de forma espontânea e simples ao longo dos tempos. Decorreu da necessidade de corrigir desigualdades históricas e instituir processos de mudança. Todavia, mesmo com os avanços ocorridos em relação à igualdade de gênero, muitas mulheres rurais ainda não possuem uma participação socialmente visibilizada – e muito ainda há que se fazer nesse sentido.

Conforme afirma Piovesan (2011, p. 86), trata-se de uma trajetória em construção:

No amplo horizonte histórico de construção dos direitos das mulheres, jamais se caminhou tanto quanto nas últimas três décadas. Elas compõem o marco divisório no qual se concentram os maiores avanços emancipatórios na luta das mulheres por dignidade, direitos e justiça. No campo dos direitos políticos e dos direitos civis, as inovações legislativas garantidoras da equidade de gênero resultaram fundamentalmente da capacidade de articulação e mobilização do movimento de mulheres.

De modo geral, para o desenvolvimento das atividades, os grupos de mulheres contam com a organização da EMATER/RS que, por meio de suas ações sociais, possui o desafio de um trabalho interdisciplinar e integrado como condição

para romper resistências construídas ao longo do tempo. Para isso, todo o esforço é para a implementação de uma extensão rural agroecológica, que trabalhe com uma “visão holística e sistêmica, com o enfoque no capital social, na participação, na organização e no ‘empoderamento’ dos cidadãos e das cidadãs” (SITE EMATER/RS, 2016). Assim,

diante deste cenário, a Assistência Técnica e Extensão Rural Social, tem papel importante a cumprir na sua atuação junto às famílias rurais. Na perspectiva da gestão e do planejamento junto às unidades produtivas, a família é um componente estratégico de observação no conjunto dos sistemas de uma unidade de produção agrícola, das diferentes culturas e dos processos históricos que envolvem o rural. Assim, na perspectiva da promoção da igualdade de gêneros, se faz necessário reconhecer e valorizar o papel de cada integrante, especialmente das mulheres, no processo de desenvolvimento da unidade de produção familiar, bem como no âmbito local e regional (SITE EMATER, 2016).

Considerar a experiência da participação das mulheres nos grupos permite verificar a capacidade dessas mulheres atuarem de forma organizada, em favor de objetivos comuns, valorizando diversidades, atores locais e o relacionamento com diferentes institucionalidades, pois

a mulher no desenvolvimento rural tem contribuído pelo seu modo de atuação inovador, desafiador e comprometido. Sua contribuição vai além da produção, transformação diversificada de alimentos saudáveis, geração de emprego e renda, fortalecimento da economia e da cultura local, é agente transformador do meio rural na perspectiva da sustentabilidade (EMATER, 2016).

É no contexto dos territórios que acontecem dinâmicas sociais que valorizam a diversidade, como uma reação à tendência de homogeneização dos processos econômicos e sociais e de padrões produtivos e culturais, valorizando a especificidades e potencialidades para a construção de trajetórias de desenvolvimento (ARAUJO, 2010).

Na abordagem territorial do desenvolvimento rural, busca-se construir, no espaço de ação, as soluções necessárias. De acordo com Schneider (2003, p. 7, grifo nosso), esta perspectiva

[...] pressupõe que o nível adequado de tratamento analítico e conceitual dos problemas concretos deve ser o espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais. Este espaço é construído a partir da ação dos indivíduos e o ambiente ou contexto objetivo

em que estão inseridos. Este contexto é entendido como o território. [...], esta perspectiva também propõe que as soluções e respostas normativas aos problemas existentes nestes espaços encontram-se nele mesmo.

Conceber o território como um espaço de relações sociais em rede, onde há o sentimento de pertencimento dos atores associado ao espaço de ação coletiva, no qual, por meio da participação podem ser constituídos laços de solidariedade e ajuda mútua entre esses atores, permite compreender a existência de uma relação entre capital social, participação e desenvolvimento territorial. Isso porque, conforme afirma Flores (2006, p. 37), “territórios são espaços que possuem relações sociais, para tanto, necessitam do estabelecimento de redes sociais e, quanto mais eles estabelecidos, quanto mais interligadas estas redes sociais, mais forte a sociedade” .

O desenvolvimento territorial apresenta-se como fator de dinamismo, diferenciação e competitividade. Segundo Juarez de Paula, para cada território é necessário um modelo próprio de desenvolvimento, onde deverão ser consideradas as redes de atores locais, as dotações naturais (recursos naturais renováveis e não renováveis), a infraestrutura existente, o capital humano (conhecimento, habilidade e competência das pessoas), o capital social (níveis de confiança, cooperação, organização e participação social), a cultura empreendedora (níveis de autoestima, autoconfiança, capacidade de iniciativa), a poupança local, a capacidade de atrair investimentos, as potencialidades, vocações e oportunidades, as vantagens comparativas e competitivas, entre outros fatores (FLORES, 2006, p. 36-37).

Para concluir a exposição das repercussões no território relacionadas à participação das mulheres rurais nos grupos, retomamos nossa experiência de observação em mais de vinte reuniões nos diversos grupos, aplicação de questionários e entrevistas. Nas reuniões dos grupos de mulheres, foi possível perceber que a motivação de participação é variada e pouco tem a ver com interesses econômicos ou políticos. Na verdade, além dessas, há outras boas razões para participar. Para algumas mulheres, significa uma oportunidade de contato social – o contato com pessoas, com ideias diferentes –; de ficar sabendo das coisas, ou seja, ter acesso a informações e discutir suas prioridades; estar a par dos planos e projetos da comunidade e ter uma parcela de influência nas decisões, mesmo que seja em um pequeno espaço democrático. Tais elementos são valorizados pelas mulheres rurais participantes dos grupos, até mesmo pela falta de outros espaços de participação destinados a essas mulheres.

Também é preciso mencionar que existem relatos de uma parcela de mulheres que não participam por razões diversas, que vão desde as dificuldades de se ausentar das rotinas de trabalho para ir a reuniões, ou se locomover até os locais escolhidos – até mesmo porque foram envelhecendo e já têm dificuldades para sair de casa.

A carga de trabalho imposta às mulheres está relacionada à divisão sexual do trabalho, que sempre esteve presente na economia rural.

Aos homens, estão associadas atividades econômicas que geram ocupação, emprego e renda; às mulheres, por sua vez, estão associadas atividades de baixa ou nenhuma renda, concentrando-se aquelas voltadas ao autoconsumo familiar. O trabalho das mulheres se concentra nos cuidados dos filhos e da família, razão pela qual é considerado como “ajuda”.

Segundo Butto (2011, p. 12), o rural é um espaço onde a divisão sexual do trabalho ainda é muito marcante.

A economia rural sempre esteve marcada pela divisão sexual do trabalho. Os homens estão associados a atividades econômicas que geram emprego, ocupação e renda, enquanto as mulheres concentram-se em atividades voltadas para o autoconsumo familiar, com baixo grau de obtenção de renda e assalariamento.

Entretanto, por meio da convivência e da participação das mulheres no grupo, tenuamente começam a serem construídos processos de emancipação:

Até financeiramente, porque se ela tem vontade ela faz um curso, aprende aqui e depois faz para vender. Aqui tem muitos casos que aprenderam a fazer pão, bolachas e hoje tão fazendo e comercializando e até agroindústria já tem registrado uma aqui na Mata Grande. Tu vê que não é só esperar que o marido compre as coisas para casa (Entrevistada “D”, Grupo de Mulheres da localidade de Mata Grande).

Acho esses grupos muito importantes para as mulheres do interior, pois muitas vezes elas não têm como participar aqui na cidade e lá fica próximo de casa, então elas podem participar, adquirir conhecimentos, conviver com outras mulheres, dialogando, buscando informações, o que é bom para elas também como pessoas. Quase sempre possuem data predeterminada, que facilita que elas consigam se organizar para participar e também fazer cursos que podem ajudar na geração de renda, o que é muito importante para a mulher. Tem que ter uma renda que é dela, pegar aquele dinheiro e fazer o que ela quiser e não ficar só dependendo do marido. Isso é autonomia! (Entrevistada “I”, grupo de mulheres da localidade de Mata Grande).

O exemplo da entrevistada “E” representa bem muitas mulheres rurais participantes dos grupos. Por meio dos cursos, ela buscou novos conhecimentos e

aprimorou técnicas na produção de produtos hortigranjeiros e doces que são comercializados em uma feira municipal, conforme ilustra a figura 7:

Figura 7 – Feira Municipal de para Comercialização de hortifrutigranjeiros e outros produtos



Fonte: Pedroso, 2016.

A figura 7 trata de um registro realizado no dia 02/12/2016, por ocasião da participação de algumas mulheres do grupo da Mata Grande na feira municipal.

Dos estudos teóricos e empíricos apresentados neste capítulo, compreende-se que as mulheres constituem boa parte da força de trabalho utilizada na agricultura e na criação de animais, com importante contribuição para a produção de muitos alimentos que estão presentes em nossa mesa, garantindo a “segurança alimentar e nutricional” e o bem estar das famílias e das comunidades. Por isso, elas precisam ser vistas como agentes importantes nos processos de desenvolvimento territorial.

Percebe-se, ainda, que a participação das mulheres rurais nos grupos de mulheres tem possibilitado uma ampliação do seu capital social, por meio da intensificação dos vínculos estabelecidos entre elas e os agentes externos aos grupos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação que embasa essa dissertação buscou analisar como o capital social produzido por meio da participação das mulheres rurais em associações tem alterado as relações de sociabilidade nas comunidades em que elas se encontram inseridas.

Tendo como base o aporte teórico trazido por Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam, retomou-se o debate produzido em torno do conceito de capital social. Nessa revisão, trouxemos as críticas à perspectiva normativa de capital social de Robert Putnam e à concepção idealizada de sociedade civil, a qual embasou muitos trabalhos a partir da década de 1990, suprimindo análises empíricas importantes. A adoção dessas visões normativas fizeram com que muitos trabalhos apresentassem, sem a necessária investigação, a acumulação de capital social e a participação da sociedade civil como elementos causais que necessariamente conduziriam ao desenvolvimento.

Buscando uma visão ampliada do capital social, esta dissertação utilizou esse conceito na perspectiva relacional, segundo a qual o capital social se refere a recursos que somente podem ser acessados por meio de relações diretas ou indiretas. Sob a perspectiva de gênero, a atuação das mulheres rurais em redes permite uma ampliação do capital social, intensificando vínculos internos e externos.

Nos resultados empíricos, o capítulo 4, “As relações sociais entre sociedade civil e estado” apresenta a EMATER/ASCAR-RS e o trabalho de extensão voltado para os grupos de mulheres rurais. Para atender objetivos da pesquisa, inicialmente, foi preciso construir um perfil das mulheres que integram os grupos de mulheres do meio rural no município de São Sepé, identificando as redes de relações estabelecidas por essas mulheres e, posteriormente, verificando de que forma essas redes possibilitam o acesso dessas mulheres a informações e recursos que podem modificar as suas posições e relações no território. Para compreender essa realidade, foi preciso uma proximidade e interação com esses grupos, para observação das experiências vividas. A escolha do método fenomenológico permitiu captar por meio da observação nas reuniões e eventos, a percepção dos atores sociais envolvidos, a experiência vivida pelas mulheres nos grupos e a satisfação delas com a participação nas reuniões.

As informações resultantes da pesquisa realizada nos grupos de mulheres rurais do município de São Sepé contribuem para a consolidação da perspectiva conceitual de capital social adotada nesta dissertação, segundo a qual o capital social trata de determinados recursos subjacentes às redes ou a associações e, portanto, de propriedade coletiva, que somente podem ser acessados pelo estabelecimento de laços diretos e indiretos com outros agentes, proporcionando que, por meio da participação em redes, os agentes logrem resultados que seriam improváveis de forma individual.

No capítulo 5, apresenta-se a “participação das mulheres rurais em associações e suas repercussões no território” analisando como a participação nos grupos provoca mudanças nas relações de trabalho e na convivência familiar, bem como se dá o estabelecimento de novas redes sociais internas e externas à comunidade .A análise segmentada apresenta a relação capital social, participação e desenvolvimento territorial a partir dos grupos de mulheres rurais em São Sepé/RS.

A partir da abordagem relacional de capital social adotada nesta dissertação, é possível compreender de que forma se estabelecem as redes de sociabilidade feminina no meio rural, envolvendo instituições políticas, sindicatos, cooperativas e outras entidades, ou seja, a participação das mulheres. É fundamental compreender como a condição de vida das mulheres atua no sentido de constringer ou possibilitar o seu acesso ao capital social, na medida em que os seus recursos somente podem ser acessados pelo estabelecimento de vínculos com outros indivíduos da própria comunidade ou de fora dela.

Observa-se que a sinergia estabelecida por meio das redes de relações formadas pelos grupos de mulheres que, ao estarem conectados são capazes de produzir resultados que isoladamente não seriam capazes, constitui o conjunto de recursos denominado de capital social.

Nesse sentido, pôde-se perceber que os grupos de mulheres têm se constituído como espaços importantes de sociabilidade para as mulheres rurais, posto que grande parte delas participa dos grupos há mais de uma década. O quanto esses grupos têm auxiliado nos seus processos de empoderamento e de busca por uma maior autonomia ainda é uma questão que requer maiores investigações, embora já possam ser observadas pequenas mudanças nas relações de gênero do meio rural, fruto das políticas públicas implementadas nos últimos

anos e do reconhecimento gradual das mulheres rurais enquanto agentes fundamentais para a reprodução da pequena propriedade rural baseada na agricultura familiar.

Na verdade, a construção de redes de sociabilidade no meio rural se expressa na própria solidariedade camponesa, as quais não só fortalecem o exercício da agricultura e a vida no campo, mas reproduzem um modo peculiar de organização da vida rural. Os chamados “mutirões e ajudórios” de vizinhos se transformam em momentos de convívio e rememoração de histórias que fortalecem vínculos e quase sempre reforçam a solidariedade.

Portanto, conceber o esforço de auto-organização das mulheres em movimentos e espaços participativos – os grupos de mulheres rurais – apoiados pela EMATER, Sindicatos, cooperativas, SENAR e Prefeitura Municipal, entre outras entidades, as mulheres criam espaços de sociabilidade, de integração, discussão e decisão, onde elas se fortalecem e começam a produzir seus processos sutis de empoderamento. O trabalho desenvolvido por meio dos grupos de mulheres, propiciando a intensificação dos vínculos e o estabelecimento de novas relações, certamente tem colaborado para essa mudança.

Nesse contexto de análise, é possível reconhecer que essas mulheres possuem um determinado capital específico – capital social – como resultado das relações que se estabelecem, possibilitando a realização de objetivos inalcançáveis caso este ativo não existisse.

Por fim, é preciso salientar que os apontamentos levantados nesta pesquisa são resultado específico dos grupos de mulheres do município de São Sepé/RS e, portanto, tratam de conclusões limitadas, que não podem ser generalizadas para todo o universo associativo do meio rural, sob pena da perda da variedade e da riqueza produzida pela sociabilidade por meio de outros movimentos associativos que envolvem a participação de mulheres rurais. Por isso, novos estudos que abranjam outras formas associativas, em diferentes contextos rurais, podem contribuir com as discussões levantadas neste trabalho.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Revista de Economia Aplicada*, v. 4, n. 2, abr./jun. 2000.

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Capital social e desenvolvimento local. In: ASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L.(Orgs.). *Pequena empresa: cooperação desenvolvimento local*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2003.

ARAÚJO, Maria Celina Soares D'. *Capital social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

AVRITZER, L. A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. In: PIRES, R. R. C. (Org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, 2011. p. 13-28. v. 7. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_dialogosdesenv.pdf>. Acesso em: nov. 2016.

_____. Um desenho institucional para o novo associativismo. *Lua Nova*, São Paulo, n. 39, p. 149-174, 1997.

_____; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 703-728. 2004.

BANDEIRA, Pedro. *Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional*. Determinantes e Desafios Contemporâneos. In: BECKER, D.F.; BANDEIRA, P.B.(Orgs). Santa Cruz do Sul, 2000

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, LDA, 2009.

BERTOLINI, Sandra; BRAVO, Giácomo. *Social Capital, a Multidimensional concept*. Disponível em: <<http://www.ex.ac.uk/shipss/politics/research/socialcapital/other/bertolini.pdf>>. Acesso em: nov. 2015.

BOISIER, Sergio E. *Sociedad civil, participacion, conocimiento y gestion territorial*. Santiago de Chile: ILPES, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. O Capital Social – Notas Provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. *Las Formas de Capital*. Lima: Piedra Azul, 1999.

_____. Escritos de educação. Organização de Maria Alice Nogueira e Afranio Catani., Petrópolis: Vozes, 2011

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental: parâmetros curriculares nacionais : terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan/abr. 2004.

BUTTO; DANTAS [et al] (Orgs.). *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e extensão rural: Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2004.

CAPORAL, F. R. Política Nacional de ATER: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. In: TAVARES, J. R.; RAMOS, L. (Org.). *Assistência Técnica e Extensão Rural: construindo o conhecimento agroecológico*. Manaus: IDAM, 2006.

CARGNIN, A. Política nacional de desenvolvimento regional e repercussões no Rio Grande do Sul (National Policy for Regional Development and its repercussions in Rio Grande do Sul State). *Revista Mercator, América do Norte*, 1315 04 2014.

CARPIM, Thaís Regina Pavez. *Políticas Públicas e ampliação de capital social em comunidades segregadas: o Programa Santo André Mais Igual*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo, 2005.

CARVALHO. Ricardo Feitosa de. *A Formação de Capital Social entre os Agentes de DRS: o papel das ações de EPT nas cooperativas filiadas à CASA APIS, localizadas no Território de Desenvolvimento Vale do Guaribas – PI*. (Dissertação de Mestrado) Brasília, 2012.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Manuel (Orgs.). *A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Acção Política*. Centro Cultural de Belém, 2005.

COELHO, V. S.; FAVARETO, A. Conexões entre participação, democracia e desenvolvimento: investigação dos impactos políticos e distributivos da participação social. In: LAVALLE, A. (Org.). *O horizonte da política: questões emergentes e agendas de pesquisa*. São Paulo: UNESP, CEBRAP, CEM, 2012. p. 237-260.

COLEMAN, James S. *Foundations of Social Theory*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região: A tradição geográfica. In: _____. (Org). *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs). *Território, globalização e fragmentação*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

CORREA, Silvo Marcus de Souza. (Org). *Capital Social e Desenvolvimento Regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

COSTA, Marli M. Moraes da.; NUNES, Josiane Borghetti Antonelo. Políticas públicas de gênero voltadas à mulher do campo: uma caminhada em busca da cidadania. *Anais... XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea*. UNISC, 2014.

DAGNINO, OLVERA; PANFICHI (Orgs.). *A disputa pela construção democrática na América latina*. São Paulo, Paz e Terra; Campinas: UNICAMP. 2006.

EDWARDS, Bob; FOLEY, Michel W.; DIANI, Mário (Eds). *Beyond Tocqueville: Civil Society and the Social Capital Debate in Comparative Perspective*. New England University Press, Hannover, N. H., 2001.

EVANS, P. Government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy. *Revista World Development*, v. 24, n. 6, 1996.

EMATER 2016. Rio Grande do Sul – ASCAR. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/>>. Acesso em: out. 2016.

EMATER/RS-ASCAR. *Marco referencial para as ações sociais da Série sustentabilidade e Cidadania*. Porto Alegre, 2002.

ETGES, V. E. Desenvolvimento regional sustentável: O território como paradigma. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 10, n. 3, p. 47-55, set/dez. 2005.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andrea (Org.). *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista Nera*, ano 8, n. 6, jan./jun. 2005.

FINE, Ben. *Social Capital versus Social Theory, Political Economy and Social Science at the Turn of the Millenium*. Londres: Routledge, 2001.

FIGUEIREDO NETO, Leonardo Francisco; RODRIGUES, Fabio da Silva; BENINI, Élcio Gustavo; SABES, Jair Junior Sanches. Capital social e desenvolvimento rural

sustentável: uma abordagem sistêmica da verticalização da agricultura familiar. *Anais... XLIV CONGRESSO DA SOBER*, Fortaleza, 2006.

FLORES, Murilo. *A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento* – uma visão do estado da arte. 2006. Disponível em: <http://www.camara.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4069_FLORES_M_Identidade_Territorial_como_Base_as_Estrategias_Developmento.pdf>. Acesso em: set. 2016.

FOLEY, Michael; EDWARDS, Bob. Beyond Tocqueville: Civil Society and Social Capital in Comparative Perspective. *American Behavioral Scientist*, v. 42, n. 2, set. 1998.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

GOBB, Raquel Lorena. *Arranjos produtivos locais na perspectiva da teoria do capital social: um estudo no APL moveleiro de marco/CE*. Dissertação de Mestrado. UFC, 2008.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.

GOUVEIA, Taciana; CAMURÇA, Silvia. *O que é gênero*. 3. ed. Recife: Provisual, 2000.

HEREDIA, Beatriz M. A.; CINTRÃO, Rosângela P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: UNIFEM. *O progresso das mulheres no Brasil*. Brasília: Unifem; Fundação Ford; Cepia, 2006.

HIGGINS, S. S. *Fundamentos teóricos do capital social*. Chapecó: Argos, 2005.

IBGE. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico>>. Acesso em: 4 set. 2016.

KLEBA, M. E.; WENDHAUSEN, Á. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. *Saúde e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 733-743. 2009.

LAPOLLI, Édis Mafra; SÁ, Marcelo Alexandre de; GONÇALVES, Eder Borba; BITTARELLO, Kamila. *Redes de Cooperação: Oportunidades para o Desenvolvimento Rural*. 2013. Disponível em: <www.convibra.org.br>. Acesso em: set. 2016.

LAVALLE, Adrián Gurza. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. *Revista Novos Estudos*, n. 66, jul. 2003.

LIN, Nan. *Social Capital: a Theory of Social Structural and Action, Structural Analysis in the Social Science*, v. 19, Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

LUSA, Mailiz Garibotti. Rural: Modos de vida, de Trabalho. In: ROSA, M. C.; FERNANDES, Aline Hellmann (Orgs.). *Dicionário Crítico: Política de Assistência Social no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

MARCONE, S. *Igualdade de gêneros: uma estratégia para o desenvolvimento cooperativo*. Brasília: Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI, 2009.

MARTINEZ, Rossana Vitelli. *Capital social, participação cidadania no meio rural: Uma perspectiva de gênero*. (Tese de doutorado). Porto Alegre, UFRGS, 2010.

MARTINS, Rafael D'Almeida; LOTTA, Gabriela Spanghero. Capital social e redes sociais como alternativa para análise de políticas públicas de educação: o caso de Icapuí-CE. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, out./dez., p. 843-860. 2010.

MATOS, Heloiza. *Capital Social e Comunicação: Interfaces e articulações*. Summus: São Paulo, 2009.

MIGUELETTO, D. C. R. *Organizações em rede* (Mestrado em Administração Pública). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MILANI, Carlos R. S. Como articular o 'capital' e o 'social'? Teorias sobre o capital social e implicações para o desenvolvimento local. In: *REDES*, UNISC, Santa Cruz do Sul, v. 9, n. 2, 2004.

MILANI, Carlos R. S. Nem cola, nem lubrificante sociológico, mas campo eletromagnético: as metáforas do Capital Social no campo do desenvolvimento local. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 1, jan./abr., p. 195-224. 2007.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em Saúde. Ed. 10^a. São Paulo: Haucitec, 2007.

MIOR, L. C.; GUIVANT, J. S. Redes sócio-técnicas: uma nova abordagem para o estudo dos processos de mudança social e desenvolvimento rural. In: GUIVANT, Julia; SCHEIBE, Luiz F.; ASSMANN, Selvino (Orgs.). *Desenvolvimento e conflitos no ambiente rural*. 2004.

MORAES, J. L. A. *Capital Social e Desenvolvimento Regional*. Capital Social e Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

MOREIRA, D. A. *O Método Fenomenológico na Pesquisa*. São Paulo: Thompson Pioneira, 2002.

MELLO, Hildete Pereira. SABBATO, Alberto Di. Gênero e trabalho rural 1993/2006. In: BUTTO, Andrea (Org.). *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009.

NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Orgs.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013.

PASE, Hemerson Luiz. *Capital social e desenvolvimento rural no rio grande do sul*. (Tese de Doutorado). UFRGS, Porto Alegre, 2006.

PAULILO, Maria Ignez. *Terra à vista... e ao longe*. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 1998.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos, Civis e Políticos: a conquista da cidadania feminina. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline. *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

PORTAL BRASIL. Disponível em: <www.brasil.gov.br>. Acesso em: 4 set. 2015.

PORTES, Alejandro. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia, problemas e práticas*, n. 33, p. 133-158. 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEPÉ. Disponível em: <www.saosepe.rs.gov.br>. Acesso em: 4 set. 2016.

PRESVELOU, Clio; ALMEIDA, Francesca Rodrigues; ALMEIDA, Joaquim Anécio (Orgs.). *Mulher, família e desenvolvimento Rural*. Santa Maria: UFSM, 1996.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio De Janeiro: FGV, 1993.

_____. Bowling Alone: America's Declining Social Capital. *Journal of Democracy*, jan., v. 6, n. 1, 1995.

_____. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996; 2000.

REIS, Jorge Renato dos. A contribuição do capital social para a qualificação das políticas públicas de emprego: um enfoque na esfera local. In: _____. (Org.). *As políticas públicas no constitucionalismo contemporâneo*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio (Orgs.). *Planejamento do Desenvolvimento dos Territórios Rurais: Conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília: FPB/CIRAD/EMBRAPA, 2002.

SACCO DOS ANJOS. Pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 20, n. 1, p. 11-44, jan./abr. 2003.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. O Rural Brasileiro: Velhas e Novas Questões em Debate. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*. Universidade Federal de São Carlos. jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.ppgpol.ufscar.br/>>. Acesso em: set. 2016.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.

SCHAAF, Alie Von Der. *Jeito de Mulher Rural: A Busca de Direitos Sociais e da Igualdade no RS*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2001.

SCHMIDT, João Pedro. Exclusão, inclusão e capital social: o capital social nas ações de inclusão. In: LEAL, Rogério Gesta; REIS, Jorge Renato dos (Orgs.) *Direitos sociais e políticas públicas*. Tomo 6. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

SCHNEIDER, Sérgio. Desenvolvimento rural regional e articulações extra regionais. In: FÓRUM INTERNACIONAL, Fortaleza, 2003. p. 1-21.

SILIPRANDI, Emma. Para Pensar Políticas de Formação para Mulheres Rurais. In: BRACAGIOLI, Neto, O. (Org.). *Sustentabilidade e Cidadania: O Papel da Extensão Rural*. Porto Alegre, EMATER-RS, 1999.

_____. Desafios para a extensão rural: o social na transição agroecológica. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v. 3, 2002.

SILVA, C. B. C.; SCHNEIDER, S. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Orgs.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis: Mulheres, 2010.

SILVA, Joseli Maria. Fazendo Geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: _____. (Org.). *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, 2009.

SILVA, Afrânio de Oliveira; SANTOS, Caroline. *Capital Social, Capital Humano e Educação: o ensino da sociologia e a construção da cidadania*. Disponível em: <www.cp2.g12.br/UAs/se/departamentos/sociologia/pespectiva_sociologicaNumero2/Artigos>. Acesso em: 9 dez. 2015.

SKOCPOL, Theda. *Diminished Democracy. From Membership to Management in American Civic Life*. Norman: Oklahoma University Press, 2003.

SOARES; ABREU; NOVAES. *A relação entre o capital social e o desenvolvimento local: o caso das comunidades rurais de baixo rendimento em Pernambuco*. SOBER, Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia. 2010.

TEDESCHI, Losandro Antonio. *Do silêncio à palavra: histórias e memórias de mulheres na perspectiva de gênero no meio rural do noroeste do Estado do Rio Grande do Sul*. Dourados: UFGD, 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VOGT, Olgário. *A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul e o Capital Social*. (Tese de Doutorado). UNISC. Santa Cruz do Sul, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Que territórios, que agricultores, que ruralidades? In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de

Nazareth Baudel; Paulo André Niederle (Orgs.). *Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil*. Recife: UFPE, 2014

WEITZMAN, R.; TELLES, L.; MONTEIRO, S.; MALERBA, J. [et al]. *Relatório Técnico I: Pesquisa sobre a Incorporação de Conceitos, Metodologias e Ferramentas para trabalho com Mulheres e Relações Sociais de Gênero na Política Nacional de Assistência Técnica extensão Rural*. Itamaraju, 2009.

WEITZMAN, R. Mulheres na assistência técnica e extensão rural. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (Orgs.). *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília.

WILLERS Ednilse Maria; LIMA, Jandir Ferrera; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo. Desenvolvimento local, empreendedorismo e capital social: O caso de Terra Roxa no estado do Paraná. *Interações*, Campo Grande, v. 9, n. 1, jan./jun/ 2008.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Unb, 1997.

WOORTMANN, Ellen F. Gênero e geração em contextos rurais / organizadores Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda Menezes. – Ilha de Santa Catarina : Ed. Mulheres, 2010.

ZANINI, M. C. C.; SANTOS, M. O. Colônias italianas no sul do Brasil: estigma e identidade. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (Orgs.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. 1. ed. Niterói: Alternativa, 2013.

APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL**1. IDADE DAS MULHERES RURAIS PARTICIPANTES DOS GRUPOS**

Até 30 anos 31 - 40 anos 41 - 50 anos 51 - 60 anos + de 61 anos

2. ESTADO CIVIL DAS MULHERES RURAIS PARTICIPANTES DOS GRUPOS

Solteira Casada Divorciada/Separada Viúva Outros

3. FAMÍLIA DAS MULHERES RURAIS PARTICIPANTES DOS GRUPOS

Tem Filhos? Não Sim. Quantos? _____

Moram em casa? Não Sim

4. MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA FAMÍLIA DAS MULHERES RURAIS PARTICIPANTES DOS GRUPOS:

Ônibus Carro Moto A pé Outro:

5. NÍVEL DE INSTRUÇÃO

Nunca estudou Fundamental Incompleto Fundamental Completo

Ensino Médio Incompleto Ensino Médio Completo

6. FONTES DE INFORMAÇÃO DAS MULHERES RURAIS PARTICIPANTES DOS GRUPOS:

TV Jornal Rádio Outros

7. INCLUSÃO DIGITAL

Sabe usar o computador? Não Sim

Tem acesso à internet? Não Sim

De que forma? por computador por celular

8. ATIVIDADE ECONOMICA DAS MULHERES RURAIS PARTICIPANTES DOS GRUPOS:

Possui renda própria? Não Sim

Se possui renda própria, qual a sua faixa de Renda Mensal?

Menos de 1 Salário Mínimo 1 a 2 Salários Mínimos 2 a 3 Salários Mínimos 3 a 5 Salários Mínimos Acima de 5 Salários Mínimos

Qual a origem da renda _____

Possui conta bancária? Não Sim

Realiza algum tipo de financiamento? Não Sim. Que tipo? _____

9. QUANTO À OCUPAÇÃO, QUAIS AS ATIVIDADES QUE VOCÊ REALIZA NA PROPRIEDADE

- alimentar os animais
 plantar hortas/lavouras
 Serviços domésticos de limpeza
 cozinhar
 Outras atividades, Quais? _____

10. LOCALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE/MORADIA DAS MULHERES RURAIS PARTICIPANTES DOS GRUPOS: _____

QUESTÕES REFERENTES À PARTICIPAÇÃO NOS GRUPOS DE MULHERES

11. Qual o tempo de participação no grupo das mulheres rurais?

- de 1 ano 01 - 03 anos 03 - 05 anos 05 - 10 anos + de 10 anos

12. Como você ficou sabendo a respeito da existência do grupo?

- por meio da EMATER
 através da Prefeitura
 através de amigas
 Outros meios, quais? _____

13. Quais os motivos que te levaram a participar do grupo?

- Se constitui um espaço de sociabilização
 Oportunidade de aprender coisas novas
 melhoria da autoestima na convivência com as companheiras
 Outros. Quais? _____

14. Quais as atividades que vocês realizam no grupo de mulheres?

- Fazer ginástica e/ou brincadeiras recreativas
 Fazer cursos diversos, por exemplo artesanato, preparo alimentos, etc...
 Assistir palestras sobre temas de interesse atual
 Orientação sobre temas de atualidade (por ex. área de saúde, ambiental, etc.)
 Outras. Quais? _____

15. Dessas atividades, quais que você gosta mais? Por que?

16. O que você considera mais importante nos grupos de mulheres?

- A Cooperação entre as participantes
- Obter informações
- Fazer amizades
- Novos Aprendizados
- Outros aspectos importantes. Quais? _____

17. Quem coordena o grupo que você participa? _____

18. Além deste grupo, você participa de outras atividades fora da propriedade?

- Sim Não

Quais?

Agradeço sua colaboração
Adriana Martini Correa Pedroso
Abril/maio de 2016.

APÊNDICE II – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA MULHERES PARTICIPANTES DOS GRUPOS DE MULHERES RURAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO SEPÉ

1. Quando você ingressou no grupo de mulheres rurais
2. Qual a sua opinião sobre a participação das mulheres da Comunidade (nome da localidade) no Grupo de Mulheres?
3. Em sua opinião, o que leva as mulheres rurais a ingressarem no grupo? (Se foi por convite de outra participante, por convite de apoiadores, outros motivos).
4. Como você percebe os vínculos de relacionamento existente entre as participantes do grupo?
5. Como se estabelecem as relações no grupo e de que forma são tomadas decisões?
6. Em sua opinião participação no grupo amplia as redes de relacionamento dessas mulheres?
7. Em sua opinião, o grupo de Mulheres Rurais possui representatividade na Comunidade?
8. De acordo com sua experiência participativa no grupo, quais os benefícios ou vantagens que você vê na participação dessas mulheres no grupo?

APÊNDICE III – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA EMATER, COORDENADORES REGIONAIS E EXTENSIONISTA NO MUNICÍPIO DE SÃO SEPÉ

1. Fale sobre o seu vínculo com os grupos de mulheres rurais do município e sobre as atividades que você já desenvolveu e/ou desenvolve junto a esses grupos.
2. Peço que me fale, sobre a participação da EMATER na formação dos grupos de mulheres rurais nas comunidades (se está vinculado a algum programa da EMATER? Quando surgiu este programa e quais eram seus objetivos?)
3. Peço que me fale, em sua opinião, o que leva as mulheres nas diferentes Comunidades Rurais a participarem no Grupo de Mulheres
4. Que tipos de atividades são realizadas nos grupos?
5. Peço que me fale como você percebe a existência de vínculos de relacionamento entre os Grupos de Mulheres Rurais e outras entidades/organizações no município
6. Peço que me fale sobre as relações entre o grupo de mulheres e as diversas políticas públicas implantadas na comunidade. Tipos de vínculos? (Políticas desenvolvidas pela EMATER, Secretaria Estadual de Agricultura, Ministério da Agricultura ou Ministério do Desenvolvimento Agrário)
7. Peço que me fale se existem relações entre os grupos de mulheres e as instituições políticas da região (gestores municipais, vereadores, deputados)? E com outras instituições/organizações? (Igrejas, ONGs, sindicatos, etc). Como são essas relações?
8. Em sua opinião, a participação de mulheres das comunidades rurais nos grupos de mulheres pode ampliar as redes de relacionamento dessas mulheres? De que forma?
9. Em sua opinião, o grupo de Mulheres Rurais possui reconhecimento na Comunidade?
10. Peço que me fale, de acordo com sua experiência de trabalho no grupo, se você percebe que essa participação traz algum benefício ou vantagem às mulheres. Quais benefícios ou vantagens são essas?
11. Gostaria de acrescentar algum comentário?

APÊNDICE IV – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO SEPÉ

1. Peço que me fale quando você tomou conhecimento da formação/existência dos Grupos de Mulheres no Município de Sepé
2. Peço que me fale, em sua opinião, qual a finalidade desses Grupos de Mulheres
3. Peço que me fale, em sua opinião, o que leva as mulheres nas diferentes Comunidades Rurais a participarem no Grupo de Mulheres
4. Peço que me fale sobre as relações entre o grupo de mulheres e as políticas públicas existentes na comunidade. Tipos de vínculos? (Políticas desenvolvidas pela EMATER, Secretaria Estadual de Agricultura, Ministério da Agricultura ou Ministério do Desenvolvimento Agrário)
5. Peço que me fale se você sabe da existência de relações entre os grupos de mulheres e as instituições políticas da região (gestores municipais, vereadores, deputados)? E com outras instituições/organizações? (Igrejas, ONGs, sindicatos, etc)
6. Com base na questão anterior, se existem relações, como são encaminhadas as demandas ou questões.
7. Em sua opinião, a participação de mulheres das comunidades rurais nos grupos de mulheres pode ampliar as redes de relacionamento dessas mulheres.
8. Em sua opinião, o grupo de Mulheres Rurais possui reconhecimento na Comunidade.
9. A seu ver, a participação nos grupos das diferentes comunidades trazem algum benefício ou vantagem às mulheres. Quais benefícios ou vantagens?
10. Gostaria de comentar algum assunto que não foi mencionado?

ANEXO I - ATA DA 1ª REUNIÃO DO GRUPO DE MULHERES DA LOCALIDADE DE MATA GRANDE

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| 4 | dezembro |
| 1984 | 14,30 |
| 8ª | Própria |
| do grupo | de senhoras e moças |
| 2 | 5 |
| Foi realizado o seguinte trabalho (assentado em 1984): | |
| Mesmo com a ausência da estacionista que por motivo de força maior não pode se fazer presente nesta reunião, as sócias preparamos a receita deste dia, a qual foi uma gostosa "Pizza". Como sempre aquele tradicional chimarrão além de uma "cuca" que foi oferecida por uma das visitantes do dia. | |
| Angela Becker Bozzo Secretária | |
| Yaelene Silva da Silva Presidente | |